

# **DOSSIÊ ANGOLA**

## **ENTRE OS 45 E 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES**



**Organizadores(as):**

Gilson Lázaro (UAN)

Miriane Peregrino (UFRJ)

Yérsia Souza de Assis (UFRB)



Revista do Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia da Universidade Federal de  
Alagoas (Ufal)

ISSN: 2179-5428

---

**Editor-Geral**

*Cristiano das Neves Bodart, UFAL*

**Equipe Editorial**

*João Batista Bittencourt, UFAL*

*Welkson Pires, UFAL*

**Gerente Administrativo**

*Fabio Monteiro de Moraes*

---

**Conselho Científico**

*Alice Anabuki Plancherel, UFAL, Brasil*

*Arim Soares do Bem, UFAL, Brasil*

*César Alexandre Sagrillo Figueiredo, UFT, Brasil*

*Elder Maia Alves, UFAL*

*Ilse Scherer-Warren, UFSC*

*Igor Martinache, Université Paris Nanterre,  
França*

*Joanildo Albuquerque Burity, UFPE*

*Joaquim Fialho, Universidade de Évora, Portugal*

*Leonilde de Medeiros, UFRRJ*

*Marcelo Cigales, UnB, Brasil*

*Marluci Menezes, LNEC, Portugal*

*Maria da Glória Gohn, Unicamp*

*Moacir Gracindo Soares Palmeira, UFRJ*

*Milene de Cássia Silveira Gusmão, UESB, Brasil*

*Paulo Marcondes Ferreira Soares, UFPE*

*Pedro F. Guedes do Nascimento, UFAL*

*Ricardo Antunes, Unicamp*

*Ricardo Mayer, UFSP, Brasil*

*Thiago Ingrassia Pereira, UFFS, Brasil*

*Sedi Hirano, USP*

---

**Pareceristas do volume 18, n.1, 2024**

*Andréa Lúcia da Silva de Paiva, UFF*

*Arinaldo Martins de Sousa, UFMA*

*Cesar Alessandro S. Figueiredo, UFNT*

*Cristiano das Neves Bodart, UFAL*

*Fabio Costa Peixoto, IFRJ*

*Francisco Érick de Oliveira, UNILAB*

*Francisco Xavier Freire Rodrigues, UFMT*

*Gustavo Souza Santos, UFMC*

*Inácio Saldanha, UNICAMP*

*João Guilherme da T. Curado, SEDUC/GO*

*José Elias Domingos Costa Marques, IFG*

*Josefa Alexandrina Silva, UNIFAL*

*Josnei Di Carlo, UFSC*

*Larissa Maria de A. Guimarães, UFAM*

*Lucinéia Scremin Martins, UFG*

*Marcela Santander, UFSCar*

*Marcelo Borel, IESP/UERJ*

*Marcelo Tadvald, UFRGS*

*Marcia lucia anacleto de Souza, UNICAMP*

*Maria Clara Brito Gama, IESP/ UERJ*

*Marluci Menezes, LNEC*

*Maycon, UFSCar*

*Milagros Elena Rodriguez, UDO*

*Moacir Freitas Junior, UFU*

*Nara Torrecilha Ferreira, INEP/MEC*

*Ramatis Jacino, UFABC*

*Renato Barbosa Fontes, UFMG*

*Rodrigo de Macedo Lopes, UFRGS*

*Sara Esther Dias Zarucki Tabac, UNIFAL*

*Tarcísio Fagner Aleixo Farias, IFAL*

*Victor Cesar Torres de Mello Rangel, UFF*

*Wendell Marcel Alves da Costa, USP*

**Revisão gramatical:** Renata Dermenjian

**Diagramação e capa:** Fabio Monteiro de Moraes

## SUMÁRIO

<b>Editorial</b>	<b>00-04</b>
<b>DOSSIÊ ANGOLA ENTRE OS 45 E 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES</b>	
<b>Apresentação: Angola rumo a meio século de Independência: Que lições podem ser observadas?</b>	<b>05-11</b>
<b>Angola no caminho da democracia: avanços e retrocessos</b> <i>Nathaly Xavier Schutz</i>	<b>12-29</b>
<b>No Fio da Fronteira: reatualizando o diálogo sobre a inclusão da história, cultura e línguas nacionais de Angola no currículo oficial de ensino</b> <i>Mille Fernandes, Boubacar Keita e Abreu Paxe</i>	<b>30-47</b>
<b>As Ciências Sociais na Universidade Agostinho Neto: notas de um cotidiano acadêmico angolano</b> <i>Yérsia Souza de Assis</i>	<b>48-64</b>
<b>Questões contemporâneas em Angola: a língua Umbundu como resistência anticolonial no Reino do Bailundo</b> <i>Santa Julia da Silva</i>	<b>65-82</b>
<b>No Tempo de Agostinho Neto, Não Existiam Gays?: Arquivos Queer e a Luta por uma História LGBTIQ+ em Angola</b> <i>Caio Simões de Araújo</i>	<b>83-108</b>
<b>Da Íris ao Hongolo: o movimento LGBTQIA+ angolano no século XXI</b> <i>Tiago Ferreira</i>	<b>109-133</b>
<b>Mercado Informal em Luanda e as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade, no período da Covid-19 (2020-2022)</b> <i>Michele Gonçalves Cardoso e Marina Kikusa Mendes</i>	<b>134-155</b>



ISSN: 2179-5428

## DOSSIÊ

### ANGOLA ENTRE OS 45 E 50 ANOS DE INDEPENDÊNCIA: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

#### *Organizadores:*

Gilson Lázaro  
Miriane Peregrino  
Yérsia Souza de Assis

Elaboramos o presente dossiê temático com o intuito de refletir sobre as configurações que o país e seus projetos de nação estão produzindo, que emergem dos cruzamentos e das disputas, sejam as disputas de ordem discursiva, educacional, laboral, dos estilos de vida, e sobretudo das políticas. Uma nação que se caracteriza por constantes reconfigurações, como demonstram o conjunto de textos presentes neste dossiê. Nos interessou principalmente o que na contemporaneidade tem chamado atenção de pesquisadoras e pesquisadores que centram suas disposições analíticas em torno de Angola e suas dinâmicas.

---

## Angola rumo a meio século de Independência: Que lições podem ser observadas?

Gilson Lázaro<sup>1</sup>  
Yérsia Souza de Assis<sup>2</sup>

*Kwantundu Uzwela: “Ngaxiku Akwetu”, Kuzwela “Ngaxiku Ana Ndenge”. Hadya ki Uvutuka, Waasanga Akulu.*<sup>3</sup>

Angola cresce em idade, em histórias, em possibilidades, desafios, dilemas e cruzamentos. Cresceu, e se fez/faz Independente. Caminha para seu primeiro meio século distante do jugo colonial português e de tudo que pode ser atribuído a esse regime. Se tornou independente para ser livre ou mirando essa tentativa. Esforço este, em virtude de oferecer proposições sobre si, sobre seus reconhecimentos, e também como deseja ser reconhecida. País jovem, embora complexo nas suas nuances. Afinal, pouca idade não é sinônimo de falta de experiência e/ou expertise.

No seu percurso histórico essa jovem nação situada numa região conhecida também como África Austral já foi lida de distintas dimensões. Talvez, sendo, contemporaneamente, a principal diferença, o dispositivo da agência (Ortner, 2006) e do protagonismo: Angola busca pensar e enunciar sobre si a partir de suas próprias questões e atribuições. Por isso, cabe pensar a partir e através do provérbio escolhido para ser o prelúdio de nossa apresentação. Compreendendo assim, que um país cresce porque as pessoas crescem, suas cidades, suas vidas, suas histórias, seus problemas e soluções.

---

<sup>1</sup> Sociólogo, é Professor Associado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN), em Luanda/Angola. Membro das Equipes Editoriais das Revistas *Anthropology Southern Africa* e *Travessias*. <https://orcid.org/0000-0003-2459-3157> ; Email: [gilson.lazaro@uan.ao](mailto:gilson.lazaro@uan.ao)

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia/UFSC. Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/CFP. Email: [yersiaassis@ufrb.edu.br](mailto:yersiaassis@ufrb.edu.br)

<sup>3</sup> Provérbio na língua Kimbundu, uma das línguas nacionais de Angola. Na tradução pode ser lido como: Diga: “deixei pessoas,” Não diga: “deixei crianças onde saí, porque ao regressar vais encontrá-las crescidas”. In: MANGUXI & AGOSTINHO, Pedro. 2 Impressões Digitais. Luanda: Kwanza Editora. 2018. p. 139.

Crescer, aqui, como uma direta menção ao sentido ofertado pelo provérbio: Crescer expressa autonomia e independência. Como referido, Angola cresceu, e isso significa que seus povos, suas gentes e as relações implicadas disso é que cresceram, se ampliaram e se amplificaram. Emergindo assim, novas exigências, enunciando novas perguntas, formulando novas respostas ou remodelando respostas obsoletas.

Angola celebrará a 11 de novembro de 2025, próximo ano, 50 anos de Independência do jugo colonial português. Observando esse itinerário, esse Dossiê considera as datas como recursos históricos que mobilizam camadas do mundo social, nos seus diversos espectros e contingências. Este momento que se aproxima, sem sombra de dúvida, oferece ocasião propícia para refletir sobre o percurso do país.

Elaboramos o presente dossiê temático com o intuito de refletir sobre as configurações que o país e seus projetos de nação estão produzindo, que emergem dos cruzamentos e das disputas, sejam as disputas de ordem discursiva, educacional, laboral, dos estilos de vida, e sobretudo das políticas. Uma nação que se caracteriza por constantes reconfigurações, como demonstram o conjunto de textos presentes neste dossiê. Nos interessou principalmente o que na contemporaneidade tem chamado atenção de pesquisadoras e pesquisadores que centram suas disposições analíticas em torno de Angola e suas dinâmicas.

Os trabalhos recepcionados oferecem um panorama interessante e sugestivo sobre a jovem nação: transitando sobre temas ainda não superados, como a vida política e suas estabilidades até o defrontar-se com a Pandemia da Covid-19, debate absolutamente contemporâneo e inédito, e neste caso, não só para Angola, mas para todo o mundo. Os textos do nosso Dossiê se organizaram a partir de uma sequência que pontua “antigos” dilemas até temas antes nunca experimentados, ou não experimentados na história vivida desde a Independência. As reflexões aqui trazidas, nos convida a observar esse país através do tempo presente e de todas as nuances que isso traz: incluindo assim, revisões sobre o passado, e projeções de futuro.

Dos sete textos presentes, escolhemos organizar um sumário que produziu tal delineamento: começamos com o texto ***“Angola no caminho da democracia: avanços e retrocessos”*** de Nathaly Xavier Schutz, preocupado em debater os avanços e limitações que a jovem democracia angolana experimenta. Tomando como mote as eleições e as implicações destas para vida social angolana, o autor busca analisar como as fragilidades da vida política angolana na sua interface processos democráticos acaba por configurar uma expressão atual e candente da história e das escolhas políticas e de poder do Estado angolano.

Em seguida, tem-se o texto ***“No Fio da Fronteira: reatualizando o diálogo sobre a inclusão da história, cultura e línguas nacionais de Angola no currículo oficial de ensino”*** de autoria de Mille Fernandes, Boubacar Keita e Abreu Paxé, o referido texto centra seus esforços na formulação de argumentos que encarem as políticas de ensino e formação. Considerando ainda ausentes nas salas de aula da educação básica e também do ensino superior, especialmente, na formação de professores. O texto defende uma alteração substancial nos currículos e nos modelos de ensino e aprendizagem, especialmente, nas abordagens sobre a história, a memória e a posição das línguas nacionais no espaço de produção de conhecimento e saberes. O texto questiona as políticas educacionais vigentes em Angola.

O Dossiê segue com o trabalho ***“As Ciências Sociais na Universidade Agostinho Neto: notas de um cotidiano acadêmico angolano”*** de Yérsia Souza de Assis. Souza traça um retrato do cotidiano da Faculdade de Ciências Sociais, do percurso desta instituição de ensino superior público no universo acadêmico angolano. Yérsia Souza mergulha no interior da instituição para falar dos seus planos curriculares e seus dramas. O texto demonstra as aspirações de seus interlocutores, e as representações que esses com quem dialogou produzem sobre si próprios, sobre a instituição e a forma como esta molda os seus caracteres, sonhos de formação, assim como a maneira de lidar com a densidade vasta do cotidiano acadêmico angolano. Ela conclui que, não obstante os inúmeros constrangimentos, discentes e docentes traçam com imaginação e dedicação seu futuro e da instituição.

De saber, que o debate das línguas nacionais e suas implicações educacionais têm tomado cada vez mais fôlego, além de se tornar uma pauta da agenda pública angolana, extrapolando as atenções apenas vinculadas às/aos intelectuais e linguistas. As línguas nacionais geram e produzem impactos e provocações em todo território angolano. Nesta senda, a contribuição do trabalho ***“Questões contemporâneas em Angola: a língua Umbundu como resistência anticolonial no Reino do Bailundo”*** de Santa Julia da Silva, faz uma abordagem que, primeiro, não parte da capital Luanda. Ademais, direciona uma análise que pensa os usos e estratégias atualizados feitos a partir dos falantes da língua Umbundu residentes no município do Bailundo correspondendo a circunscrição do anterior “Reino do MBailundo”. Apontando como agências e mediações acontecem a partir da presença de uma pesquisadora negra e ‘estrangeira’, conseguimos compreender como através da língua identidades são forjadas nesse território, noções de legitimidade e tradicionalidades são mobilizadas, e de como isso se reflete em acertos e ganhos políticos para o local, e os dilemas acarretados também.

Ao pensar sobre os dilemas, as análises presentes no ***“No Tempo de Agostinho Neto, Não Existiam Gays’: Arquivos Queer e a Luta por uma História LGBTIQ+ em Angola”*** de Caio Simões de Araújo, são intensas provocações acerca da temática LGBTQIAPN+ em Angola, abordando aspectos que buscam evidenciar historicidades sobre a temática homoafetiva, o texto reflete como tem sido os avanços e as limitações do país que em 2019 descriminalizou relações neste âmbito, bem como criminalizou a homofobia. Mudanças com efeitos legais, institucionais e simbólicos que alteraram as interações sociais. Ademais, o texto fornece informações que colaboram nas reflexões sobre as políticas sobre gênero e sexualidade.

Contribui também para pensar sobre as políticas de sexualidade em Angola, o texto ***“Da Íris ao Hongolo: o movimento LGBTQIA+ angolano no século XXI”*** de Tiago Ferreira, com uma atenção ao que pode ser considerada como as mobilizações ativistas e de ativismo LGBTQIAPN+ em

Angola, o texto se propõe em discutir e apresentar como entidades e organizações de caráter civil têm ocupado a agenda pública angolana, como têm disputado sentidos acerca das realidades LGBTQIAPN+, e como têm criado estratégias de presença e atuação. Oferecendo dados que alimentam perspectivas de como pensar as políticas sobre sexualidade em Angola.

Encerrando esse conjunto de textos e abordagens sobre Angola, o trabalho ***“Mercado Informal em Luanda e as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade, no período da Covid-19 (2020-2022)”*** de Michele Gonçalves Cardoso e Marina Kikusa Mendes, traz uma reflexão das mais contemporâneas ao investigar os impactos da Covid-19 na vida de mulheres trabalhadoras informais. Analisando a experiência laboral dessas mulheres que se modifica completamente e a forma como o Estado angolano tratou tal situação, o referido texto disponibiliza uma análise que triangula gênero, Covid-19 e políticas públicas em Angola.

De certo que um dos elementos que transversaliza todos os textos presentes no nosso Dossiê é a política, seja ela na sua interface mais naturalizada: o campo do Estado e da democracia. Mas também a política enquanto expressão do mundo social, das relações de poder, das interações entre o público e o privado, e sobretudo, como mediadora e reguladora da vida, e aqui, da vida social angolana. Essa política surge de diversos modos: nas políticas de ensino e formação; nas políticas linguísticas na sua interface de tradicionalidades e contemporaneidade; nas políticas sobre sexualidade; nas políticas de gênero e trabalho. Sendo assim, os textos fazem uma convocação para que se reflita quais lições políticas Angola tem vivido, pensado e projetado. De algum modo, retornando assim, ao lugar matriz ou lugar de nascimento desses quase 50 anos de Independência: a luta política, outrora contra o jugo colonial português, e hoje atualizada pelos próprios dilemas e lutas internas que circundam o país.

Este número temático buscou discutir a dinâmica do avançar dos anos da Independência em Angola. Este marco no calendário civil e político de Angola se desenha como justificativa suficiente na provocação de novas análises, atualizações e lançamento de novos questionamentos sobre os

processos sociais, históricos, culturais, de gênero, de sexualidade, educacionais, sanitário e etc, temáticas que acompanham as paisagens sociais angolanas que subsidiam as reflexões aqui apresentadas.

Nosso Dossiê se junta a outras iniciativas - *Angola: a festa e o luto* (2000); *Angola: à procura do seu passo* (Ferreira et al, 2002); *Os 40 anos de independência dos PALOPs* (Tomás et al, 2016); *Angola: Nationalist Narratives and Alternative Histories* (Ball e Gastrow et al, 2019) e *Angola 45 anos. O político, o Social, o Econômico e o Cultural: entre balanços e perspectivas* (Vera Cruz et al, 2021) - que também buscaram analisar e compreender Angola através do ponto de vista dos seus aniversários de Independência, especialmente, pela viabilidade de produzir balanços e análises abrangentes. Compreendendo o tempo como sendo esse percurso histórico que impacta e oportuniza mudanças, descartes, aderências e embates.

Por fim, gostaríamos de destacar que esse Dossiê expressa também aproximações e parcerias instigantes entre intelectuais de Angola e do Brasil. Esta apresentação exprime essa observação, considerando que aproximações são fruto dos investimentos políticos de caráter científico - educacionais que pautaram os últimos decênios entre Angola e o Brasil. Entendemos assim, que essas parcerias contribuem para Angola crescer, auxiliam nas observações de pensar como Angola já cresceu, e se comprometem em mirar como Angola escolherá seus caminhos de continuidade do crescimento.

## **Referências bibliográficas**

- ANGOLA. A Festa e o Luto – 25 anos de Independência. Lisboa: Veja, 2000.
- BALL, Jeremy & GASTOW, Claudia (Org.). *Angola: Nationalist Narratives and Alternative Histories*, Kronos (Southern African histories), Vol. 45, n. 1, 2019.
- CRUZ, Elizabeth, MANUEL, Carlos, QUIXIMA, Yuri (Org.). *Angola 45 anos. O Político, o Social, o Econômico e o Cultural: Entre balanços e perspectivas*, Luanda: Mayamba, 2021.
- FERREIRA, Manuel Ennes (Org.). *Angola: à procura do seu passo*. *Política Internacional*, n.25, 2002.

ORTNER, Sherry. *Anthropology and Social Theory: Culture, Power, and the Acting Subject*, Duke University Press, 2006.

TOMÁS, António (Org.). Special Section: Forty years of independence of Lusophone Africa, *Social Dynamics*, Vol. 42, Issue 1, 2016.

---

## Angola no caminho da democracia: avanços e retrocessos

## Angola on the road to democracy: advances and setbacks

**Nathaly Xavier  
Schutz**

Unipampa e UFSM;  
Doutorado em Ciência  
Política UFRGS

E-mail:

[nathalyschutz@unipampa.edu.br](mailto:nathalyschutz@unipampa.edu.br)

### Resumo

Angola é um dos principais estados africanos e uma das grandes lideranças na África Austral. O Movimento Popular de Libertação de Angola é o partido no poder desde a sua independência, evidenciando um desafio à recente democracia angolana. Recentemente, em 2017, o Presidente José Eduardo dos Santos, no poder há 38 anos, deu lugar a João Lourenço. O objetivo dessa pesquisa é analisar, a partir do método histórico-comparativo, se essa mudança impactou positivamente no processo de democratização angolano. Parte-se do pressuposto de que não houve alterações significativas na condução política do país. As conclusões preliminares indicam para uma manutenção da elite do poder e um eventual retrocesso autoritário.

**Palavras-chaves:** Angola. Democracia. Eleições. Alternância de poder.

### Abstract

Angola is one of the main African states and one of the great leaders in Southern Africa. The Popular Movement for the Liberation of Angola has been the party in power since its independence, highlighting a challenge to Angola's recent democracy. Recently, in 2017, President José Eduardo dos Santos, in power for 38 years, gave way to João Lourenço. The objective of this research is to analyze, from the historical-comparative method, whether this change had a positive impact on the Angolan democratization process. It is assumed that there have been no significant changes in the political conduct of the country. Preliminary conclusions point to a maintenance of the power elite and an eventual authoritarian backsliding..

**Keywords:** Angola. Democracy. Elections. Power alternation.

## **Introdução**

Angola é um estado de grande importância na África Austral. Com sua posição estratégica, com costa para o Atlântico Sul e proximidade com o Golfo da Guiné, constitui um espaço geopolítico de relevância para as relações, não só da África, mas do hemisfério sul como um todo. Com uma força de defesa que se destaca entre os países africanos – oriunda dos longos anos de guerra civil – e um importante exportador de petróleo, Angola projeta-se como uma das principais lideranças do Continente. Suas fragilidades internas, contudo, em especial o fortalecimento das suas instituições democráticas, ainda são um entrave na sua ascensão.

Do ponto de vista procedimental, partindo-se da concepção de democracia de Schumpeter (1961), a realização de eleições periódicas e livres é o que caracteriza um regime democrático. Sabe-se, contudo, que isso não é suficiente para que uma democracia exista e se consolide. Tem-se a democracia formal, mas não necessariamente a substancial (Bobbio, Matteucci, Pasquino, 1998).

A existência de partidos de oposição que se configurem como opções reais ao partido que está no poder pode ser vista como o primeiro desafio à consolidação da democracia. Ainda que, do ponto de vista instrumental, grande parte dos países africanos tenha adotado o multipartidarismo no início da década de 1990, na prática, existe a preponderância de um único partido: aquele que ocupava o poder desde o processo de independência.

Essa manutenção do mesmo grupo político no poder, ainda que através de eleições periódicas e livres, pode esconder fragilidades da estrutura democrática, segundo Thompson (2010). Para o autor, a alternância no poder é um teste para as instituições democráticas; quando um mesmo partido permanece no poder, não se sabe se, caso perda, respeitará o resultado. Ou seja, “A marca de uma verdadeira democracia é quando as regras do jogo eleitoral continuam sendo respeitadas, mesmo sob pressão (Thompson, 2010, p. 253)”

A inexistência de alternância do poder estaria ligada, entre outros, às características dos partidos, tanto do que está no poder, quanto dos de oposição. Nesse sentido, teríamos partidos com bases ideológicas mais frágeis e concentrados em figuras emblemáticas, em muitos dos casos, líderes dos movimentos de libertação. No

caso dos partidos de oposição, isso dificultaria a atração de eleitores, deixando-os muito semelhantes com o partido no poder. Isso, aliado à fragmentação da oposição em muitos grupos distintos, dificultaria sua vitória nas urnas. As eleições, nesse caso, poderiam ser mais um mecanismo do partido no poder para se legitimar, ao invés de estarem fortalecendo a democracia. Para Matlosa (2010, p. 199), “quando as instituições democráticas são inexistentes ou disfuncionais, o governo gira em torno de líderes individuais ao invés de instituições”.

Considerando esses aspectos teóricos, o caso de Angola se torna emblemático: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ocupa o governo desde que se libertou do controle português em 1975. Soma-se a isso o fato de que, durante quase quarenta anos, entre 1979 e 2017, foi José Eduardo dos Santos que exerceu a presidência do país. A substituição dele por João Lourenço como candidato do MPLA e, por consequência, como presidente indicado após a vitória do partido reflete uma tentativa de criar uma ideia de renovação, em um contexto no qual a imagem da família Dos Santos já estava extremamente desgastada, tanto internamente quanto no cenário regional africano.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar em que medida a mudança de liderança no governo, ocorrida em 2017, representa uma alteração significativa na condução política do país e, portanto, constitui parte do processo de democratização. Parte-se do pressuposto de que, apesar de ser um fator positivo, a saída de Dos Santos em favor de João Lourenço, configura-se como uma tentativa de MPLA de forjar aspectos democráticos para se manter no poder, não se traduzindo em mudanças efetivas, tampouco em um grande avanço democrático. Como objetivos específicos, tem-se a contextualização histórica da construção do Estado angolano e a análise da transição para o processo de democratização. Com isso, espera-se construir subsídios para a investigação já proposta.

No que concerne à metodologia, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois preocupa-se com os processos e as dinâmicas do objeto estudado. Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa. Do ponto de vista procedimental, adotam-se os métodos histórico e comparativo, utilizando-se de fontes primárias e secundárias.

O artigo está dividido em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Em uma primeira seção, serão abordados os aspectos históricos da formação angolana, em especial o desenvolvimento das relações entre os partidos durante a guerra civil e o início da pacificação. Em uma segunda parte, será analisada de maneira mais específica a questão da permanência do poder do MPLA e as eventuais mudanças geradas pela troca da figura presidencial em 2017.

## **1 Angola: da independência à pacificação**

A instabilidade em Angola data do período de independência. Com a formação de três diferentes movimentos de libertação, o MPLA<sup>1</sup>, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA<sup>2</sup>) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA<sup>3</sup>), no início dos anos 1960, o processo de descolonização foi marcado pelo enfrentamento entre os três grupos e contra Portugal. A guerra de libertação irá se intensificar a partir de meados dos anos 1960 e é só em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal e a queda de Salazar, que o contexto permite a negociação entre os movimentos de libertação e Portugal.

Entre 10 e 15 de janeiro de 1975, o MPLA, a FNLA, a UNITA e Portugal assinam o que ficou conhecido como Acordo de Alvor, o qual estabelecia, entre outras coisas, o reconhecimento formal dos três movimentos de libertação, a data da proclamação da independência de Angola pelo Presidente Português e o governo de transição<sup>4</sup> (Acordo do Alvor, 1974). A firmação do Acordo de Alvor, contudo, não significou o fim da disputa entre os movimentos de libertação. As disputas e os

---

<sup>1</sup>O MPLA, liderado por Agostinho Neto, foi criado em 1956, tinha orientação marxista e era fortemente urbano; dentre os movimentos surgidos em Angola, o MPLA era o mais bem organizado e estruturado.

<sup>2</sup>A FNLA é criada em 1962 e era o segundo maior movimento. Ao contrário do MPLA, a FNLA utilizava a bandeira racial, declarando-se contra brancos e portugueses, e anticomunista; sua principal liderança era Holden Roberto. Logo após a formação da FNLA, Roberto criou o Governo da República de Angola no Exílio (GRAE), que foi reconhecido pela Organização da Unidade Africana, e que tinha Jonas Savimbi como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

<sup>3</sup>A UNITA é criada em 1964, por Jonas Savimbi, que havia abandonado a FNLA e o GRAE.

<sup>4</sup>O Colégio Presidencial que presidira o governo era composto por três membros, um de cada movimento; os demais órgãos do governo, em geral, eram quadripartidos, com representantes dos movimentos e, também, do governo português. Essa estrutura do governo de transição evidencia as difíceis condições nas quais ele é estabelecido e o seu alto grau de instabilidade.

confrontos entre eles, à medida que se aproximava a data prevista da independência, intensificavam-se na região de Luanda (Xavier, 2011).

Em novembro de 1975, o MPLA, que então controlava a região de Luanda, proclama, unilateralmente, a independência; o que não é reconhecido pelos demais movimentos e nem por Portugal. Os demais países, contudo, gradualmente vão reconhecendo a legitimidade do governo e, no ano seguinte, Portugal também o faz.

A independência de Angola não significou, todavia, o fim do conflito, tendo em vista que os demais movimentos não reconheciam a legitimidade do governo do MPLA; a luta pela independência, assim, dá lugar à guerra civil. Com a FNLA perdendo força, a UNITA passa a ser a principal opositora do governo do MPLA, polarizando o conflito em duas grandes forças. O imediato início da guerra civil após a declaração unilateral de independência do MPLA levou Angola a um profundo processo de desestabilização política e socioeconômica, que perdura até hoje. (Schutz, 2014)

Consoante Birmingham (2002), com a morte de Agostinho Neto, líder do MPLA, em 1979, encerra-se o período de guerra de libertação, e um novo tipo de conflito passa a desenvolver-se durante a década de 1980. De acordo com o autor, esse novo conflito acumula tanto causas regionais – como a normalização da relação com o Zaire – quanto reflexos do sistema da Guerra Fria, com a forte presença soviética na África. Soma-se a isso a incapacidade do novo presidente, José Eduardo dos Santos, de responder às demandas das elites angolanas do sul.

O final da década de 1980 marcou um novo momento do desenrolar dos conflitos angolanos, anunciando os acordos de paz que seriam firmados no início da década seguinte. Como resultado das tratativas e das mudanças político-econômicas, em maio de 1991, foi firmado um acordo de cessar-fogo, entre o MPLA e a UNITA, em Portugal, que ficou conhecido como Acordos de Bicesse (Bauer; Taylor, 2005). Ao final do período, eleições presidenciais e parlamentares seriam realizadas, sob a supervisão das Nações Unidas.

Birmingham (2002) destaca que esse período de transição foi de grande otimismo e de sensação de liberdade para o povo angolano. Ainda no ano de 1991 também foi feita uma modificação na Constituição do país, com o objetivo de instituir o sistema multipartidário, no lugar do uni-partidarismo vigente até então (Xavier, 2011).

Em setembro de 1992 ocorreram as eleições. Eduardo dos Santos e o MPLA saíram vitoriosos, tanto no parlamento quanto na presidência. A Missão da ONU reconheceu a eleição como livre e legítima, mas Savimbi, líder da UNITA, alegou conduta imprópria pelos membros do MPLA já na eleição parlamentar, que ocorreu antes da presidencial, e disse não reconhecer os resultados. Em dois meses, Savimbi e a UNITA, que não reconheceram a validade das eleições, retornaram ao confronto armado, apesar da Missão da ONU reconhecer o pleito como livre e legítimo (Farley, 2008).

O fracasso da pacificação é visto por Hodges (2004) como tendo origem em diversos fatores: o mandato da missão da ONU e os recursos disponíveis, insuficientes para o contexto angolano; o curto período de tempo estabelecido para a transição; o não condicionamento das eleições ao cumprimento das medidas militares, o que levou as eleições a ocorrerem em um contexto de perigo; e o estabelecimento de um sistema eleitoral que não contemplava a divisão de poder, gerando um acirramento da disputa.

Em 1994 é assinado o Protocolo de Lusaka, um novo acordo de cessar fogo que, contudo, consoante a Birmingham (2002), não é recebido com a mesma euforia e expectativa dos acordos de 1991. A ameaça de guerra continuava muito presente e as ações de ambos os lados visavam a provocação, com o intuito de levar o lado oposto à agressão e à consequente culpa por quebra do acordo (Xavier, 2011). Em 1998 a guerra civil, latente desde 1994, volta com ainda mais intensidade.

O conflito estendeu-se até 2002, quando Savimbi foi assassinado. A guerra civil no território angolano encerrou-se, formalmente, com um acordo de cessar-fogo entre a UNITA e o governo do MPLA. José Eduardo dos Santos permaneceu como Presidente da Angola, cargo que ocupava desde a morte de seu antecessor, Agostinho Neto, em 1979. As primeiras eleições foram realizadas em setembro de 2008, apenas no âmbito legislativo, com o MPLA obtendo mais de 80% dos votos.

Os anos entre o encerramento da guerra civil, em 2002, e a realização das primeiras eleições, em 2008, não tiveram maiores avanços nas relações entre MPLA e UNITA. Em um primeiro momento, as movimentações concentraram-se na desintegração e na reincorporação das forças militares da UNITA e a possibilidade de retomada da violência parecia bastante improvável (Conflict Barometer, 2003).

Os adiamentos sucessivos na realização do primeiro pleito que, pelo acordo de paz, deveria ocorrer em 2004, e a lentidão na implementação de outras diretrizes acordadas,

torna o ambiente tenso mais uma vez. Já em 2007, o processo de recenseamento eleitoral ocorreu sem incidentes mais graves (Conflict Barometer, 2007). O contexto para a realização das primeiras eleições em 2008, assim, parecia favorável.

## **2 MPLA no poder: uma ameaça à democracia?**

Angola, sem dúvida, apresenta um histórico de evolução no processo de constituição de instituições democráticas desde o encerramento da guerra civil. A realização de eleições periódicas desde 2008 e a gradual redução das tensões entre MPLA e UNITA – ainda que a violência se torne mais frequente em períodos eleitorais – são indicadores positivos do contexto político do país. A permanência do MPLA no poder, todavia, apresenta-se como um dos grandes questionamentos sobre o real avanço da democracia no país. Ainda que o partido esteja no poder, atualmente, pelo processo eleitoral, a não alternância do grupo político que governa o país é um aspecto que não pode ser negligenciado, quando se analisa os possíveis avanços da democracia.

As características dos partidos nos países africanos como um todo e, em especial, em Angola, estão intimamente ligadas às suas origens. A recente mudança de poder em Angola, com a saída de Dos Santos, assim, faz parte de uma problemática maior: os partidos políticos que têm as suas origens nos movimentos de libertação e a necessidade de renovação das lideranças desses grupos. Esses partidos e, por consequência, essas lideranças, têm características específicas que, em última instância, acabaram determinando, também, a trajetória dos regimes nos países da África Austral.

Nas palavras de Aeby (2019):

Embora alguns governos de partidos/movimentos de libertação tenham feito avanços consideráveis na implementação de serviços sociais para a maioria da população e na transformação das instituições estatais, na independência, as elites dos movimentos [e depois partidos], assumiram o controle do aparato coercitivo dos Estados colonizadores e, não raramente, utilizam esses instrumentos para destruir oponentes, entrencharem-se no poder e acumular riquezas (Aeby, 2019, p. 15).

O processo de independência e a ascensão ao poder desses líderes é a primeira característica determinante nesses países. A vitória na luta de libertação contra o

colonizador e, principalmente, contra o(s) movimento(s) de libertação rival(is) passa a se constituir como principal pilar de legitimidade do governo que está no poder. Nas palavras de Clapham (2012, p. 4), “a lembrança da batalha ou mística, entretanto, continua como uma base fundadora do Estado e do próprio governo, e como uma inspiração para as futuras gerações”. Soler-Crespo (2019) lembra, por exemplo, que nas eleições mais recentes na região, vários partidos utilizaram nas suas propagandas frases que lembrassem as suas condições históricas de movimento de libertação.

Os problemas, consoante a Clapham (2012), começam a ficar mais evidentes quando os regimes e, por consequência, os seus líderes deixam de ser avaliados pelas promessas e passam a ser questionados pelos seus desempenhos. Um dos primeiros desafios enfrentados pelos governantes é a necessidade de reformar as instituições racistas já existentes, tendo em vista que muitos movimentos, apesar da luta, chegam ao poder após acordos e conciliação com seus opositores de minoria branca. Sendo assim, como destaca Soler-Crespo (2019), eles precisam, ao mesmo tempo, aprender a governar e criar instituições representativas da maioria negra da população.

Soma-se a isso a questão das relações econômicas. É importante lembrar que, na época das independências, a exploração de recursos naturais nesses países já estava estabelecida, inclusive com empresas controladas pelos colonizadores e/ou minorias brancas no poder (Soler-Crespo, 2019). A inclusão da população negra na economia, assim, também passa a ser um entrave importante na construção da legitimidade do governo. Em alguns casos, isso foi contornado com as reformas socializantes, com estatais no controle da exploração de minérios, e com a redistribuição das terras.

No caso de Angola, que tem no petróleo o seu principal recurso natural, a estatal Sonangol monopoliza a sua exploração. Isso, contudo, não significa que há efetiva distribuição de renda; a concentração do controle da Sonangol – que, atualmente, é um conglomerado atuante nas mais diversas áreas – na família Dos Santos, inclusive, é um dos indicativos do quanto a estruturação do Estado, do governo e do MPLA se confundem em Angola.

A construção do Estado e da sua estrutura institucional, entrave natural a esses países recém-independentes, fica ainda mais comprometida se considerarmos

essa relação nebulosa entre o que é interesse do partido e o que é interesse do Estado. Vines (2016) lembra que muitos movimentos de libertação que assumem o governo passam a usar os recursos – políticos, administrativos e financeiros – estatais para se manter no poder. Essa precária separação entre as instituições estatais e o partido que está no poder é mais um entrave à consolidação da democracia nesses países. Como destaca Thompson (2010), isso coloca a oposição em desvantagem no pleito, seja pela própria fraqueza das instituições, seja pelas práticas deliberadas do partido da liderança com o intuito de permanecer no poder. Tais ações podem variar desde estratégias legais – como a modificação da legislação para permitir reeleição, por exemplo, até práticas criminosas – como a fraude no recenseamento eleitoral e a manipulação dos resultados.

Outro efeito da luta de libertação apontado por Clapham (2012) diz respeito ao controle das forças de repressão. Ao saírem vitoriosos das lutas, obviamente, os movimentos que sobem ao poder, monopolizam os recursos de violência; o problema reside no controle, pelo partido, dos recursos de repressão, que deveriam estar monopolizados no Estado.

A liderança é entendida como uma missão da vida; o processo democrático, especialmente o pleito, é visto apenas como uma confirmação (Clapham, 2012). Isso tem impactos expressivos na construção das instituições desses países e na própria cultura da democracia. Da mesma forma, a construção de uma unidade e identidade nacional é mais difícil em um contexto no qual há um ou mais grupos que se sentem derrotados. Segundo Soler-Crespo (2019), a trajetória – mais ou menos democrática – seguida pelos países da região, depende de três fatores: as características do acordo político quando sobem ao poder (com maior ou menor interferência de atores externos e níveis variados de apoio da sociedade civil); a predominância do movimento de libertação vencedor em relação aos demais; e a adoção de limites constitucionais claros e a separação de poderes logo no início do processo.

Ao olhar para o caso de Angola, pelo menos os dois últimos fatores merecem atenção. A preponderância do MPLA em relação à UNITA, e as mudanças constitucionais que sucederam a pacificação, acabando com as eleições diretas para presidente, são aspectos preocupantes.

A compreensão, por parte dos líderes no poder, de que são as únicas pessoas legítimas para governar o país, também é um entrave para a renovação das lideranças dos partidos, o que resulta em contextos de crise (Clapham, 2012). Chan (2018), por sua vez, acrescenta que esse problema não é exclusivo dos partidos do poder, já que na maioria das forças de oposição também não existe liderança jovem. Nas palavras de Soler-Crespo (2019, p. 16): “As brigas intrapartidárias entre os membros que anseiam pelo poder indicam que os movimentos de libertação esqueceram o porquê e por quem lutaram, e agora lutam entre si pelos mesmos privilégios contra os quais lutaram anteriormente”. A grande população de jovens dos países, que nasceram depois da guerra de libertação, é um dos aspectos que impõe aos partidos a necessidade de renovação das suas lideranças. Esses eleitores não viveram o processo de independência e, portanto, nem sempre aceitam a ideia de legitimidade dos partidos no poder ligada a essa libertação (Southall, 2018).

É significativo que nas eleições ocorridas na última década, com exceção da Namíbia, todos os demais partidos oriundos de movimentos de libertação na região tenham perdido cadeiras no Legislativo e reduzido as suas margens percentuais de vitória no Executivo (Soler-Crespo, 2019). Isso reflete não só o desgaste dos partidos ocupantes do poder, mas também o fato de que a mera renovação das lideranças, sem mudanças efetivas nas práticas e políticas desses partidos, não será suficiente para manter as bases eleitorais.

Essa trajetória dos países da África Austral influenciou a construção de suas elites não só do ponto de vista político, mas também econômico. Os países são marcados por grandes desigualdades socioeconômicas e por elites de membros ou ligadas ao partido governante e/ou às estatais. Com as sucessivas crises econômicas enfrentadas por esses países, alguns autores, como Southall (2018), defendem que os partidos estão sendo forçados a abandonar suas políticas socialistas que, eventualmente, ainda mantinham, e a adotar reformas modernizantes. Isso constituiria mais um fator impulsionador do movimento de renovação dessas elites partidárias.

A mera substituição das lideranças, além disso, não é garantia de que haverá alguma mudança na agenda dos partidos e do governo. Herbst e Mills (2018) lembram que a política depende diretamente das pessoas que a fazem e que, portanto, se há

uma troca de presidente sem que se modifiquem também os gabinetes, é pouco provável que isso se traduza em alguma mudança efetiva. Além disso, ainda que haja disposição para fazer mudanças, é preciso que esses novos líderes contem com apoiadores, já que a elite política anterior, provavelmente, não será cooperativa. Reside aí a importância desse processo de renovação dos partidos e não apenas de substituição de lideranças.

A questão central é que existe pouca possibilidade dessas renovações acontecerem dentro dos partidos que estão no poder. Além disso, na maioria dos países da região, os partidos de oposição ainda têm pouca projeção ou têm suas bases de apoio concentradas em apenas algumas regiões. Isso leva os jovens políticos a se inserirem nos partidos tradicionais, por entenderem que é a única forma de chegar ao poder (Southall, 2018). A ascensão dentro do partido, por sua vez, acaba os moldando nos padrões da elite política tradicional.

Tratando especificamente de Angola, é importante elucidar as principais mudanças políticas e eleitorais que aconteceram desde o processo de pacificação e a realização da primeira eleição em 2008. A mudança mais emblemática, do ponto de vista da legislação, ocorreu em 2010, com a aprovação de uma nova Constituição, que já estava em tramitação e discussão desde 2004. Com a nova Constituição, não há mais eleições diretas para o executivo, e o presidente é eleito pelo parlamento.

Dado o novo contexto político, a oposição se reorganizou. Em 2012, algumas lideranças na UNITA criaram a Convergência Ampla para a Salvação de Angola (CASA), levando a um aumento das tensões em Angola. As eleições parlamentares que se seguiram foram amplamente contestadas. O MPLA conquistou a maioria das cadeiras, o que, automaticamente, reelegeu José Eduardo dos Santos como presidente.

A realização das eleições em 2012, sem dúvida, foi um grande avanço no processo de construção do Estado angolano pós-guerra civil. Os focos de instabilidade, contudo, continuaram existindo, com a oposição questionando a validade e a transparência das eleições (Schutz, 2016). Ao longo dos anos seguintes, as tensões reduziram-se, mas o cenário voltou a ficar mais violento com a proximidade de um novo pleito em 2017. Já em 2016, durante o processo de recenseamento eleitoral, alguns ataques foram registrados (Conflict Barometer, 2017).

Em agosto de 2017 foram realizadas eleições gerais. As eleições, que contaram com uma Missão de Observação Eleitoral da SADC, consagraram a vitória, mais uma vez, do MPLA. O processo eleitoral em questão foi um marco na história recente angolana, tendo em vista que o candidato do MPLA deixou de ser José Eduardo dos Santos, que já estava no poder há 38 anos. A mudança de candidato já havia sido anunciada no ano anterior e, de acordo com Matsimbe e Domingos (2018), acabou influenciando a eleição como um todo. Por um lado, os partidos de oposição enxergaram na troca a possibilidade de um contexto mais favorável para uma mudança real e passaram a atuar de maneira mais dura na campanha contra o MPLA. Isso foi seguido, também, por outras organizações da sociedade civil angolana. Por outro lado, a própria população que, em sua maioria, era descrente com o processo eleitoral e os seus resultados, também passou a vislumbrar nesse pleito um instrumento de melhora das suas situações, principalmente do ponto de vista socioeconômico.

O novo presidente eleito, João Lourenço, foi ministro da Defesa e vice-presidente do partido. É importante ressaltar, também, que nada obstante a vitória, o MPLA perdeu cadeiras no parlamento, ficando com 150 das 220 cadeiras, 25 a menos que na eleição anterior (Morris, 2017). As eleições, que tiveram uma participação maior da população se comparadas à anterior, foram consideradas válidas pelos observadores externos. É relevante ressaltar, todavia, que, apesar do reconhecimento do pleito como legítimo, ele não foi livre de problemas e contestações pela oposição.

A ascensão de João Lourenço ao poder foi recebida, pela população angolana, com expectativa de mudanças e renovação. A saída de Dos Santos da presidência, todavia, não significou sua retirada absoluta da cena política do país. Em primeiro lugar, deve-se registrar que Dos Santos permaneceu na presidência do MPLA até setembro de 2018, configurando uma situação até então inédita, na qual a presidência do país e do partido não estavam sendo ocupadas pela mesma pessoa. Soma-se a isso, a tentativa de Dos Santos de adiar o Congresso do MPLA, em que seria feita a mudança.

Além disso, é importante destacar que havia indicativos de que a transição de Dos Santos para Lourenço teria sido tensa. Almeida e Satula (2018) afirmam que

Lourenço não era a primeira opção de Dos Santos para sucedê-lo, e que antes da eleição, o então presidente modificou períodos de mandato de cargos de forças de segurança, possibilitando a permanência de seus indicados depois que já estivesse fora do governo.

Nas palavras de Vines (2021, p. 124), ao subir ao poder, Lourenço tinha duas prioridades políticas: “estabilizar a economia e tomar o controle absoluto do MPLA e reformá-lo”. A estabilização da economia lhe daria o apoio da população; o controle do MPLA, por sua vez, a garantia de se manter na liderança do partido. Os dois objetivos juntos, criariam um caminho natural para a reeleição.

Lourenço inicia a sua gestão implementando mudanças relevantes, especialmente no que Dundão (2019) nomeia de comunicação política. A nova gestão adota uma postura de maior abertura com a imprensa e a sociedade civil. É um marco, nesse sentido, a devolução dos restos mortais de Jonas Savimbi, líder da UNITA, morto em 2002 (Almeida, 2019).

No tocante especificamente à ocupação de cargos e à composição das suas equipes, o novo governo promove alterações importantes. Há uma troca de 15 dos 18 governos locais (Augé, 2018) e trocas de presidência do Banco Nacional e da Sonangol, com a emblemática retirada de Isabel dos Santos do Conselho da estatal (Almeida, 2019).

Almeida (2019) menciona, ainda, a ampliação do Comitê Central e a saída de membros do Bureau Político. A movimentação, para Augé (2018), é uma tentativa de aumentar o seu controle no partido, tendo em vista que o Comitê Central é a principal instância decisória.

Mudanças mais profundas, todavia, não ocorreram e a participação no governo segue restrita a um grupo específico. Bye, Igles e Orre (2021) identificam três grupos de poder que se concentram ao redor do presidente: as forças militares e de segurança, uma das maiores dos países africanos, fortalecidos pelos longos anos de guerra civil e que não foram reduzidos por Lourenço (como já mencionado, ex-general e ex-ministro da defesa); as pessoas ligadas ao vice-presidente, Bornito de Sousa que, inclusive, foi o responsável pelas indicações para os governos locais; e a Primeira Dama, Ana Dias Lourenço, que controla grande parte da equipe ligada às questões econômicas.

Ressalte-se que Lourenço reconduziu onze ministros do governo anterior, o que representa mais de 30% do total, e promoveu 5 secretários ao cargo de ministro

(Dundão, 2019). No setor de segurança que, como já mencionado, constitui uma das principais zonas de poder e influência ligadas à presidência, há a manutenção de figuras antigas, inclusive combatentes da luta de libertação, evidenciando a ligação de Lourenço com as bases tradicionais do partido (Augé, 2019).

Em meados de 2020, a política de Lourenço já não respondia mais às expectativas dos angolanos. As condições de vida da maioria da população não tinham tido quase nenhuma melhora e o ano de 2021 foi o sexto consecutivo de retração econômica (Vines, 2021). Ao final do primeiro mandato, as esperanças de grandes mudanças não pareciam ter se confirmado. “A cultura política do partido estava intacta. A posição de poder do presidente não havia sido tocada (Bye; Igles; Orre, 2021, p. 9)”

A questão central, muito provavelmente, envolve o quanto Lourenço está disposto a arriscar a sua própria manutenção no poder. Ao promover mudanças significativas, ele desagrade seus aliados no MPLA e, portanto, aqueles que estão no poder com ele. As parcelas mais conservadoras do MPLA se veem ameaçadas pela exposição de suas responsabilidades históricas (Bye; Igles; Orre, 2021). Por outro lado, a postura de Lourenço parece ter sinalizado positivamente uma melhora aos olhos da comunidade internacional.

Essa melhora da imagem do país se dá, em grande medida, pela bandeira anticorrupção levantada por Lourenço. Deve-se reconhecer que, de fato, Lourenço adotou medidas significativas no combate à corrupção, inclusive com a investigação de membros da família Dos Santos e vários aliados próximos do ex-presidente (Vines, 2021).

Em 2022, um novo pleito deu a maioria das cadeiras para o MPLA e reelegeu Lourenço. Mais uma vez, todavia, o MPLA perde espaço, conquistando apenas 124 cadeiras no parlamento (em torno de 51% dos votos). As eleições ocorrem em um contexto tenso, acirrado pela morte recente de José Eduardo dos Santos. Vale destacar que, nesse interregno entre as eleições, Angola abrigou uma Missão da SADC para observação e implementação de mudanças no processo eleitoral e que tal Missão<sup>5</sup>, mais uma vez, confirmou a validade do pleito. A oposição, contudo, contestou o resultado.

---

<sup>5</sup>Além da Missão da SADC, também tiveram Missões de Observação Eleitoral da UA, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, da Comunidade Econômica da África Central e da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos.

Para esse pleito, a UNITA e seu candidato, Adalberto Costa Junior, uniram-se com outros grupos na Frente Patriótica Unida. Na oposição, ainda se destacava a coalização liderada pela CASA e o Partido do Bloco Democrático. A perda de cadeiras do MPLA foi, quase que na sua totalidade, para a UNITA, que conquistou 44% dos assentos, em um resultado histórico; além disso, em Luanda, a UNITA fez 63% dos votos, contra 33% do MPLA (Fabricius, 2022).

O início do segundo mandato de Lourenço não trouxe grandes esperanças de melhora para os angolanos. A situação econômica continua crítica e os avanços no combate à corrupção continuam centrados na família Dos Santos, sem avançar nos setores militares e de segurança. Recentemente, Lourenço está enfrentando uma oposição mais organizada da sociedade civil.

Uma petição pública pedindo a destituição de Lourenço do cargo foi organizada por ativistas e membros da sociedade civil. O contexto fica ainda mais complexo quando a UNITA, em agosto de 2023, anunciou que iria apresentar um pedido de *impeachment*, alegando que possui provas de conduta ilegal do presidente, como a interferência nos tribunais superiores e a coação da Procuradoria Geral da República, entre outras coisas (DW, 2023). Nada obstante que a Assembleia Nacional seja de maioria do MPLA, o que torna improvável que o processo avance, Lourenço está enfraquecido, tanto em relação ao seu próprio partido, quanto em relação à população angolana.

## Considerações finais

A trajetória de Angola, desde a sua independência de Portugal, em 1975, passando pelos longos anos de guerra civil até chegar à sua pacificação, em 2002, é marcada, sem dúvida, pela força do MPLA. É inegável que a história do país se confunde com a própria história do partido e, por um expressivo período, com a figura de José Eduardo dos Santos.

Não há como não questionar, assim, o peso que a permanência do MPLA no poder tem na evolução – ou não – do processo democrático. Da mesma forma, a saída do poder de Dos Santos é uma sinalização de renovação que não pode ser ignorada. A

movimentação interna do partido, contudo, parece sinalizar tratar-se de uma manobra para permanecer no poder, ao invés de uma real tentativa de mudança.

Lourenço sobe ao poder em um contexto de crise econômica e de enfraquecimento do apoio popular ao MPLA. Ao final do primeiro mandato, a situação do país indicava que ele havia fracassado tanto em reverter a conjuntura econômica quanto em ampliar as bases do MPLA. Mais do que isso, ao longo dos cinco primeiros anos que esteve no poder, Lourenço implementou poucas mudanças, mantendo-se ligado às bases tradicionais do partido.

A perda de apoio da população e os resultados das eleições – ainda que continuem dando a vitória ao MPLA – representam uma modificação expressiva do cenário político angolano. Pode-se afirmar que o país se encontra em um momento decisivo do seu processo de construção da democracia. A forma como as instituições se comportarão a partir de agora e, principalmente, a postura do MPLA em relação ao novo contexto serão determinantes.

O MPLA pode reconhecer a expansão da UNITA e tentar, como novos ajustes, especialmente na condução política do governo central, sinalizar mudanças efetivas para a população. Nesse caso, uma eventual vitória da UNITA em 2027 seria possível e reconhecida como legítima, em um cenário de grande avanço democrático. A outra opção, que é a que foi seguida no Zimbabué e em Moçambique, por exemplo, é um retrocesso democrático, com restrições de direitos políticos, manipulação de eleições e outras ações do partido no poder para evitar a sua queda.

A grande parte dos analistas é cético em relação à primeira possibilidade. Fabricius (2022, s/p) chega a afirmar que “Nenhum dos antigos movimentos de libertação da África Austral no governo já cedeu o poder – por isso é difícil imaginar que algum deles o faça”.

A mudança na presidência da Angola, desta forma, não se traduziu em mudanças expressivas na forma de condução política do país, tampouco resultou em reformas institucionais que, realmente, gerassem resultados. Não parece, assim, que a troca de líder tenha sido efetivamente benéfica para o processo de democratização angolano. Como já mencionado anteriormente, a forma como Lourenço e o MPLA irão se posicionar nesse segundo mandato será decisivo para sabermos se Angola irá dar um grande passo em direção à democracia ou um triste recuo para o autoritarismo.

## Bibliografia

ACORDO DO ALVOR. *Alvor/Algarve*, 15 de janeiro de 1975. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>>. Acessado em: 30/04/2010.

AEBY, Michael. *SADC – The Southern Arrested Development Community*. Policy Dialogue Nº 14, The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2019.

ALMEIDA, Cláudia. *Angola e os ventos de mudança e continuidade de João Lourenço*. Janus 2020/2021. Novembro de 2019.

ALMEIDA, Cláudia; SATULA, Benja. *Only one man for two Jobs: the leadership transition in Angola*. Presidential Power, 19/10/2018.

AUGÈ, Benjamin. *Angola under João Lourenço: who are the new players of MPLA State*. Notes de l'IFRI, IFRI, December 2019.

BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D. *Politics in Southern Africa: State & Society in Transition*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

BIRMINGHAM, David. Angola. In: CHABAL, Patrick. *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst & Company, 2002.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Niccola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BYE, Vegard; INGLES, Paulo; ORRE, Aslak. *Angola after Dos Santos: change and continuity*. CMI Working Paper, Number 8, November 2021.

CAWTHRA, Gavin. *The Role of SADC in Managing political crises and conflict – The Cases of Madagascar and Zimbabwe*. Friedrich Ebert Stiftung, FES Peace and Security Series nº 2, 2010.

CHAN, Stephen. *African Democracies Badly Need a New Generation of Leaders: Where are They?* The Conversation, January 31, 2018. Disponível em: <http://theconversation.com/african-democracies-badly-need-anew-generation-of-leaders-where-are-they-90887>. Acessado em: 13 de março de 2020.

CLAPHAM, Christopher. *From Liberation Movement to Government: Past Legacies and The Challenge of Transition in Africa*. Discussion Paper 8/2012 Johannesburg: The Brenthurst Foundation, 2012.

CONFLICT BAROMETER. *Report 2017*. Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2023.

CONFLICT BAROMETER. *Report 2007*. Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2007.

CONFLICT BAROMETER. *Report 2003*. Heidelberg Institute for International Conflict Research, 2003.

DEUTSCHE WELLE. *UNITA pede destituição do Presidente angolano*. 09/07/2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/unita-pede-destitui%C3%A7%C3%A3o-do-presidente-angolano/a-66289985>>. Acessado em: 02 de setembro de 2023.

DUNDÃO, Sérgio. *Dois anos de presidência de João Lourenço*. O Jornal Econômico, 27 de setembro de 2019.

FABRICIUS, Peter. *UNITA shakes the foundation of MPLA rule in Angola*. ISS Today, 02 set 2022. Disponível em: <<https://issafrica.org/iss-today/unita-shakes-the-foundations-of-mpla-rule-in-angola>>. Acessado em: 02 de setembro de 2023.

FARLEY, Jonathan. *Southern Africa*. New York: Routledge, 2008.

KHADIAGALA, Gilbert M. *Regional Cooperation on Democratization and Conflict Management in Africa*. Carnegie Endowment for International Peace. March 2018.

HERBST, Jeffrey; MILLS, Greg. *Can Ramaphosa, Lourenço and Mnangagwa Change Africa's Fortunes?* 2018. Disponível em: [www.thebrenthurstfoundation.org/article/can-ramaphosa-lourenco-and-mnangagwa-change-africas-fortunes/](http://www.thebrenthurstfoundation.org/article/can-ramaphosa-lourenco-and-mnangagwa-change-africas-fortunes/). Acessado em: 31 de março de 2020.

MATLOSA, Khabele. The role of the Southern African Development Community in mediating post-election conflicts: Case studies of Lesotho and Zimbabwe. In: MATLOSA, Khabele; KHADIAGALA, Gilbert; SHALE, Victor. *When elephants fight: preventing and resolving election-related conflicts in Africa*. Johannesburg: EISA, 2010.

MATSIMBE, Zefanias; DOMINGOS, Nelson. *Angola's 2017 Elections and the Start of a Pos-Dos Santos Era*. Journal of African Elections, V. 17, N. 1, 2018.

MORRIS, Helen. *Angola – September 2017 Update*. ACLED Data. September 22, 2017.

SOUTHALL, Roger. Presidential transitions and generational change in Southern African liberation movements. *Review of African Political Economy*, v.46, n.159, 2018.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. The End of the Mugabe Era in Zimbabwe: change or continuity? *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 3, p. 129-145, 2018.

SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. *Conflitos na África Austral: uma análise comparativa*. Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Defesa. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. *Integração Na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Tese de Doutorado, 2014.

SOLER-CRESPO, David. *The Slow Death of Liberation Movements in Southern Africa*. Navarra Center for International Development, 2019.

THOMSON, Alex. *An introduction to African Politics*. 3 ed. New York: Routledge, 2010.

VINES, Alex. *Are Southern African Liberation Movements in Crisis?* Newsweek, 16 aug. 2016. Disponível em: [www.newsweek.com/aresouthern-africas-liberation-movements-crisis-490642](http://www.newsweek.com/aresouthern-africas-liberation-movements-crisis-490642). Acessado em: 13 de março de 2020.

VINES, Alex. Dos Santos to Lourenço: Angola's transitional politics. *The African Governance Papers*, V. 1, N. 1, November 2021.

XAVIER, Nathaly. *A Política Externa Chinesa e a Recepção dos Países Africanos: o contraste entre Zâmbia e Angola*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Dissertação de Mestrado, 2011.

**Recebido em:** setembro de 2023

**Aceito em:** janeiro de 2024

#### COMO REFERENCIAR

SCHUTZ, Nathaly Xavier. Angola no caminho da democracia: avanços e retrocessos. *Latitude, Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 12-29, 2024.

---

## No Fio da Fronteira: reatualizando o diálogo sobre a inclusão da história, da cultura e das línguas nacionais de Angola no currículo oficial de ensino

### On the Border Thread: Updating the dialogue on the inclusion of Angola's history, culture and national languages in the official teaching curriculum

**Mille Caroline**

**Rodrigues Fernandes**

Universidade de São Paulo (FE-USP);

Pós-doutora em Educação (IEA/USP).

E-mail:

[millecaroline@hotmail.com](mailto:millecaroline@hotmail.com).

**Boubakar Namory**

**Keita**

Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN);

Doutor em Ciências Históricas pela Universidade Estatal de Leningrado (SPBU/Rússia).

E-mail:

[boublik.keita047@gmail.com](mailto:boublik.keita047@gmail.com)

**Abreu Castelo Vieira dos Paxe**

Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Luanda);

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: [abreupaxe@gmail.com](mailto:abreupaxe@gmail.com)

#### Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir sobre a urgência em incluir a história, cultura, memória e as línguas nacionais no currículo oficial de Angola. Na tentativa de repor os angolanos e as angolanas como sujeitos/as de suas próprias histórias, culturas e memórias, refletimos como o currículo de base neocolonial-imperialista silencia, apaga e cria estereótipos sobre as histórias de formação do solo angolano, de sua cultura, e inferioriza as línguas dos diversos grupos étnicos existentes. Assim, este artigo apresenta uma breve contextualização do Ensino em Angola desde o período colonial à atual situação do sistema de educação angolano face à reforma educativa iniciada no ano de 2002. Em seguida, discutimos sobre a importância da descolonização do ensino e a inclusão da história local, da memória dos mais velhos e das línguas nacionais no currículo oficial de ensino e, conseqüentemente, pontuamos também sobre o desafio de uma formação docente crítica capaz de apoiar esta inclusão e de impactar/mobilizar as crianças e os/as jovens para a valorização de suas raízes.

**Palavras-chaves:** Ensino em Angola; Descolonização; Currículo; Formação Docente.

#### Abstract

This article aims to discuss the urgency of including history, culture, memory and national languages in the official curriculum of Angola. In an attempt to reposition Angolans as subjects of their own histories, cultures and memories, we reflect on how the neocolonial-imperialist curriculum silences, erases

and creates stereotypes about the histories of the formation of Angolan soil, of its culture, and inferiorizes the languages of the various existing ethnic groups. Thus, this article presents a brief contextualization of education in Angola from the colonial period to the current situation of the Angolan education system in view of the educational reform initiated in 2002. Then, we discuss the importance of the decolonization of teaching and the inclusion of local history, the memory of the elders and national languages in the official teaching curriculum and, consequently, we also point out the challenge of a critical teacher training capable of supporting this inclusion and impacting/mobilizing children and young people to value their roots.

**Keywords:** Teaching in Angola; Decolonization; Curriculum; Teacher Training.

## Introdução

Desde, particularmente, o fim da colonização vivemos diversas transformações tendo sido apresentados novos desafios à formação docente, em especial e profundamente nesta área por ser uma daquelas que sofreram muito na desconstrução das sociedades negro-africanas colonizadas. Um dos maiores desafios de hoje para a reconstrução diz respeito à formação docente, com objetivo particular de se conseguir condições estratégicas e que levem em conta a vivência “tradicional” dessas sociedades, ou seja, em conformidade com sua história, sua cultura, sua espiritualidade ou sua concepção de mundo. De fato, impõe-se a construção de um conhecimento crítico sobre o mundo com a inclusão das experiências cotidianas para o contexto da sala de aula.

O primeiro passo para esta exigência pedagógica é trazer obrigatoriamente à tona, de forma revisada e repensada, a nossa história, e as nossas línguas angolanas, relidas à luz das novas transformações. Desse modo, transgrediremos de forma significativa o currículo de base neocolonial-imperialista que silencia, apaga e cria estereótipos sobre a história de formação do solo angolano, de sua cultura e inferioriza as línguas e as variantes dos diversos grupos étnicos existentes atualmente. É importante percebermos de maneira consciente como, ao longo da história da educação de Angola pós-independência, os resquícios de uma educação ocidentalizada

se mantêm de maneira perniciosamente silenciando, subjugando e apagando os modos de ser, estar, sentir, falar, dizer e habitar dos diversos povos que constituem essa imensa terra.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir sobre a urgência da importância em incluir a história, a cultura, a memória e as línguas nacionais no currículo oficial de Ensino/Formação de Angola. Na tentativa de repor os angolanos e as angolanas como sujeitos/as de suas próprias histórias, culturas e memórias, sublinhamos com força como o currículo de base neocolonial-imperialista cria estereótipos sobre as histórias de formação do território angolano, silencia sua cultura e inferioriza suas línguas nacionais. Nesta conjuntura, este artigo tenta apresentar, sem complacência, uma breve contextualização do ensino em Angola desde o período colonial até a atual situação do sistema de educação, não obstante ter havido a reforma educativa iniciada no ano de 2002. Em seguida, discutimos sobre a importância da descolonização do ensino e a inclusão da história local, da memória coletiva centenária (ou tradições orais, como em outros países do continente) e das línguas nacionais no currículo oficial de ensino, e, conseqüentemente, pontuamos também sobre o desafio de uma formação docente crítica descolonizada capaz de apoiar essa inclusão e de impactar/mobilizar as crianças e os/as jovens para a valorização de suas raízes.

## **1 Breve Contextualização do Ensino em Angola**

Não existia uma preocupação com a educação do povo angolano no período colonial. A intenção dos portugueses era manter, de todas as formas, Angola sob seu domínio, fosse na economia, ou pela imposição da cultura, da língua, dos modos de ser e estar da metrópole. Somente em 1845 é que surgiu um registro de que foi estabelecida em Angola uma estrutura oficial do ensino, pelo decreto de 14 de agosto de 1845, criado por Joaquim José Falcão, que na época era ministro do Estado, da Marinha e do Ultramar, e assinado pela rainha D. Maria II, de Portugal.

José Falcão tinha criado algumas escolas, a exemplo da Escola Principal de Instrução Primária, e formou um Conselho Inspetor de Instrução Pública. Depois de dez anos da atuação de José Falcão, o ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros conhecido como Sá da Bandeira subscreve, em 19 de novembro de 1856, uma portaria

régia, a qual determinava que “[...] os filhos dos régulos, sobas e outros potentados indígenas deveriam ser educados em Luanda, sob a orientação e a vigilância das autoridades portuguesas, a expensas do Estado” (Santos, 1998, p. 120). Para todas as ações similares dos colonizadores, como o caso da educação, tinha sempre uma intenção, até porque a ideia era que os filhos dos sobas aprendessem a língua e a cultura portuguesas, e transmitissem este saber português para o seu povo. Ou seja, o colonizador português percebia na implementação de uma educação “ocidentalizada” ou “europeia branca”, não só o apagamento de qualquer resquício da cultura “indígena”<sup>1</sup>, como também o controle da população angolana.

De fato, é necessário lembrar que, em todos os territórios de dominação, o colonialista deu conta muito cedo que a arma cultural era a mais eficaz para se atingir os objetivos de subjugação. Um povo sem cultura, sem memória, sem língua, sem religião, se torna facilmente manipulável, sem resistência face à exploração. Portugal destruiu, sistematicamente, as línguas e as culturas dos povos angolanos através do famoso assimilacionismo. Do mesmo modo, ainda que haja o surgimento dos Estados-nação, os poderes africanos pós-independência dominados por assimilados, continuaram com o mesmo sistema (de ensino). Um dos desafios atuais do continente africano em desenvolvimento ou na busca pela valorização do seu passado e de sua identidade está na base da sua consciência histórica e, mais particularmente no caso de Angola, está na “reconstrução do sistema de educação/ensino” (Keita, 2015. p. 19).

Em 1910, com a implantação da República, na política colonial para os territórios africanos, que neste caso estamos falando de Angola, podemos observar a continuação dos modelos liberais, formalmente mantidos na constituição de 1911 e no discurso dos responsáveis metropolitanos, como também o assumido pragmatismo dos administradores coloniais que, de certa maneira, impuseram nos territórios angolanos uma arquitetura sistemática de exploração dos recursos, através da imposição de uma soberania branca (Rodrigues, 2003, p. 23-24). Depois de uma

---

<sup>1</sup>Destacamos que a discussão em torno da palavra “indígena” em Angola difere do entendimento sobre as populações indígenas no Brasil, por isso a grafia desta palavra encontra-se entre aspas, justamente para reforçar a perspectiva decolonial a qual optamos em nossa escrita, bem como situamos a localização histórica do indígena conceitualmente desenvolvida como momento anterior à chegada dos europeus e considerada como inferior sob à ótica da modernidade ocidental, autojustificando a inevitabilidade da vantagem da ‘cultura’ europeia, moderna e potencialmente universal (para maiores aprofundamentos ler Meneses, 2010, p. 29).

primeira fase de “invasão” do território, a ideologia colonial portuguesa acentuou sua base nacionalista a favor exclusivamente da metrópole, ficando marcada por uma política de imposições do primeiro governador Geral, Norton de Matos, entre os anos de 1912 e 1914. Assim, no período que compreende os anos de 1910 e 1926, o angolano e a angolana, mesmo sendo considerados/as como mão de obra inferior, já eram vistos/as como “civilizáveis”.

O governo de Norton de Matos, além de descentralizar política e economicamente as colônias, seu projeto de governança tinha como base um dos aspectos conhecidos do “darwinismo social”, que significava criar condições defendendo, por exemplo, a fixação de uma supremacia branca portuguesa sob o povo angolano (Mingas, 2007), com alegações de natureza racial. No campo da educação, Norton de Matos defendeu a instrução em Angola como meio de civilização para os angolanos e as angolanas, utilizando, dessa maneira, a língua portuguesa como instrumento de poder e de dominação, ou seja, foi, terminantemente proibido falar Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Tchokwe, Ngangela, enfim, qualquer língua nacional e as suas variantes. O que nos parece ser um autêntico glotocídio<sup>2</sup>/genocídio.

Necessário destacar que mesmo Angola apresentando uma diversidade etnolinguística caracterizando os povos bantu, “[...] a língua portuguesa gozava de um estatuto especial na ex-colônia, na medida em que era a única língua oficial do país” (Mingas, 2007, p. 93). O português era usado como língua franca nas áreas urbanas (Castro, 2014), e o seu grau de domínio não era alcançado por toda a população, especialmente a localizada nas áreas rurais (Castro, 2014); (Fernandes; Ntondo, 2002). A situação atual não difere muito desta citada pela Mingas (2007), pois as línguas do grupo bantu, reconhecidas como línguas nacionais, “[...] não gozam de nenhum estatuto definido, servindo somente como línguas de comunicação [...] entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico ou de uma mesma comunidade linguística” (Fernandes; Ntondo, 2002, p. 18), este fator decorre do processo de colonização (Fernandes, 2020, p. 126-127); (Fernandes, 2021).

Os colonizadores, durante o longo período do sistema colonial implementado, criaram várias estratégias para desestruturar e dominar os grupos étnicos em

---

<sup>2</sup>Termo utilizado aqui no sentido de que as línguas nacionais de Angola correm o risco de serem marginalizadas por completo, ocasionando em seus desaparecimentos.

Angola. Introduziram a história, a cultura e a língua portuguesa negando, deste modo, os traços identitários dos povos colonizados para que estes negassem a si próprios, desejando alcançar uma espécie de ideal moral em que tudo era feito para “[...] viver como o colono, vestir-se como ele, comer e beber como ele, falar e habitar como ele, rir e enraivecer-se como ele, ter as mesmas referências religiosas, morais e culturais que ele” (Sow; Abdulaziz, 2010, p. 632); (Fernandes, 2020, p. 127). Estas estratégias, além de motivar o etnicismo ou mesmo hierarquizar, gerando a dicotomia entre uns superiores “emancipados” e outros inferiores “não emancipados/primitivos”. Por outras palavras, os grupos assim considerados chegavam a cristalizar os mesmos conceitos criando dissensões. Foi assim que, em muitos territórios colonizados, o próprio colono inventou “grupos ou etnias” hierarquizados com as consequentes dissensões desembocando, às vezes, em “conflitos étnicos” ou “guerras tribais”. Criou-se uma política de imposição da língua portuguesa com a justificativa de se tratar de uma língua sociocultural neutra, “[...] sem potencial para fomentar conflitos interétnicos” (Castro, 2014, p. 37); (Fernandes, 2020). Essa política de imposição linguística proibia “[...] aos assimilados e às respectivas famílias falar outra língua, à exceção da portuguesa” (Mingas, 2007, p. 32). Para assegurar esta imposição foram sancionadas leis e criados artigos proibindo a comunicação entre as populações locais, o ensino nas escolas católicas, catequeses, escritos em jornal ou qualquer forma de comunicação que utilizasse as línguas nacionais (Mingas, 2007). “Se um filho de um assimilado falasse kimbundu [ou qualquer outra língua] (grifo nosso) na escola, os seus pais teriam, seguramente, problemas com a polícia portuguesa” (Mingas, 2007, p. 49). Medidas extremas de coerção às línguas nacionais que caracterizavam e fortaleciam o processo de dominação, exploração e subjugação dos povos em Angola (Fernandes, 2020, p. 127).

Por lei, só era permitido utilizar a língua portuguesa. As línguas nacionais de Angola passaram a ser chamadas pelo colonizador branco como línguas indígenas ou línguas do cão. Em consequência dessas e de outras políticas educativas seletivas contra a população, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU/Angola), Angola chegou à independência com uma taxa de analfabetismo na

ordem dos 85%<sup>3</sup>, uma das mais elevadas taxas do mundo. Essa taxa nos mostra uma extensão quantitativa e qualitativa preocupante na situação sociocultural e político-educativa do povo angolano, cujos efeitos negativos permanecem na atual estrutura socioeconômica do país. A análise que podemos chegar aqui é que no período colonial o ensino era excludente para os/as angolanos/as, pois a política educacional colonialista não permitia o acesso democrático de todos/as os/as angolanos/as aos serviços educativos, o que explica essas elevadas taxas de subescolarização geral da população.

Ressaltamos, também, que no período colonial houve uma forte influência do ensino missionário, tanto na evangelização quanto na educação oficial. Essa influência é visível pela presença da religião católica, com os jesuítas que se fixaram nas províncias de Luanda e Benguela, como também com os protestantes, da Igreja Batista ou da Igreja Metodista. A exemplo das missões da Igreja Batista, os primeiros missionários chegaram à Angola em 1878, foram enviados pela Sociedade Missionária Batista de Londres e fixaram-se em São Salvador do Congo, atual província do Zaire; também observamos a presença destes missionários batistas na província do Uíge, em Quibocolo, município de Maquela do Zombo, no município do Bembe; em N'Dalatando, capital da província do Kwanza Norte; e em Ambrizete, município do Nzeto. Quanto à Igreja Metodista, essa fez do Quéssua (Kessua), na província de Malanje, um internato para estudantes. Atualmente, nesse internato funciona o Instituto Médio Agrário. Podemos compreender que o ensino missionário assumiu um papel de extrema importância socioeducativa na melhoria das condições de escolaridade de muitos/as angolanos e angolanas, especialmente da população que ocupava as periferias urbanas, assim como as que estavam em territórios rurais (Afonso, 2016). Mas não se deve esquecer de outros aspectos nefastos desta educação, sobretudo no veicular do pensamento fundamental europeu-colonial: a superioridade branca, a sobrevalorização cultural branca e a religião cristã.

Na década de 1960, como as reivindicações político-militares dos Movimentos de Libertação Nacional e do intenso trabalho político e diplomático da comunidade

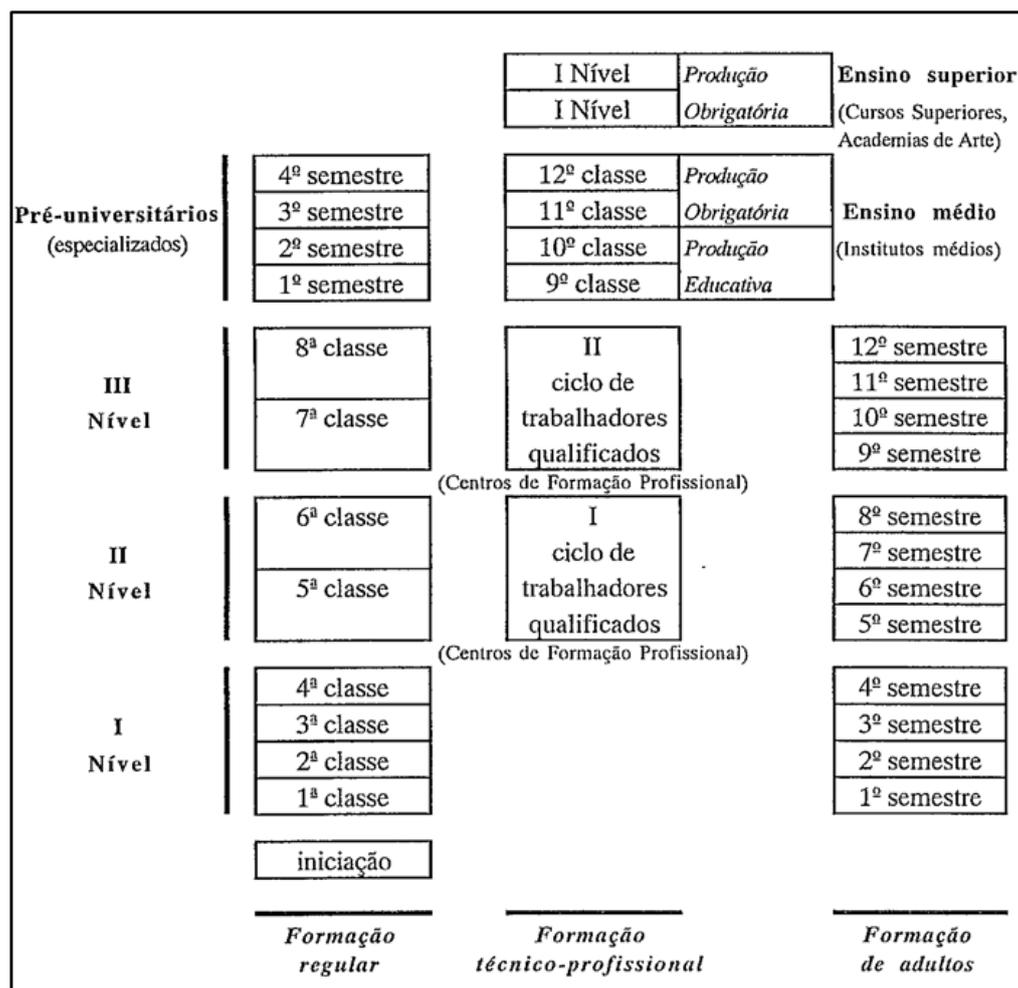
---

<sup>3</sup>Relatório de Balanço da implementação da 2ª Reforma Educativa em Angola – trabalho realizado pelo grupo de Diagnóstico do Ministério da Educação, em julho de 2011, p. 3-4. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/83471846-1-balanco-da-implementacao-da-2a-reforma-educativa-em-angola.html>>. Acesso em: 10 set. 2023.

internacional pela Independência de Angola, o colonialismo português inicia alguns poucos investimentos na área da educação, expandindo e consentindo o acesso de angolanos e angolanas na função docente. Com o Decreto-Lei nº 4.4530, de 21 de agosto de 1962, o ensino universitário foi instituído com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola, mas integrados à Universidade Portuguesa. Seis anos depois, com o Decreto-Lei nº 4.8790, de 23 de dezembro de 1968, os Estudos Gerais foram transformados em Universidade de Luanda.

Dois anos após a independência nacional, em 1977, a Lei Constitucional Angolana implementou a educação como um direito para todos os cidadãos. Houve a aprovação de um novo Sistema Nacional de Educação e Ensino que, de fato, só se concretizou no ano de 1978, tendo como princípios gerais: a igualdade de oportunidades no acesso e continuação dos estudos; a gratuidade do ensino em todos os níveis; e o aperfeiçoamento constante do pessoal docente. Como acontece em muitos países, o percurso formativo de um/uma estudante ocorre, obrigatoriamente, por um ensino geral de base, no caso de Angola, vamos ter um ensino geral de base com oito classes, divididas em três níveis; um ensino médio de quatro anos com duas possibilidades formativas, que pode ser o técnico, para formação de técnicos médios de vários ramos produtivos e/ou normal, destinado para a formação de professores para o ensino básico; depois um ensino pré-universitário com quatro semestres para a formação científica ou humanística preparatória para o ingresso imediato no ensino superior; e, por último, o ensino superior com duração de 5 anos (Quitambo, 2014, p. 95). Também destacamos que ao lado do sistema geral de ensino estão integrados a Formação Profissional, o Ensino de Adultos e o Ensino Especial, de acordo com o quadro a seguir:

**Quadro 1:** Fluxograma do Sistema de Educação e Ensino de Angola (1977-Atual).



**Fonte:** Exame Setorial da Educação: ANGOLA/MED, 1992.

Os princípios do novo sistema de ensino apresentavam mudanças. Isso porque o ensino se abriu e se tornou um ensino para todos os segmentos sociais, obrigatório até 4 anos de escolaridade, com a probabilidade de estender essa obrigatoriedade até a oitava classe, e gratuito para todos os níveis. Podemos observar a modificação do ensino secundário quando, os liceus e outras escolas do ensino clássico, deixam de ser privilégio das elites e são disponibilizados para todos/as.

Depois de todas as preparações para a segunda Reforma do Sistema de Educação, a Assembleia Nacional da República de Angola, aprovou a Lei nº 13/2001, de 31 de dezembro, que implementa as Bases do Sistema Educativo. Este documento “[...] estabeleceu para o sistema de educação angolano metas gerais – desdobradas em objetivos transversais – a alcançar no processo de preparação e formação do homem e [da mulher] (grifo nosso)” (Quitembo, 2014, p. 96), cuja estrutura integra as

seguintes metas: desenvolvimento das capacidades em geral, incluindo aspectos cívicos, estéticos e laborais; aumento do nível científico, técnico e tecnológico do país; preparação de indivíduo apto para resolver problemas a níveis nacional e internacional e; por fim, desenvolvimento de consciência pessoal e social dos/as estudantes (Quitambo, 2014, p. 96).

Necessário salientar dois pontos: o primeiro, que estas metas estabelecidas, em sua estrutura, buscam contemplar dois componentes fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo, que é a cidadania e a competência, constituindo, segundo Quitambo (2014, p. 96), um importante referencial para a efetivação dos processos de ensino-aprendizagem em qualquer instituição e/ou formação em que as instituições de formação docente possuam um lugar especial; segundo, que o plano de implementação progressiva do novo Sistema de Educação de Angola teve como base um processo de desenvolvimento que se estruturou em cinco fases, as quais podem coexistir entre elas. Estas fases são: Preparação (2002-2012); Experimentação (2004-2010); Avaliação e Correção (2004-2010); Generalização (2006-2011); e Avaliação Global (a partir de 2012). Fases que se integram e têm a responsabilidade de preparar os futuros professores para que, de posse de conhecimentos teóricos e práticos, consigam despertar nos alunos e nas alunas a cidadania e a competência que estruturam os objetivos gerais da educação angolana e que correspondem às estratégias de avanço e desenvolvimento da reforma educacional. Destacamos que, atualmente, o Sistema Educacional angolano se encontra na fase de Avaliação Global<sup>4</sup>.

Outro fator necessário que também precisa ser destacado é a Lei nº 13/2001, que define um subsistema específico de formação de professores. As metas colocadas com a implementação dessa Lei nº 13/2001 se enquadram para a preparação dos/as futuros/as professores/as. Nesse sentido, de 2000 até 2009, o sistema universitário público passou por uma intensa expansão, a exemplo da Universidade Agostinho Neto (UAN), que criou e expandiu, nas províncias do país, cerca de quarenta faculdades, as quais sofreram um processo de redimensionamento de acordo com os Decretos 5/09

---

<sup>4</sup>Relatório de Balanço da implementação da 2ª Reforma Educativa em Angola – trabalho realizado pelo grupo de Diagnóstico do Ministério da Educação, em julho de 2011, p. 22. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/83471846-1-balanco-da-implementacao-da-2a-reforma-educativa-em-angola.html>>. Acesso em: 10 set. 2023.

(de 07 de abril de 2009) e 7/09 (de 12 de maio de 2009), resultando na criação de seis novas universidades públicas. Além das universidades públicas, no panorama de Instituições de Ensino Superior, surge o ensino superior privado, a exemplo da Universidade Católica de Angola, fundada no ano de 1998, como também surgem Institutos Politécnicos privados.

Embora a expansão do ensino superior em Angola tenha se originado, conseqüentemente, do crescimento significativo do número da procura de alunos e alunas ao ensino superior, há ainda uma problemática na formação dos/as futuros/as professores/as no contexto angolano, que é a estrutura curricular de matriz colonial. Essa matriz curricular mantém um modelo de ensino centralizador e elitista, não permitindo flexibilidade na sua matriz. Isto é, o poder central procura, através do incremento regulatório, mostrar uma reforma educativa pensada, organizada, avaliada e implementada pelo Estado, que marginaliza a esfera pública e, conseqüentemente, adia o desenvolvimento da qualidade do ensino. Importa dizer que quando nos referimos à marginalização da esfera pública angolana, estamos aqui falando da não existência de um diálogo com o Estado e os principais agentes curriculares referente às demandas da educação nacional. Portanto, há uma inexistência de resultados sólidos, no tocante à formação docente.

Entendemos que a formação docente pode ser compreendida como o elemento de grande transformação entre professores/as e alunos/as. Dessa maneira, a formação docente deve ser considerada como um elemento fundamental e estratégico para acompanhar as transformações e inovações dentro do sistema de educação. Isso porque, os/as professores/as saem dos institutos superiores de educação, os ISCED's, sem preparação e sem um olhar crítico para correlacionar os conhecimentos teóricos e práticos.

Vale destacar que, diferente da Universidade Agostinho Neto, que forma bacharéis, especialistas em investigação nas diversas áreas, os ISCED's são os Institutos Superiores de Ciências da Educação de Angola. Sua criação e implementação em todo o território angolano teve/tem como objetivo social a formação inicial de professores/as para intervirem e atuarem em sala de aula em todos os níveis do sistema de educação do país. No entanto, muitos/as alunos/as que compõem o quadro de algumas licenciaturas, a exemplo especificamente de História e Línguas e

Literaturas africanas, enfrentam grandes dificuldades quando concluem o curso e precisam atuar no contexto da sala de aula. Estas dificuldades podem ser sentidas com a lacuna apresentada no currículo dos cursos de formação docente, que não trazem para o contexto da sala de aula situações reais vividas e experienciadas cotidianamente, as quais cada aluno/a em formação terá que enfrentar como futuros/as professores/as. Por isso, é de extrema urgência repensar a natureza das formações iniciais para tornar possível o ambicioso processo de reforma de ensino de Angola, descolonizando e fazendo da formação continuada um caminho para a efetiva profissionalização docente.

## **2 Descolonização do ensino e a inclusão da história, da cultura e das línguas nacionais no currículo oficial de Angola**

O currículo do sistema educacional angolano, que continua com forte alicerce neocolonial-imperialista, não inclui a diversidade sociocultural, etnolinguística e estético-filosófica existente em todo o seu território. Há uma maior ou privilegiada preocupação dos/as historiadores/as e dos/as linguistas angolanos/as com o tratamento dado à história, do que à memória e à ancestralidade angolana ou, ainda, às línguas nacionais. Isso é o resultado da estrutura dos currículos de formação oferecidos pelas Bases Centrais da Educação, uma herança da colonização de Angola por Portugal.

A luta pela descolonização e revalorização histórica e cultural, bem como a oficialização das línguas nacionais em Angola, tem sido, desde o período imediatamente pós-colonial (1975) e até os dias atuais, um grande desafio para o Instituto de Línguas Nacionais (ILN), o Instituto Nacional para a Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE) e, principalmente, para os Departamentos de História e de Línguas e Literaturas Africanas do ISCED e o Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Fernandes, 2020). Isso porque a história que os alunos e alunas têm acesso, desde o início de sua formação no ensino superior, é uma história calcada em uma linha temporal que vai da antiguidade à resistência da ocupação colonial e a atualidade, apresentando um período cronológico pautado por relações humanas entre os/as próprios/as africanos/as e os colonizadores; com algumas referências a revoluções

americanas, francesas e ao advento da revolução industrial inglesa. O processo de descolonização na Ásia, a guerra fria e grandes problemas do mundo atual também são abordados (Ministério da Educação – INIDE, 2019).

No entanto, conhecimentos referentes aos conteúdos de História da África e de História da Angola, não são tratados de forma inter-transdisciplinar. Na verdade, a História de Angola não consta, como disciplina, no programa curricular de História dos Institutos Médios Normais de Educação (IMNEs), como também não consta uma integralização ou interligação de conteúdos com os Institutos Superiores de Educação. Há uma lacuna considerável sobre a História de Angola na formação de professores e professoras. O que se apresenta da História de Angola são conhecimentos específicos na área da cultura, dissociada da história política e da história econômica do país. De acordo com Keita (2019), em uma entrevista para o jornal de Angola, os elementos que se apresentam sobre o histórico-cultural de Angola encontram espaço somente no campo dos usos e costumes, no domínio da folclorização, da militarização, e se diluem em temas de curiosidades sem nenhum olhar crítico.

Quanto à questão das línguas nacionais, em 2019, o Ministério da Educação, em parceria com o Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do ISCED - Luanda e com o Instituto de Línguas Nacionais (ILN) promoveu um colóquio para discutir sobre as múltiplas línguas e as suas variantes em Angola. Neste evento surgiram discussões acerca da inclusão destas línguas no currículo oficial de ensino como instrumento de comunicação nas escolas, com o objetivo de salvaguardar as identidades culturais dos nove grupos étnicos e priorizar o projeto de ensino bilíngue proposto pelo governo angolano, pois o contrário não acontece.

Angola é um país pluricultural e, conseqüentemente, plurilíngue e, embora a língua portuguesa seja a língua oficial de comunicação nacional, muitas pessoas no país não tem o português como sua língua materna, principalmente nas províncias mais distantes da capital Luanda, ou em territórios rurais. Dessa maneira, a manutenção ideológica do Estado ao vincular o monolinguismo à língua portuguesa promove a marginalização do que hoje acostumou-se a chamar de línguas nacionais, as línguas e suas variantes faladas pelos grupos étnicos existentes no contexto angolano.

O que observamos é que falta um olhar curricular plurirreferenciado sobre a diversidade histórica, cultural e linguística de Angola. Esse olhar plurirreferenciado sobre o contexto angolano poderia contribuir tanto para valorizar a história, a cultura e as línguas dos grupos étnicos que a compõem, como também para aprofundar o referencial teórico-metodológico que fundamenta os processos e as práticas curriculares, levando em conta o debate sobre um currículo crítico, que estimule o desenvolvimento de percursos formativos e que questione o conhecimento já posto. Uma formação crítica plurirreferenciada coloca na pauta de discussões o currículo como um artefato cultural de poder, que mantém a matriz colonial e silencia outras culturas, ao passo que possibilita aos alunos/as em formação nos cursos de licenciatura, por exemplo, a compreensão de que “[...] o currículo é o eixo estruturante do fenômeno educativo” (Morgado, 2014, p. 5), portanto é impossível pensar em educação e/ou formação docente sem pensar o currículo como um território em disputa de saberes (Arroyo, 2013).

Assim, Arroyo (2013, p. 32) nos leva a refletir que:

Práticas docentes que alargam concepções de conhecimento e de direito ao conhecimento na medida em que põem o foco nos educandos e suas vivências, que alargaram fronteiras restritivas que não fogem de ensinar os conhecimentos curriculares, mas se sentem forçados a transcendê-los. O avanço da identidade educadora enriquece a identidade docente. Coloca outros currículos em disputa.

Vemos aqui a importância de uma formação docente crítica descolonizada, que dispute territórios de conhecimento, que inclua experiências vivenciadas pelos/as futuros/as docentes para que estes/as possam criar outras práticas e outras identidades profissionais. O/a futuro/a professor/a precisa questionar, investigar e propor ações que contribuam tanto no plano individual como no coletivo. Nesta perspectiva, uma das discussões que se apresentavam sempre nos cursos de História e de Línguas e Literaturas Africanas tanto do ISCED - Luanda quanto no curso de História da Universidade Agostinho Neto era justamente sobre a urgência de uma formação que tivesse como ponto de partida e de chegada a investigação, pois é a partir da investigação que os/as futuros/as docentes poderão incluir a história, a cultura, a memória e as línguas nacionais no currículo oficial de Angola, na tentativa de repor os angolanos e angolanas como sujeitos/as de suas próprias histórias,

culturas e memórias. Porém, para tal desobediência epistêmica curricular é importante questionar o papel da universidade na formação dos/as futuros/as professores/as, como também incentivar o rompimento dos paradigmas ocidentais do conhecimento. Não podemos pensar e arquitetar conhecimento em solo africano “na esteira dos outros” (Ki-zerbo, 2006); (Ela, 2016, p. 101).

Ao pensar e arquitetar o conhecimento a partir do solo de origem (Ela, 2013), os/as alunos/as dos cursos de História e de Línguas e Literaturas Africanas poderão trazer para o cotidiano da universidade, experiências de sua vida-formação a partir das histórias contadas pelas elites tradicionais de Angola, uma forma de revisitar a história do país fazendo um mergulho atento à memória, à tradição oral, escutando os/as makota (mais velhos/as) dos grupos étnicos aos quais pertencem. Fazer este mergulho ancestral, contando a história que os/as alunos/as não tiveram acesso, de fato, é uma possibilidade de debruçarem em outras formas de construir conhecimento.

### **Considerações finais**

Este artigo contextualiza de forma pontual alguns marcos importantes da Reforma Educacional de Angola. Embora consigamos perceber um esforço do governo em implementar importantes metas, nestes longos anos de Reforma Educativa percebemos que no novo sistema educacional angolano, a herança colonial encontra-se presente na estrutura curricular, desvalorizando e/ou desconhecendo os saberes, fazeres e dizeres de grande parte da população angolana.

Não podemos esquecer que a formação docente é o eixo central na discussão do sistema educacional, sobretudo, quando atribuímos à educação um meio para transgredir as bases do sistema colonial. Portanto, é imprescindível que em seu processo de formação os/as futuros/as docentes tenham acesso a um ensino crítico, para que se tornem questionadores/as, criativos/as, investigativos/as. São as desobediências epistêmicas do processo de ensino-aprendizagem que podem proporcionar transformações no sistema educacional.

Por fim, sinalizamos sobre a descolonização do ensino e a inclusão da história local, da memória dos/as mais velhos/as e das línguas nacionais no currículo oficial de ensino e, conseqüentemente, pontuamos também, o desafio de uma formação

docente crítica descolonial, pautada nas experiências vivenciadas pelos/as futuros/as docentes para que estes/as possam criar outras práticas e outras identidades profissionais, capazes de impactar/mobilizar as crianças e os/as jovens para a valorização de suas raízes.

## Bibliografia

AFONSO, Camilo. *A educação tradicional do noroeste de Angola: formas de transmissão de saberes e sua presença na Bahia*. 2016. 313 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CAMPUS I, Salvador, 2016.

ANGOLA. *Decreto-lei n.º 44530, de 21 de agosto de 1962*, da Administração Colonial Portuguesa – Criação dos Estudos Gerais Universitários.

ANGOLA. *Decreto-lei n.º 48790, de 23 de dezembro de 1968* – Alteração da denominação de Estudos Gerais Universitários para Universidade de Luanda.

ANGOLA. *Exame Sectorial da Educação* - República de Angola. Luanda: Ministério da Educação (MED), 1992.

ANGOLA. *Decreto-Lei n.º 5/09, de 7 de Abril de 2009* - publicado no Diário da República. I Série – n.º 64 - cria as Regiões Acadêmicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de ensino superior.

ANGOLA. *Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio de 2009* - publicado no Diário da República. I Série - n.º 87 - estabelece a reorganização da rede de Instituições de Ensino Superior públicas, a criação de novas instituições de Ensino Superior e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN).

ANGOLA. *Lei n.º 13/01, de 31 de Dezembro de 2001* - publicada no Diário da República I. Série - n.º 65 - Lei de Bases do Sistema de Educação.

ARROYO, Miguel González. *Currículo, território em disputa*. 5 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

BAXE, H.; FERNANDO, M.; PAXE, I. *O ensino primário em Angola: Formação, atuação e identidade dos professores*. Luanda: Creative Commons, 2016.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Um panorama das línguas faladas na África. In: Gonçalves, J. (Ed.). *África no Mundo Contemporâneo: estruturas e relações*. Luanda: Editora Garamond, 2014.

DIOP, Cheikh Anta. *A Origem Africana da Civilização: Mito ou Realidade*. Traduzido para o Português a partir da Tradução Inglesa Mercer Cook. Paris: Présence Africaine, 1955.

ELA, Jean-Marc. *Restituir a História às Sociedades africanas: promover as Ciências Sociais na África Negra*. Tradução Maria Teresa D. L. Moreira. Coleção Releer África. Luanda, Angola: Edições Pedagogo & Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais – UAN, 2013.

ELA, Jean-Marc. *A Investigação Africana face ao Desafio da Excelência Científica – Livro III*. Tradução Sílvia Neto. Coleção Reler África. Luanda, Angola: Edições Pedagogo & Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais – UAN, 2016.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Brasileiras, 1968.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. *Em Defesa da Revolução Africana*. Tradução: Isabel Pascoal. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1980.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. *De Angola à Nilo Peçanha: Traços da Trajetória Histórica e da Resistência Cultural dos Povos Kongo/Angola na Região do Baixo Sul*. 260 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. *Ancestralidade africana na gramática formal de ensino: reflexões sobre a influência do Aumento da língua kikongo no português falado no Recôncavo e Baixo-sul da Bahia*. ReVEL, v. 19, n. 37, 2021.

FERNANDES, João; Ntondo, Zavoni. *Angola: Povos e Línguas*. (Coleção Ensaio/Língua e Cultura) – Editorial Nzila: Luanda, 2002.

FU-KIAU, Kimbwandende Kia Bunseki. *African Cosmology of the Bântu-Kôngo, Tying the Spiritual Knot – Principles of Life e Living*. Canadá: Athelia Henrietta Press – Publishing In Name Orunmila. 2001.

GOODSON, I. F. *As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas*. Tradução: Vera Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOUNTONDI, Paulin J. (org.). *O Antigo e o Moderno: a produção do saber na África Contemporânea*. Tradução Manuel F. Ferreira et al. Coleção Reler África. Luanda, Angola: Edições Pedagogo/Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais – UAN, 2012.

INL – Instituto Nacional de Línguas/Departamento de Investigação Científica Aplicada. *Histórico sobre a criação dos alfabetos em Línguas Nacionais*. Lisboa: Edições 70, 1977.

KEITA, Boubakar Namory. *História da África Negra*. Luanda-Angola: Texto Editores, 2009.

KEITA, Boubakar Namory. *Contribuição Endógena para a Escrita da História da África Negra: ensaios sobre a obra de Cheick Anta Diop*. Angola: Mayamba, 2015.

KEITA, Boubakar Namory. Tutancámon: do esplendor à polêmica. *Jornal de Angola*, Luanda, 10 de maio de 2019.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Tradução: Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MBEMBE, Achille. *Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África Descolonizada*. Coleção Reler África. Luanda, Angola: Edições Pedagogo & Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais – UAN, 2014.

MBUNGA, Honoré. A Problemática da Periodização da História de Angola: o período colonial. In: Arquivo Nacional de Angola. *Actas do III Encontro Internacional sobre História de Angola*. Luanda: Edições do Arquivo Nacional de Angola, 2014.

MENESES, Maria Paula G. O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais. *E-cadernos CES* [On-line], 07 | 2010, posto on-line no dia 01 março 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/403>; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.403>. Acesso em: 19 jan. 2024.

MINGAS, Amélia A. *Interferência do Kimbundo no português falado em Luanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Encontro Nacional da Educação: Acta das preleções e discussões em grupos temáticos – “Capacitar o professor é Garantir uma Educação de qualidade para todos”*. Luanda: Editora Moderna, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Revisão Curricular: Propostas de novos Planos de Estudos no âmbito do INACUA/PAC 2018-2025*. Luanda: INIDE, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Propostas de Lei da Política Curricular*. Luanda: Editor Governo de Angola, 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA E INSTITUTO DE LÍNGUAS NACIONAIS. *Léxicos Temáticos Português–Kimbundo*. Luanda: Editor Instituto de Línguas Nacionais, 2015.

MORGADO, José Carlos Morgado; Quitambo, Alberto Domingos Jacinto (Eds.). *Currículo, Avaliação e Inovação em Angola: Perspectivas e desafios*. Benguela/Angola: Edições Ondijiri, 2014.

PAXE, Abreu Castelo Vieira dos. *A Migração Fractal do Provérbio: práticas, sujeitos e narrativas entrelaçadas*. 2016. 299f. Tese (Doutorado Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

QUITEMBO, Alberto Domingos Jacinto. *A formação de professores e os desafios da educação em Angola: algumas reflexões*. In: Morgado, José Carlos Morgado; Quitambo, Alberto Domingos Jacinto. (Eds.). *Currículo, Avaliação e Inovação em Angola: perspectivas e desafios*. Benguela/Angola: Edições Ondijiri, 2014.

RODRIGUES, Eugénia. *A geração silenciada: a liga nacional africana e a representação do branco em Angola na década de 30*. Porto: Edições Afrontamento, 2013.

SANTOS, Martins dos. *Cultura, Educação e Ensino em Angola*. Braga/Portugal: Edição eletrônica, 1998.

SOW, Alfa I; Abdulaziz, Mohaned H. Língua e evolução social. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. *História da África VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

WA THIONG'O, Ngugi. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Islington, Londres: James Currey, 1986.

WOODSON, Carter G. *A Deseducação do Negro*. Tradução Kwame Asafo Nyansafo Atunda. São Paulo: Medu Neter Livros, 2018.

**Recebido em:** setembro de 2023

**Aceito em:** janeiro de 2024

### **COMO REFERENCIAR**

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues; KEITA, Boubakar Namory; PAXE, Abreu Castelo Vieira dos. No Fio da Fronteira: reatualizando o diálogo sobre a inclusão da história, da cultura e das línguas nacionais de Angola no currículo oficial de ensino. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 30-47, 2024.

## As Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto: notas sobre um cotidiano acadêmico angolano

### The Social Sciences of Agostinho Neto University: Notes on an Angolan academic daily life

**Yérsia Souza de Assis**

Universidade Federal do  
Recôncavo da Bahia/CFP;  
Doutora em  
Antropologia/UFSC.  
E-mail:  
[souzaversia@gmail.com](mailto:souzaversia@gmail.com)

#### Resumo

A Faculdade de Ciências Sociais é uma das unidades orgânicas da Universidade Agostinho Neto em Angola, na África. Neste texto busco, através de notas etnográficas, discutir as relações acadêmicas por mim observadas nesse espaço universitário. Empregando atenção às interpretações que os meus interlocutores ofereciam sobre este lugar, problematizo sobre os avanços, as contradições, as renúncias e as aderências que o universo do ensino superior em Angola tem esquadrihado. Através de uma observação participante, este texto reflete em quais momentos a vida acadêmica da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto tem experimentado. O texto também apresenta um panorama acerca das mobilizações históricas que essa Faculdade tem ocupado no cenário acadêmico angolano. Acrescido a isso, este artigo apresenta notas sobre em quais termos as Ciências Sociais, enquanto disciplina e escola teórica, tem sido pautada no contexto social angolano.

**Palavras-chaves:** Angola. Ensino Superior. Ciências Sociais. Universidade Agostinho Neto.

#### Abstract

The Faculty of Social Sciences is one of the organic units of the Agostinho Neto University in Angola, Africa. In this text, I seek, through ethnographic notes, to discuss the academic relations I observe in this university space. Paying attention to the interpretations that my interlocutors offered about this place, I problematize the advances, contradictions, renunciations and adhesions that the universe of higher education in Angola has scrutinized. Through a participant observation, this text reflects on the moments in which the academic life of the Faculty of Social Sciences of the Agostinho Neto University has

experienced. The text also presents an overview of the historical mobilizations that this Faculty has occupied in the Angolan academic scenario. In addition, this article presents notes on the terms in which the Social Sciences, as a discipline and theoretical school, have been based on the Angolan social context..

**Keywords:** Angola. Higher Education. Social Sciences. Agostinho Neto University.

## 1 “Tás a ver?” Essa é a nossa Faculdade.

Conversando com os estudantes, tentei notar o que eles também pensam quando falam: “Tás a ver? Essa é a nossa Faculdade”. Em alguns momentos, acho que é simplesmente uma frase de apresentação que se encerra em si. Em outros, considero que há algum tipo de indignação embutida. Também acredito que exista uma perspectiva de prestígio, pois se trata da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, a universidade pública com mais prestígio do país. (Luanda, 19 de setembro de 2017<sup>1</sup>).

Ao iniciar as minhas atividades de campo em Luanda, estive pela primeira vez na Faculdade de Ciências Sociais, duas semanas após a minha chegada. Essa primeira ida teve um caráter de visita ao local, que se constituiria no ambiente das atividades cotidianas a serem desenvolvidas. Nesse primeiro dia, fui conduzida pela antropóloga Teresa Aço<sup>2</sup> e pelo orientador da pesquisa em Angola, professor Nkosi<sup>3</sup>. Estava, assim, conhecendo o lugar onde realizaria boa parte das tarefas da pesquisa. Nessas primeiras idas, formulei algumas questões, das formulações feitas, considero para esse texto que duas delas podem ser acionadas: Como tem sido a vida acadêmica da Faculdade de Ciências Sociais da UAN? Como seria “fazer” Ciências Sociais em Angola, em Luanda? Em algumas notas e pequenas reflexões tento responder a essas indagações ao longo deste texto.

---

<sup>1</sup>Trata-se de trecho do meu Diário de Campo, produzido durante a realização da pesquisa em 2017. Utilizo em outros momentos excertos do Diário, com finalidade estritamente etnográfica.

<sup>2</sup>Professora Teresa Aço tem meu profundo agradecimento pela recepção e atenção comigo e com o desenvolvimento da pesquisa. A professora Aço estendeu seus préstimos para além das atribuições vinculadas ao projeto Kadila, que subvencionou esta pesquisa.

<sup>3</sup>Meu também profundo agradecimento ao professor José Nkosi, por toda a assistência na condução e no desenvolvimento da pesquisa.

Para isso, escolhi fazer uma pequena descrição do espaço físico e interativo da Faculdade de Ciências Sociais, com vistas a retratar o ambiente no qual o estudo se desenvolveu, considerando a relevância dessas informações para as reflexões que busco empreender ao longo do texto. Antes disso, faço um apontamento geral do ponto de partida do estudo que subsidia este texto. Em outras palavras, apresento brevemente quais foram os meus itinerários.

Em 2017, realizei uma parte da minha pesquisa de doutorado em Angola, o objetivo era compreender as dinâmicas do ensino superior angolano; e o espaço escolar eleito para isso foi a Faculdade de Ciências Sociais, ponto central da discussão aqui empreendida. Ademais, o trabalho desenvolvido esteve vinculado ao Projeto Kadila: Culturas e Ambientes<sup>4</sup>, um projeto de cooperação acadêmica entre a UFSC<sup>5</sup> e a UAN<sup>6</sup>; a parceria acontece pelas aproximações entre o NUER<sup>7</sup> e o CEDO<sup>8</sup>.

Vou para Angola/Luanda na condição de estudante de doutorado brasileira, com financiamento do Estado brasileiro na modalidade de Doutorado Sanduíche, modalidade esta, inserida em um programa da CAPES juntamente com a AULP – Associação de Universidades de Língua Portuguesa, e que tinha uma especificidade: fortalecer relações entre a ciência brasileira e a ciência do continente africano. Desta feita, universidades como a UAN, bem como instituições de ensino superior de Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe passam a ser consideradas como destinos acadêmicos e de pesquisa. Neste itinerário de possibilidades e escolhas, faço a opção por desenvolver uma parte do meu Doutorado em Angola.

A pesquisa levou em consideração também o Brasil, com a finalidade de colocar em diálogo os dois países. Das muitas possibilidades que uma interlocução como essa pode promover, a escolha foi refletir como a produção de conhecimentos entre esses países tem sido pensada a partir da chave da história da África e da cultura afro-brasileira; esta última muito a partir do Brasil. Aqui não faço remissão a essa discussão mais central do trabalho de tese. Concentro-me nas notas

---

<sup>4</sup>Para mais informações, acessar: [kadila.net.br](http://kadila.net.br).

<sup>5</sup>Universidade Federal de Santa Catarina/Brasil.

<sup>6</sup>Universidade Agostinho Neto/Angola.

<sup>7</sup>Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas/Brasil.

<sup>8</sup>Centro de Estudos do Deserto/Angola.

etnográficas que apresentam a FCS e o que isso pode trazer de relevo para pensar o ensino superior angolano e a sua conexão com as Ciências Humanas locais. Feito esse apontamento, retomo a apresentação da FCS.

A FCS está situada no bairro Alvalade<sup>9</sup>, próximo ao aeroporto 4 de Fevereiro e outros pontos referenciais da cidade de Luanda, como o Largo das Heroínas<sup>10</sup> e o Primeiro de Maio<sup>11</sup>. Está situada em uma avenida central, chamada Ho Chi Minh<sup>12</sup>, que direciona para vários bairros e zonas da cidade de Luanda, como o Aeroporto 4 de Fevereiro, bairros como Rocha Pinto e Morro Bento, Prenda e também para Maianga<sup>13</sup>, todos bairros de Luanda. Relaciono-os, aqui, para ilustrar o modo como essa avenida funciona feito uma escoadora da mobilidade urbana. Por isso, a sua importância.

O entorno da FCS é composto por residências, comércios, um grande supermercado, localizado dentro de um shopping, que está parcialmente concluído e, por isso, não opera integralmente. Além de um hospital particular, existem paragens para uso de transporte público (candongueiros<sup>14</sup>, carros particulares que transportam pessoas, motocicletas com serviços de *motoboy*); está em uma região central e

---

<sup>9</sup>Bairro Alvalade. Situado no distrito da Maianga, pertence ao município de Luanda. O bairro foi construído pelos portugueses em uma inspiração ao bairro Alvalade, de Lisboa. Foi fundado na década de 1950. No período colonial, a edificação do bairro esteve associada à promoção de equipamentos ligados à cultura e ao desporto, além de ser um bairro com concentração de áreas verdes. Atualmente, existem edificações do período colonial, mas em concorrência com novas edificações.

<sup>10</sup>Segundo Jacob, “Em substituição desses monumentos deixados pelos portugueses, novos se ergueram, aproveitando antigos espaços, ou em novas praças traçadas após a independência, como é o caso da estátua do primeiro Presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, no Largo 1º de Maio, e do grupo escultórico que lembra as quatro Heroínas, no largo homônimo” (Jacob, 2011, p. 37). As heroínas são Deolinda Rodrigues, Irene Cohen, Engrácia Paim e Lucrecia dos Santos, mulheres que estiveram juntas no *front* de batalha pela Independência de Angola.

<sup>11</sup>Como explicado em nota anterior, o Largo Primeiro de Maio abriga a estátua em homenagem ao primeiro presidente da Angola. Situado em ponto central para mobilidade em Luanda, esse espaço se tornou um local que abriga manifestações públicas de diversas ordens, desde favoráveis ao Estado angolano como contrárias. Símbolo de luta e resistência em Angola que se reinventa enquanto lugar à medida das dinâmicas que mobilizam a vida angolana.

<sup>12</sup>Nguyen Tat Thanh (1890-1969). “Foi um líder comunista vietnamita e principal articulista da luta do Vietnã contra o domínio colonial francês. (...) Fundador do comunismo vietnamita”. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/ho\\_chi\\_minh.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/ho_chi_minh.htm)>.

<sup>13</sup>Maianga nomeia um distrito do município de Luanda.

<sup>14</sup>Nome ofertado às vans e minivans que circulam na cidade de Luanda fazendo transporte de pessoas, são utilizados também em outras províncias de Angola. São transportes públicos. Em geral, as cores são azuis e brancas. Existem paragens para se apanhar e descer. Fazem trajetos variados. Além desse nome, também são chamados de táxi. Em Luanda, os candongueiros concorrem com os Tcul – Transporte Coletivo Urbano de Luanda. Embora os veículos Tcul sejam em menor número e não circulem por tantos destinos como os candongueiros.

focalizada da cidade de Luanda. A sua estrutura é constituída por três blocos: dois prédios, sendo um deles com andares, e outro feito de containers; e que conta também com um pavimento superior e, por último, o anexo. No centro, mas não fazendo parte da Faculdade de Ciências Sociais, existe a Faculdade de Arquitetura, que difere um pouco dos outros prédios. Além desses, existe mais uma estrutura predial a qual não tive acesso. A Faculdade de Ciências Sociais funciona no antigo prédio do INE<sup>15</sup>, sendo aí o lugar onde estão instaladas as salas de aula, salas dos docentes, bibliotecas e banheiros para estudantes. Não existiam, até a data da realização da pesquisa, instalações novas, ou outras direcionadas à FCS, sendo, portanto, herdeira de equipamentos públicos de outra instituição angolana.

No edifício central também estão situadas as salas de aula da pós-graduação, bem como a sala do decano/a<sup>16</sup>. Existem, também, laboratórios destinados a estudo e pesquisa, aos quais tive acesso apenas uma vez em uma situação de entrevista em que o docente interlocutor considerou aquele espaço propício para a nossa conversa. Ainda na edificação mencionada acima, há as salas da administração da FCS e também da Associação de Estudantes. Um guarda cuida do controle de acesso à entrada, além de outros seguranças espalhados entre os andares. Os outros prédios são menores e as suas estruturas mais específicas. No Anexo, existem apenas salas de aula, um pequeno espaço administrativo, uma sala para docentes, estacionamento e um banco que acolhe a demanda da comunidade universitária, mas também do público externo à universidade.

No Anexo é, também, onde está situada a banca de livros da Faculdade de Ciências Sociais, em uma grande mesa coberta por um toldo. Nela estão expostos livros produzidos pela editora<sup>17</sup> da instituição aludida, livros de docentes da FCS e de

---

<sup>15</sup>Instituto Nacional de Estatística. “O Instituto Nacional de Estatística (INE) é um serviço público, cujo objetivo é assegurar a produção e a difusão das estatísticas oficiais, bem como a coordenação técnico-científica do Sistema Estatístico Nacional.” Disponível em: <<http://www.ine-ao.com/perfilIne.html>>.

<sup>16</sup>A função institucional de Decano/a se equivaleria no Brasil a um Pró-reitor/a ou Diretor/a de Centro.

<sup>17</sup>Edições Mulemba. Com traço editorial voltado para as publicações e traduções de textos das Humanidades. As Edições Mulemba concentram coletâneas de publicações. Dessas coletâneas, a coleção ‘Reler África’ tem maior número de materiais publicados, bem como é considerada o cartão de visitas da Editora. As edições Mulemba publicam seus textos em parceria com a Editora portuguesa ‘Pedago’. Além da Coleção Reler África, fazem parte também as coleções ‘Biblioteca de Ciências Sociais e Humanas’, ‘Oficina de Ciências Sociais e Humanas’, ‘Horizontes das Ciências Sociais e Humanas’, ‘Incubadora das Ciências Sociais e Humanas’ e ‘Cadernos de Ciências Sociais – Série Ciência Política’.

outros docentes vinculados, ou não, à FCS, além da mostra de algumas revistas científicas, como a RAS – Revista Angolana de Sociologia; livros de outras editoras nacionais, como a Chá de Caxinde,<sup>18</sup> também são comercializados. Não havia, ao menos em 2017, um espaço físico destinado à comercialização do material acadêmico produzido pela Faculdade; uma livraria, por assim dizer. Na banca havia livros brasileiros que estavam sendo comercializados, títulos acadêmicos e não acadêmicos.

Já a Faculdade de Ciências Sociais conta com uma edificação formada por um conjunto de containers agregados, que forma uma unidade predial com um único andar. Nesse bloco, estão situados os departamentos, as salas da coordenação dos cursos, bem como das secretarias. Existe uma sala central para os docentes e no piso superior estão as salas da coordenação e da pós-graduação, assim como de laboratórios de pesquisa e o Centro de Estudos Africanos. A sala da editora da FCS também se encontra nos containers. Cabe apontar que, em boa parte das minhas conversações, os interlocutores sublinharam que esse bloco em específico é uma instalação provisória, haja vista que ‘não tem cabimento nos manterem aqui. Não é, professora Yérsia?’<sup>19</sup>. Nessa indagação, eu me mantinha isenta. Apenas gesticulava, mostrando a minha imparcialidade, a minha neutralidade diante do assunto.

Das estruturas que são consideradas mais inadequadas para discentes e docentes, em primeiro lugar fica o bloco ou o “prédio dos containers”, nomeação dada por mim. Esse prédio é considerado, por docentes e discentes, impróprio ao trabalho intelectual, tendo em vista a sua grande exposição aos raios solares, além de possuir as menores instalações. Mesmo assim, tem suas funcionalidades mais voltadas aos aspectos administrativos da vida acadêmica na FCS.

---

<sup>18</sup>Chá de Caxinde. Associação Cultural e recreativa. Editora. Espaço cultural situado na Baixa de Luanda. Segundo Micas (2014), “já nos anos 2000, outra atividade veio se juntar ao diversificado cardápio da Chá, como é conhecida por seus frequentadores: a edição e a comercialização de livros. Hoje são cerca de 150 títulos editados, entre romances, livros de contos e poesias, ensaios no âmbito das ciências sociais e publicações voltadas para o público infante-juvenil, que incluem autores como Pepetela, Arnaldo Santos, Boaventura Cardoso, José Eduardo Agualusa, Ondjaki e Ruy Duarte de Carvalho” (Micas, 2014, p. 13). A editora Chá de Caxinde mantém uma livraria para comercialização de suas próprias obras produzidas, como de outras editoras de Angola, do Brasil e de Portugal.

<sup>19</sup>Não me apresentava como professora, mas, sim, como estudante de doutorado do Brasil realizando pesquisa de campo na modalidade estágio – sanduíche. No entanto, dadas as formalidades nas relações e etiquetas da sociedade angolana, esses aspectos se reproduzem no ambiente acadêmico. E, em razão disso, eu era denominada como professora, às vezes por docentes e em quase todas as interlocuções com discentes. Funcionando como uma vênua que mantém a formalidade, o respeito e a distância na relação estabelecida.

No piso superior, existiam salas de centros de pesquisa, aqui já mencionadas; não tive oportunidade de acessá-las. Liberato e Bota (2019) apontam que esse tipo de estrutura física, com aspectos precários, acaba por criar outros tipos de constrangimentos que se refletem na qualidade, no desenvolvimento e na produção acadêmica da FCS.

Outra construção que funciona no pequeno complexo<sup>20</sup> de prédios da FCS/UAN é o Departamento de Arquitetura, situada ao centro, é a primeira a ser vista quando da entrada no complexo da FCS, com uma fachada diferente das outras estruturas prediais, sem andares e com algumas árvores, gramas e flores no seu entorno. O maior orgulho desse departamento é ter tido em seus quadros docentes o senhor Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, ou Pepetela. Formado em Sociologia, ministrou aulas no departamento assinalado, tendo começado sua carreira na década de 1980; hoje é professor titular reformado. Vale notar que algumas pessoas me informaram orgulhosamente a saber: “olha, tás a ver a Faculdade de Arquitetura. Pepetela deu aulas aqui”.

Sempre que surgia esse comentário, havia uma aura de prestígio imputada ao espaço que a FCS compartilhava junto ao prédio da Arquitetura e ao aspecto ilustre que aquele espaço carregava. Eu não consegui entender se efetivamente o Pepetela ministrou aulas onde hoje estão situadas a FCS e a Faculdade de Arquitetura, ou se o fato de ele ter sido um docente ilustre contagiou as narrativas que são feitas sobre o espaço até hoje. Contudo, ressalto que o curso de Arquitetura, segundo a organização departamental da UAN, está ligado à Faculdade de Engenharia.

A Faculdade de Ciências Sociais como foi-me apresentada, em setembro de 2017, alcançou algumas melhorias desde a fundação em 2010, como apontaram alguns interlocutores: “Hoje, como digo, mesmo que veja aquilo muito precário, é um luxo”, disse-me uma vez uma docente da FCS. Cabe destacar que antes de 2010, as Faculdades de Letras e Ciências Sociais eram unificadas e foram fundadas no ano de 2003, um ano após o cessar da guerra civil angolana. Até 2009, essas faculdades

---

<sup>20</sup>Chamo de complexo, pois são três prédios que dividem uma mesma extensão de espaço, não interligados na estrutura, embora o Anexo e o Bloco Principal partilhem espaços destinados às aulas.

mantiveram suas atividades conjugadas, sendo, posteriormente, tornadas unidades orgânicas autônomas.

As informações públicas sobre a história da Faculdade de Ciências Sociais da UAN explicam que:

A Faculdade de Ciências Sociais é uma das novas unidades orgânicas da Universidade Agostinho Neto. Foi criada no ano de 2009, através do decreto nº 7/2009, de 12 de maio (artigo 7º). Vários constrangimentos levaram a que o seu funcionamento só fosse concretizado a partir do dia 25 de outubro de 2010, com a extinção formal da Faculdade de Letras e Ciências Sociais e da nomeação, pelo magnífico reitor da UAN, dos decanos e vice-decanos de duas novas faculdades: a de Ciências Sociais e a de Letras. Aquela, assume a herança da extinta faculdade de Letras e Ciências Sociais, mas com uma clara orientação para a mudança, procurando conciliar o desenvolvimento institucional e sustentável, em constante abertura e relação com a comunidade envolvente, no âmbito da região académica em que se inscreve, nos planos nacionais, regional e internacional.<sup>21</sup> (UAN, n. p., on-line).

A Faculdade de Ciências Sociais constitui-se como uma das unidades orgânicas da UAN, destinadas à formação de estudantes em níveis de graduação e pós-graduação. Atualmente, são oferecidos cursos superiores nas áreas de Antropologia, Ciência Política, Comunicação Social, Geodemografia, Gestão e Administração Pública, História, Psicologia e Sociologia. São ofertados, também, cursos de mestrado em Ciência Política, Administração, Psicologia Social e Sociologia, além de um curso de doutoramento em Ciências Sociais, valendo ressaltar ser esse o único do país.

Sendo uma faculdade recente, com pouco mais de uma década, nascida no pós-guerra, são inúmeros os desafios aos quais tem de fazer frente; e ainda assim com a incumbência de promover uma produção intelectual e teórica que consiga analisar as dinâmicas e complexidades que regem e organizam a sociedade angolana. Depois de uma década, a FCS ainda enfrenta problemas que são considerados incoerentes quando observados pelas lentes do tempo de existência da Faculdade. São, especialmente, os problemas infraestruturais: falta de salas de aula adequadas, serviço de internet com limitações, biblioteca com acessos limitados, acervo bibliográfico com algumas ausências. Aspectos que acabam por concentrar

---

<sup>21</sup>Disponível em: <<https://uan.ao/faculdades/ciencias-sociais>>. Acesso em: 12/04/2020.

observações por parte dos corpos docente e discente. A situação acaba interferindo na própria dinâmica universitária, refletindo em prejuízos acadêmicos, que depois se expressam no mundo do trabalho. Como assinalam Liberato e Bota:

Os constrangimentos que o ensino superior e as universidades angolanas têm enfrentado desde o período pós-independência colocaram para aquele nível de ensino desafios estruturais e uma pressão para uma necessidade urgente de reforma, a partir do seu interior. No que toca à formação em Ciências Sociais, o cenário apresenta-se ainda mais complexo, na medida em que é encarada socialmente como a área de formação para o desemprego. (Liberato e Bota, 2019, p. 2724).

É interessante assinalar que tanto a reflexão crítica que vem sendo produzida em Angola acerca do seu ensino superior, nesse caso, na interface das Ciências Humanas, como a própria narrativa institucional, e aqui apontamos para o trecho da história da FCS já destacado, indicam a situação do constrangimento para o início das atividades acadêmicas e para o avançar dessas. Considero que essa situação seja, ainda, não só um reflexo de um país que tem se ocupado na organização interna pós-guerra, sendo esse um elemento ainda atual.

A própria resistência histórica ao ensino das Ciências Sociais em Angola (Kajibanga, 2009) transparece nessas dificuldades estruturais, resultantes de uma operação que desencontra recursos, melhorias e formulações de políticas educacionais mais eficazes. O efeito sentido nas observações de discentes e docentes é também percebido na situação obstruída das próprias contribuições que a FCS pode e deve oferecer à sociedade angolana, à medida que essa é uma das instituições públicas que tem como intuito, também, em seu bojo diretivo, refletir sobre as complexidades da vida angolana e oferecer questionamentos para serem discutidos na cena pública. Porém, como me foi dito algumas vezes pelo corpo estudantil, na maior parte das vezes de modo irônico: “*É a nossa Faculdade*”. Sendo, portanto, um espaço tomado e manejado pelos grupos de estudantes que ali ingressam, mesmo a despeito de todas as limitações e obstruções.

## 2 Estudar para ser a “Mãe Grande”<sup>22!</sup>

À tarde, conversei<sup>23</sup> com a Kutuna<sup>24</sup> e a Kibuku<sup>25</sup>. Esta ficou tímida e nervosa, como ela confessou ao final da nossa entrevista, que já se transformara em um bate-papo informal. Ela me contou das suas experiências familiares, ligadas à educação. Ela queria mesmo ter cursado Direito, e não História, mas se apaixonou por esta por conta da capoeira; mas não só. Contou de seu avô, momento em que se emocionou. Relatou que todas as suas irmãs são licenciadas (inclusive, todas fizeram formação no Brasil). E ele, o avô, não tinha estudado nem até a 4ª série. Segundo ela, o senhor branco/colono não permitia. Dizia que “preto não precisa estudar”. E, assim como seu avô, seu pai também não estudara, diferentemente dela, que está na universidade, e de suas irmãs, que estão todas formadas. Kibuku olhou nos meus olhos e disse: “Hoje, os negros podem olhar para os brancos, para os portugueses e falar: “olha, eu faço tudo que você faz; tenho a mesma capacidade que você e a cor não influencia!” (Luanda, 03 de novembro de 2017).

Mesmo com as situações que condicionam a FCS em alguns constrangimentos, estar na universidade, para boa parte do corpo estudantil ao qual tive acesso, é motivo de alegria, distinção e de esperança. O capital educacional e simbólico (Bourdieu, 2001) que a FCS concentra revela-se nas falas e nos depoimentos de estudantes de vários cursos e turnos diferentes. Alguns deles indicam que ali, naquele espaço, existe a possibilidade de uma boa formação, garantida pelo contato com um corpo docente do qual fazem parte alguns destaques nacionais da intelectualidade angolana. A

---

<sup>22</sup>O termo Mãe Grande tem muitos sentidos nas conversas em Luanda, quando esse termo é acionado pode ser vinculado às posições que condicionam a mulher na família, nas relações afetivas, maritais, com a vizinhança, com o bairro. Denota um lugar de prestígio, de relevo e de respeito. Muito utilizado para se fazer deferência às senhoras mais velhas das famílias angolanas. Ao tentar associar a um termo do Brasil, poderíamos pensar que a Mãe Grande é aquela que deve ser respeitada em todas as circunstâncias. O uso no título do subcapítulo foi extraído de uma conversa informal que tive com uma aluna. Em um dado momento da conversa, ela justifica seu ingresso e esforços de estudo na FCS, pois acredita que essa mobilização irá garantir-lhe um lugar de “Mãe Grande”. Nesse caso, ela associa o sentido de “Mãe Grande” à pessoa que será respeitada pela família, pelos amigos e pela comunidade. No caso dela, a aposta pelo respeito advirá da educação formal, do seu diploma universitário.

<sup>23</sup>Mantenho uma escolha metodológica que importo da tese para este texto. Informo, assim, que não utilizo os nomes próprios das interlocutoras, mesmo havendo autorização para isso. Escolho fazê-lo com nomes em Quimbundo que associam essas pessoas a sensações e detalhes de suas histórias/depoimentos. A escolha do Quimbundo se dá também pelo fato de a pesquisa ter sido realizada em Luanda, província que tem forte presença dessa língua materna angolana.

<sup>24</sup>Kutuna: significa, segundo o dicionário Kimbundo – Português, Alegria.

<sup>25</sup>Kibuku: significa, segundo o dicionário Kimbundo – Português, Felicidade.

formação universitária, em números ampliados, é uma situação recente da educação formal angolana. Em se tratando das Ciências Humanas, esse processo se concretiza efetivamente com a fundação da FCS em 2009, e o seu funcionamento a partir de 2010. Até então, as fronteiras de áreas estavam um pouco fundidas, havendo dificuldade para que os saberes se consolidassem mais e melhor. Com a inauguração da FCS as Ciências Humanas, na sua interface de Ciência Social, ganham espaço e corpo docente e discente próprios.

O censo escolar<sup>26</sup>, a que tive acesso, aponta que a comunidade discente da Universidade Agostinho Neto é a maior dentre as instituições de ensino superior em Angola. Segundo Liberato e Bota (2019), a comunidade estudantil da FCS é uma das maiores na lista das unidades orgânicas de ensino da UAN. Como essa unidade oferece muitos cursos, e também alguns de pós-graduação, faz sentido ter um alto número de estudantes.

Outra informação sobre essa comunidade discente da UAN é que o censo aponta para mais estudantes homens matriculados em detrimento das mulheres. Sabemos que a dificuldade de acesso à educação formal para mulheres é sentida em diversas partes do mundo e, nesse ponto, não seria diferente no continente africano. Foi em razão disso, também, que escolhi realçar dois momentos do campo protagonizados por estudantes mulheres. Essas salientam pontos distintos dessa experiência estudantil e do que elas criam de expectativa. Uma delas é sintética ao formular que a educação lhe trará prestígio, respeito e, conseqüentemente, posição e condição sociais distintas.

Já para a outra, Kibuku, estar na universidade representa derrubar barreiras impostas pelo regime colonial português em Angola. Significa também pensar a condição racial em outros termos. Ela qualifica, aos seus próprios modos e termos, o que pode ser uma interpretação sobre histórico colonial, disputas raciais e concorrências de sentidos. Aciona, ainda, seu próprio depoimento como um registro histórico, como uma fonte que expõe mudanças e que sinaliza a importância do processo educacional na escolarização em todos os níveis.

---

<sup>26</sup>Anuário Estatístico do Ensino Superior, 2015.

Kibuku sabe que ao narrar a sua própria história está expondo também a história de Angola e de como isso acirra a disputa de sentidos e ideias sobre qual ou quais noções e concepções são atribuídas ao passado, ao presente e, inclusive, ao futuro, pois, segundo ela, agora os negros fazem tudo que os brancos fazem e a cor não influencia. Vale destacar que ela encerra o seu depoimento indicando que “a cor não influencia”, mas não deixa de fazer uso do termo e do sentido empregado à ideia de cor, demonstrando, assim, a complexidade que envolve a temática.

Chama atenção também a forma com que Kibuku é seduzida para o curso de História, através da Capoeira, manifestação cultural afro-brasileira também praticada em Angola. Nesse ponto, penso nas inúmeras interlocuções que correm entre Brasil e Angola, e vice-versa, e nesse fluxo de sentidos, ideias, motivações e esforços. Entendo esses diálogos como uma categoria que permite discutir as noções a partir da ideia concebida e apreendida sobre o continente africano, na perspectiva de que é através de Angola que compreendemos a África, e que é também através do Brasil que a percebemos, em um intenso movimento. Noto, assim, que não é possível orientar a discussão em uma perspectiva do que é apenas africano ou não africano, ou mesmo do que é afro-brasileiro ou do que não é. E Kibuku exemplifica com tranquilidade essas modulações.

Elas acabam por se apresentar no ambiente educacional, seja nos sentidos empregados às categorias que são lidas como “autenticamente” africanas ou afro-brasileiras, quando pensamos, inclusive, no que deve ser prioritário no curso de Ciências Humanas da FCS em Angola, formação essa que possibilitará a algumas jovens, inclusive, se tornarem “Mães Grandes”.

### 3 Ciências Humanas “*tá a cuiar*”<sup>27</sup>?

Sáimos por volta das 9 da manhã em dois ônibus. Estudantes de ambos os turnos estavam presentes. Até me surpreendeu a quantidade, sobretudo por ser feriado de finados. Estava ali quase a totalidade de estudantes das turmas que

---

<sup>27</sup>*Cuiar* é um termo correntemente utilizado nas conversas em Luanda. No glossário do livro “Os Transparentes”, do autor Ondjaki, o termo é compreendido como “agrada; é bom” (Ondjaki, 2014, p. 431). Nos termos aqui expostos, o sentido é: Ciências Humanas estão bem? e/ou Ciências Humanas estão a agradar?

tenham sido escolhidas para a atividade. Passamos um dia inteiro percorrendo Luanda, cidade e província. Esse grupo estudantil foi estimulado, ao longo de toda a atividade, a pensar sobre a condição da produção do conhecimento, sobre como escrever a própria história, e que eles “formarão os quadros docentes futuros em Angola”. Reescrever, visitar lugares para revisitar ideias, entender onde os portugueses passaram, saber do período colonial, da escravidão, da escravatura, foram pontos focalizados. O grupo estudantil tomava nota de tudo. Uns com cadernos, outros com celular e, até mesmo, gravador. Existia uma atenção especial a essa atividade, e ao que ela proporcionava. Ao final do dia, voltamos para o ponto de saída que tinha sido a Faculdade. Fui convidada pelo grupo estudantil a ir a uma festa de Semba, mas estava cansada demais e precisava registrar o dia passado (Luanda, 02 de novembro de 2017).

Essa atividade suscitou outras dúvidas acerca das gerências feitas na promoção educacional na Faculdade de Ciências Sociais. A partir desse dia, fiquei ainda mais atenta às observações que indicassem o que poderia ser um “futuro” para as Ciências Humanas em Angola e em que medida a própria Faculdade estava oferecendo estratégias e ferramentas para isso. Nesse dia da aula prático-teórica, muitos foram os momentos de retórica acerca do que poderia ser um pacto pela educação, em Angola, que fomentasse o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, com ganhos nacionais.

No decurso da atividade, a professora ministrante fazia questão de apontar que as Ciências Humanas eram de fundamental importância e, particularmente, a História, pois havia ali alunos deste curso e ela tinha um papel fundamental, posto que pertencia às Humanas, universo da escrita, da reescrita, da acomodação ou reacomodação dos sentidos e ideias, das personagens da complexa sociedade angolana e da sua história, cultura e línguas, constituindo, assim, possibilidades para um pensar próprio, com autoria localizada, de um jeito que *cuiasse*, por assim dizer.

Na organização de recursos e investimentos, nota-se que a Faculdade de Ciências Sociais sofre pela ausência desses. A reivindicação que pode ser feita em uma avaliação histórica (Kajibanga, 2009), e que se atualiza (Liberato e Bota, 2019), impede que mais avanços ocorram nas Ciências Humanas angolanas de um modo geral, pois a baixa de orçamentos, e mesmo a limitada estrutura da FCS, não

permitem outros comprometimentos. Vale pensar que a FCS é também a instituição de ensino que concentra áreas específicas do saber, às vezes, sendo, inclusive, a única instituição a oferecer alguns cursos, como é o caso da licenciatura em Antropologia. Seria da FCS também a salvaguarda do registro, da análise e, com isso, do oferecimento à sociedade angolana de reflexões de temas especializados. Ademais, essa disputa por sentidos reflexivos, por assim dizer, é uma demanda que configura a própria condição que recai para quem se forma pela FCS.

O que destaque desse momento é a responsabilidade que a professora projetou nos seus estudantes, vinculando, dessa forma, sentidos para a elaboração de uma cultura de conhecimento sobre e para Angola, feita nacionalmente. Considero que essa posição que almeja garantir uma ampla condição do saber, acaba por ter que negociar com outras projeções daquilo que deve ser ou o que será a formação educacional em Angola, criando, dessa maneira, uma concorrência entre os projetos que se revelam mais orgânicos, ou estritamente intelectuais, e os que ainda se organizam observando a premissa da política governamental, como explica Paxe:

A educação formal na República de Angola sempre constou nas agendas de projetos políticos, não somente nos programas de governo após a independência, como também nas agendas dos movimentos políticos para a independência do país. A educação surge como uma das reivindicações contra a política do governo colonial sob a égide de Portugal, que condicionava este direito a maior parte da população nativa. Após a conquista da independência, em 1975, o governo instituído propôs-se a garantir a educação como instrumento para a consolidação do seu projeto político (Paxe, 2017, p. 15).

Segundo o autor, a educação se configura como um meio pelo qual o Estado angolano buscará se desenvolver, fazendo parte da consolidação das políticas nacionais. Quando a professora instiga o seu grupo a contar ou a recontar a história sobre Angola e suas correlações, de algum modo insere-se também uma análise e, até mesmo, essas próprias posturas de governo, por isso, políticas. Cabendo pensar em quais limites também se encontra essa produção de conhecimento e em que medida esse grupo estudantil, que tem sido considerado como o “quadro futuro”, tem efetivas condições de se consolidar nesse lugar.

Colocando em relevo, qual ou quais modelos de formação e de produção de conhecimento são possíveis na conjuntura que se apresenta. E como isso pode fazer

as Ciências Humanas na FCS *cuiar* ou não *cuiar*, por assim dizer. O imbróglio questiona como fazer para convergir na elaboração de um sistema de educação que busque garantir uma concepção de ensino e aprendizagem que tenha autonomia e que, por outro lado, sustente as concepções de desenvolvimento do próprio país, como afirma Vieira:

Por tudo quanto acabamos de analisar, podemos afirmar que uma relação entre educação e desenvolvimento para além de ser necessária só é possível se a classe política colaborar com a comunidade científica para que essas duas categorias caminhem juntas. É necessário olhar para estas quatro funções da Educação como espaços de unidade, pois só promovendo-as a educação poderá contribuir para o desenvolvimento da sociedade angolana (VIEIRA, 2004, p. 145).

Considero que a noção de pacto pela educação empregada pela professora, na aula prática, quando colocada em interface com a ideia de desenvolvimento nacional, resulta na tese de que para Angola consolidar as suas Ciências Humanas será necessário colocar em perspectiva os problemas herdados do colonialismo, da própria independência, da guerra civil e da paz sem recursos. E que são esses também os imperativos que atravessam os conhecimentos gerados na marcha pela educação como desenvolvimento, e que não seria, inclusive, necessariamente o progresso das Ciências Humanas nacionais.

#### 4 **Mulonde<sup>28</sup>: Movimentando as políticas para a Educação Superior**

Nos últimos anos, diversas reestruturações foram feitas no sistema de educação angolano no que concerne à Faculdade de Ciências Sociais. As últimas reformas que tocam diretamente essa unidade de ensino vinculam-se ao processo das regiões acadêmicas<sup>29</sup>, da carreira dos docentes e, também, das possibilidades de

---

<sup>28</sup>Mulonde, na tradução do Quimbundo para o Português (2016), significa Ponte.

<sup>29</sup>Segundo o decreto número 5, de 2009, o Estado angolano criou sete regiões acadêmicas, sendo assim estabelecidas: I – Províncias de Luanda e Bengo; II – Benguela e Kwanza Sul; III – Cabinda e Zaire; IV – Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje; V – Huambo, Bié e Moxico; VI – Huíla, Namibe e Kuando Kubango e VII – Uíge e Kwanza Norte. O decreto que criou as Regiões Acadêmicas foi revogado no ano de 2020. Essa mudança trouxe junto outras alterações no sistema do ensino superior angolano, sendo outras alterações de relevo a fusão de unidades de ensino e a criação de novas universidades. Essas alterações, até onde houve acesso às informações, estão em andamento.

investimentos em áreas de pesquisa. Há uma crítica (Liberato, 2019) direcionada a essas mudanças, que têm um ponto embutido nessas reflexões sobre as reformas do ensino superior, que encaminham para um distanciamento por parte das instituições públicas angolanas reguladoras do setor, bem como o próprio legislativo de Angola, juntamente com o executivo, que pensa por seus próprios modos, sem necessariamente convidar as partes mais interessadas: discentes e docentes.

Considerando como Angola tem buscado se entender enquanto país, assim está sendo com a educação superior e, mais especialmente, com a FCS, que é uma jovem unidade orgânica. Os desafios se organizam desde a recepção aos estudantes até a manutenção de um sistema de ensino que garanta um mínimo de inserção. As movimentações que têm sido feitas pelo Executivo, via MESCTI<sup>30</sup>, ainda não conseguem criar um clima de estabilidade e avanço. Nota-se isso em virtude das sucessivas reformas, mudanças de decretos e outras alterações institucionais. Considero, inclusive, esse ponto uma questão que merece atenção mais detalhada, ficando, aqui, apenas um apontamento breve sobre essas movimentações que afetam diretamente a criação do cotidiano e de uma rotina acadêmica, por assim dizer.

Aqui, o que se objetivou foi uma apresentação de caráter etnográfico, da Faculdade de Ciências Sociais, e, a partir disso, apontamos alguns pontos sobre o ensino superior em Angola; como ele vem se consolidando, quais os desafios, possibilidades e incongruências. Buscando, assim, responder às questões iniciais desse texto: Como tem sido a vida acadêmica da Faculdade de Ciências Sociais da UAN? Como seria “fazer” Ciências Sociais em Angola, em Luanda? Considero que as respostas ofertadas contemplam mais entendimentos sobre o perfil que uma Faculdade de Ciências Sociais pode ter no continente africano, o que ela tem mobilizado, acionado, incluído e descartado. Além disso, privilegiei também ao pensar sobre as Ciências Sociais enquanto disciplina e formação, mesmo que brevemente, como tem se constituído as Ciências Humanas em Angola, sobretudo na sua capital. Contudo, não deixo de ressaltar que os aspectos aqui trazidos são mesmo de notas,

---

<sup>30</sup>Em 2010 nasceu o MESCT – Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnologia. Esse ministério é fruto da fusão da Secretaria de Estado do Ensino Superior e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Em 2017 houve uma nova reformulação e o MESCT é designado de MESCTI - Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

devendo ser aprofundados em outros textos. Reconheço, ainda, que nem todos os pontos puderam ser importados da pesquisa para este texto.

Avalio que mesmo com os constrangimentos e apuros vividos e passados, há um ímpeto incutido na comunidade docente e discente da FCS, em nome da formulação de uma educação que produza e dissemine o conhecimento angolano elaborado internamente. O movimento, especialmente feito por discentes e docentes, constitui-se em um esforço para um futuro no qual se tem tentado criar pontes, tentando fazer *mulondes* para a sustentação de uma outra Angola.

## Bibliografias

ANGOLA. “Decreto n° 5/09 (2009)”. Cria as regiões acadêmicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de ensino superior. Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma. *Diário da República*, Iª série, n° 64, p. 1707-1708.

ANGOLA, Ministério do Ensino Superior; Instituto Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Ensino Superior ano 2015*. Instituto Nacional de Estatística - República de Angola. Luanda: Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, 2ª Edição, setembro de 2015.

ANGOLA. *Decreto presidencial n° 280/18 de 27 de novembro*. Aprova o estatuto remuneratório da carreira do docente do ensino superior. Iª série, n° 178, p. 5303-5304.

ANGOLA. *Decreto presidencial n° 191/18 de 8 de agosto de 2018*. Aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária. I série, n° 118, p. 4111-4125.

BOURDIEU, Pierre. “O capital social: notas provisórias”. In: Nogueira, Maria Alice; Catani, Afrânio (orgs.) *Escritos de educação*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CANDEMBO, Silva; CARVALHO, Paulo de. O calar das armas foi a principal conquista da Paz, *Revista Angolana de Sociologia*, n. 11, 2013.

GONÇALVES, Zetho Cunha. *O Sábio de Bandigara. Esconjuros, Ebriedades e Ofícios*. Lisboa: Maldoror. 2018.

JACOB, Berta Maria Oliveira. Breve História de Luanda. In: Jacob, Berta Maria de Oliveira. *A Toponímia de Luanda – Das memórias coloniais às pós-coloniais*. Lisboa: Universidade Aberta. Dissertação de Mestrado, 2011.

KAJIBANGA, Vítor. “Sociologia em Angola: paradigmas clássicos e tendências actuais”. *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda, n. 4, 2009.

LIBERATO, Ermelinda. “Reformar a reforma: percurso do ensino superior em Angola”. *Revista Transversos*, nº 15, abril, 2019.

LIBERATO, Ermelinda e BOTA, Martins. “A formação em ciências sociais: constrangimentos e desafios da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (FCS-UAN)”. In: Panjota, Selma (org). *Leituras cruzadas sobre Angola: saberes, culturas e políticas*. Volume 2 / organização. - 1. ed. - Jundiaí [SP]: Paco, 2019.

MICAS, Lígia Helena. “O lugar do leitor no panorama literário atual de Angola”. *III Seminário de Pesquisa da Fespsp*. 2014.

ONDJAKI. “Glossário”. In: Ondjaki. *Os Transparentes*. Luanda: Texto Editores, 2014.

PAXE, Isaac. *Políticas Educativas em Angola*. Um desafio do direito à Educação. Luanda: Casa das Ideias. 2017.

PEREIRA, L. N. N. 2008. Os Bakongo de Angola: religião, política e parentesco num bairro de Luanda. Tese de Doutorado em Antropologia Social, São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP.

SANTOS, Francisco F. A. (Xikitu). *Aprenda Quimbundo facilmente. Dilonge Kimbundu Kyantongoloka*. 1 Edição. Luanda: Nova Chá de Caxinde. 2016.

VIEIRA, Laurindo. *Angola: a Dimensão Ideológica da Educação*. Luanda: Editorial Nzila/E.A.L – Edições de Angola. 2007.

**Recebido em:** outubro de 2023

**Aceito em:** janeiro de 2024

## COMO REFERENCIAR

ASSIS, Yérsia Souza de. As Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto: notas sobre um cotidiano acadêmico angolano. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 48-64, 2024.

## Questões contemporâneas em Angola: a língua umbundu como resistência anticolonial no Reino do Bailundo

### Contemporary questions in Angola: The Umbundu language as anti-colonial resistance in the Kingdom of Bailundo

#### **Santa Julia da Silva**

Iniversidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);  
Doutora em Antropologia (UNICAMP).

E-mail: [giuliasilva@gmail.com](mailto:giuliasilva@gmail.com)

#### **Resumo**

No Planalto Central de Angola, a língua umbundu ocupa um espaço político e cultural significativo no debate, que visa estabelecer os contornos da identidade nacional. Este artigo discute duas nuances em torno dessa língua e de seus falantes. Em primeiro plano, retoma um tema caro aos protocolos do fazer etnográfico: a importância de dominar a língua do “outro” e os mecanismos que equilibram as relações de poder na situação da pesquisa de campo. Em segundo lugar, o texto propõe uma reflexão sobre as formas de resistência e afirmação cultural. A língua umbundu emerge como parte de um conjunto de práticas e narrativas que tentam afirmar uma história e uma cultura diferente daquela legada pela colonização portuguesa. Os dados apresentados resultam de uma pesquisa para tese de doutorado realizada nos anos de 2018 e 2019 no Município/Reino do Bailundo, província de Huambo, Angola. As conclusões indicam que nessa região predomina uma condição bilíngue entre a língua portuguesa, como língua oficial que abre a interação do povo do Bailundo com o mundo, e a língua umbundu, como estratégia deliberada para produzir um fechamento ao externo e ao indesejável. Portanto, é sobre essa estratégia e suas ambivalências que este artigo se trata.

**Palavras-chaves:** Língua nacional. Reino do Bailundo. Anticolonialismo.

#### **Abstract**

In the Central Plateau of Angola, the Umbundu language occupies a significant political and cultural space in the debate, which aims to establish the contours of national identity. This article discusses

two nuances surrounding this language and its speakers. In the foreground, it returns to a theme dear to the protocols of ethnographic practice: The importance of mastering the language of the “other” and the mechanisms that balance power relations in the situation of field research. Secondly, the text proposes a reflection on the forms of resistance and cultural affirmation. The Umbundu language emerges as part of a set of practices and narratives that attempt to affirm a history and culture different from that bequeathed by Portuguese colonization. The data presented are the result of a research for a doctoral thesis carried out in 2018 and 2019 in the Municipality/Kingdom of Bailundo, Huambo province, Angola. The conclusions indicate that in this region there is a predominance of a bilingual condition between the Portuguese language, as the official language that opens the interaction of the Bailundo people with the world, and the Umbundu language, as a deliberate strategy to produce a closure to the external and the undesirable. Therefore, it is about this strategy and its ambivalences that this article is about.

**Keywords:** National language. Kingdom of Bailundo. Anti-colonialism.

## Introdução

No Planalto Central de Angola,<sup>1</sup> a língua umbundu ocupa um espaço político e cultural significativo no debate, que visa estabelecer os contornos da identidade local. As línguas nacionais têm um papel importante como parte das características que definem as múltiplas identidades do país. A língua umbundu opera como parte fundadora de um *ethos* cultural. Este artigo discute duas nuances em torno dessa língua e de seus falantes nessa região. Em primeiro lugar, a questão linguística retoma um tema caro aos protocolos do fazer etnográfico: a importância de conhecer a língua do “outro” como possibilidade de estabelecer as condições de produção do

---

<sup>1</sup>O Planalto Central de Angola, do ponto de vista histórico, corresponde ao que em outrora foi denominado como Planalto de Bié pelos colonizadores portugueses, sede de um dos grandes reinos africanos subjugados nos séculos XVIII e XIX pelo poder colonial. Atualmente, além da Província de Bié, o planalto central de Angola é formado pelas Províncias de Huambo, Benguela e Kwanza Sul. Para além de uma abordagem geográfica, essa região comporta dimensões histórica, política e econômica com características muito distintas daquelas praticadas em Luanda e no seu entorno.

conhecimento antropológico. Neste contexto, para o fazer da antropologia, o domínio da língua se incorpora como parte dos dispositivos de poder e das assimetrias que se estabelecem na relação de pesquisa de campo. Em segundo lugar, este artigo sugere que a “questão linguística” possa ser vista também como parte de um conjunto de ferramentas, através das quais os povos africanos fizeram e fazem suas formas de resistência e de afirmação cultural.

Os dados que norteiam este artigo são resultados da pesquisa realizada nos anos de 2018 e 2019 no Município/Reino do Bailundo, localizado na Província de Huambo, Angola. Nessa região predomina uma condição bilíngue entre a língua portuguesa, como língua “oficial”, através da qual as pessoas se conectam com o mundo, e a língua umbundu, que por vezes é acionada como estratégia que produz as mediações necessárias entre o global e o local. Esta última é de especial interesse aos propósitos das atividades de pesquisa. Para a escrita deste texto visto meu diário com especial atenção para as notas de campo naquelas situações em que a língua adquiriu destaque seja na realização de eventos, seja na intersubjetividade estabelecida. O artigo circunscreve a língua umbundu ao Reino do Bailundo por que a pesquisa se deu nesse âmbito, mas alerta que o debate em torno das línguas nacionais diz respeito a todo país, bem como ao presente africano para todas as regiões e países que tiveram que lidar com o enraizamento das línguas europeias a partir do século XVIII. Para o caso Angolano temos para além da língua umbundu um portfólio denso de outras línguas, classificadas internamente como línguas nacionais. Acredita-se que seja justamente no conjunto destas outras línguas e no modo que elas são acionadas que o umbundu ganha lugar de destaque.

Nos primeiros meses após a minha chegada ao local me dediquei ao estudo da língua umbundu. Entre os moradores da cidade, onde a língua nacional ocupava um lugar de equilíbrio com a língua portuguesa, meu interesse pelo aprendizado da língua era sinalizado como algo desnecessário. Assim, deboches e boicotes fizeram parte de um processo que visava estimular a minha desistência desse empreendimento. O breve diálogo na sequência exemplifica uma dessas situações constrangedoras pelas quais passei e é reflexo do meu contexto de pesquisa de campo, nas vezes em que o domínio da língua local era mobilizado como possibilidade de ser pronunciada por uma pessoa estrangeira.

- Interlocutora: Sabe falar umbundu?
- Pesquisadora: Estou estudando, mas ainda não aprendi...
- Interlocutora: Então, como você vai viver aqui, filha alheia?
- Pesquisadora: Eu estou me esforçando para aprender!
- Interlocutora (riso de satisfação): Você não precisa aprender a falar umbundu, você precisa só aprender a saudar!
- Pesquisadora: (silêncio).
- Interlocutora: Umbundu é uma língua difícil! (informação verbal)<sup>2</sup>

À medida em que avançava a minha presença no local, fui percebendo que havia adentrado em um campo muito sensível naquilo que era permitido a uma pessoa estrangeira por lá. A minha condição de pesquisadora negra quiçá tinha me propiciado alguns privilégios, mas dominar a língua das minhas interlocutoras e dos meus interlocutores não estava nesse pacote de benefícios, pois falar umbundu é parte constituinte das possibilidades de as pessoas daquele lugar serem quem são.

As autorrepresentações de si, bem como a orgulhosa condição de falante de umbundu ocorreram acompanhadas de um conjunto de deslizamentos semânticos, os quais ora afirmavam as transformações produzidas pela experiência colonial, ora recolocavam uma série de dispositivos anticoloniais. Os trechos do diálogo sintetizam uma hipótese proposta, segundo a qual a língua umbundu se apresenta como um dos principais elementos de resistência aos efeitos da experiência colonial no Bailundo.

Tenciono apresentar essa questão através de pequenas nuances envolvendo a pesquisa e a minha presença entre angolanos na condição de pessoa não falante da língua umbundu ou de qualquer outra língua nacional. Durante o período em que eu vivi no Bailundo, havia um reconhecimento de uma ancestralidade comum, a partir daquilo que a minha corporalidade informava às pessoas<sup>3</sup>. Minhas interlocutoras e meus interlocutores precisavam lidar com a seguinte questão: eu não era uma pessoa branca, mas era completamente exógena ao local. Esse lugar de ambiguidade da pesquisa não é exatamente uma novidade na trajetória da antropologia, mas na minha situação ele ampliava sua complexidade, porque demandava um deslocamento do meu lugar de “objeto” para sujeito da produção antropológica. Essa questão se

---

<sup>2</sup>Diálogo entre a pesquisadora e uma interlocutora falante de umbundu, na ocasião da pesquisa de campo no Reino de Bailundo, em abril de 2018.

<sup>3</sup>Eu me autorrepresento como uma pesquisadora oriunda da diáspora negra e implicada em uma antropologia periférica, aqui entendida como aquele fazer reflexivo da experiência e do lugar ocupado nas relações de poder.

reveste de importância quando buscamos pensar que nossos “campos de pesquisa” poderiam ser capazes de produzir alteridades menos violentas, mais dialógicas, pautadas pela ética e por uma horizontalidade das relações entre sujeitos envolvidos, como possibilidade intrínseca de produção antropológica.

Ciente que a etnografia não é uma prática esvaziada das relações de poder, ao longo da pesquisa passei a considerar a possibilidade que o fato de eu não dominar a língua umbundu pudesse levar à reflexão sobre as condições e as possibilidades de estabelecer uma simetria na situação de pesquisa. Se a etnografia pressupõe muitas perguntas, se a minha longa presença naquele lugar era algo difícil de as pessoas compreenderem o sentido, elas por sua vez tinham em seu domínio uma ferramenta poderosa. Não sem motivo, o protocolo de pesquisa de Malinowski (1976) nos alerta para a importância de compreender a língua do “nativo”, entretanto, já dispomos de um *corpus* de autocrítica que nos possibilita refletir em favor de alteridades menos radicais ou, até mesmo, do tempo coetâneo como propõe Fabian (2013).

Compreender o local que as línguas nacionais ocupam na contemporaneidade dos países da África Austral implica considerar o longo processo de ocupação colonial, como é o caso de Angola, e uma gama de relações de poder e dominação. É necessário pensar também no domínio que a língua do colonizador operou tanto na relação entre colonizados e colonizadores quanto nas hierarquias sociais que se constituíram no interior dos respectivos territórios.

Sugere-se que a questão da língua é uma problemática importada dos estados nacionais europeus para as nações independentes na África. Estado, território e língua compuseram parte da modernidade na Europa ocidental.

Em Angola, historicamente, a língua portuguesa foi um importante instrumento de poder. O Estatuto do Indigenato, lei vigente em Angola e Moçambique entre os anos de 1926 e 1961,<sup>4</sup> dentre outras práticas de violência e dominação cultural, exigia como pré-requisito para se tornar um novo assimilado<sup>5</sup> o domínio da

---

<sup>4</sup>Embora o tempo colonial vivido por Angola e Moçambique seja semelhante, devemos considerar que as respostas apresentadas por cada um desses países são diferentes.

<sup>5</sup>Os novos assimilados foram angolanos de regiões fora de Luanda, que conseguiram o bilhete de assimilado entre os anos de 1926 e 1961; já os “indígenas” são os nativos angolanos na nomenclatura legislativa portuguesa (Nascimento, 2013 p. 16-24).

língua portuguesa. Cabe salientar que apenas as elites predominantemente urbanas tinham acesso à educação formal e ao domínio da leitura e da escrita da língua do colonizador. É dentro desse contexto histórico que as desigualdades foram se estabelecendo e se agravando entre diferentes grupos e regiões do país. Assim, o sistema colonizador estabeleceu duas ordens de sujeitos e cidadãos: uma representada por aqueles que possuíam o domínio da língua portuguesa, considerados cidadãos portugueses, e outra ordem composta pelos não assimilados, não cidadãos. Estes últimos, por sua vez, estavam sujeitos a uma série de restrições e de imposições, sendo a submissão ao trabalho forçado aquela que melhor representava a violência colonial. É dentro desse arcabouço jurídico que o desejo de muitas famílias passou a ser de que seus filhos ascendessem à condição de sujeitos, novos assimilados e, desse modo, pudessem almejar algum nível de autonomia.

Diante da violência colonial que construiu dicotomias opressivas entre cidade e mato, entre assimilados e não assimilados, novos assimilados e indígenas e entre civilizados e selvagens, é que observamos o domínio da língua portuguesa e a negação das línguas maternas desses povos, ocupando o imaginário da época. Na contemporaneidade, ainda podemos perceber os seus efeitos. No passado, a fluência oral e escrita da língua portuguesa era alvo de desejo, ainda que inacessível, de ampla maioria da população; hoje se observa um movimento semelhante pelo domínio da língua umbundu.

Nesses termos, o meu desejo manifesto de aprender a língua representava um risco não calculado. Aqui cabe lembrar que minhas interlocutoras e meus interlocutores estavam cientes de que havia algo que me distinguiu dos pesquisadores e das pesquisadoras que outrora estiveram por lá, via de regra pessoas brancas, europeias, que estabeleciam diálogos restritos às esferas de poder local.

Há algumas décadas, a antropologia experimentou a crise da representação e nos deparamos com muitos questionamentos quanto à possibilidade de falar em nome dos outros. Esse debate não excluiu a necessidade de uma comunicação eficiente, como premissa para as relações dialógicas necessárias ao fazer da antropologia.

## **1 A questão das línguas em Angola**

Na perspectiva histórica, a questão relacionada à língua atravessa diferentes tempos e espaços, permanecendo ainda como tema relevante para a sociologia de formação dos Estados africanos modernos. Para o caso de Angola, país com uma enorme diversidade de línguas e uma colonização de longa duração, a manutenção da língua portuguesa como língua oficial atualiza cotidianamente as questões em torno de uma possível morte das chamadas línguas nacionais. No mosaico de grupos que ocupam o território (*umbundu, ambundu, bakongo, tchokwe, nganguela, kwanhama* e outros), é possível identificar uma discursividade em torno de fronteiras territoriais e culturais, sendo a língua o elemento organizador ante o caos produzido pela experiência colonial. Angola se tornou independente com o lema de “um só povo, uma só nação”. Escapa à abrangência deste artigo o debate sobre as possíveis heranças dos Estados coloniais na África, mas é possível adotar a perspectiva de Anderson (2008) e as suas “comunidades imaginadas”, a fim de dar corpo e sentido ao nacionalismo angolano.

Os dados do censo de 2014 (INE, 2017) em Angola indicam uma população composta de 25.789.024 milhões de habitantes, sendo que 37% desses vivem em zonas rurais. O recenseamento também apontou que, para cada cem habitantes do país, há trinta pessoas não falantes da língua portuguesa. No entanto, para o caso do Reino do Bailundo, esses dados talvez possam estar subnotificados. O alto índice de indivíduos que responderam ao censo como não falantes da língua portuguesa dialoga com situações de campo em que algumas pessoas se recusaram a conversar em língua portuguesa, demandando tradução, mais como um ato político e menos como capacidade de se comunicar de fato em língua portuguesa.

## **2 O Reino do Bailundo**

O município do Bailundo, sede do reino de mesmo nome, localiza-se ao norte da província de Huambo no Planalto Central de Angola e dista, aproximadamente, 600 km de Luanda. As narrativas históricas sobre a formação do reino antecedem a ocupação portuguesa no antigo Planalto do Byé. As fontes mais abundantes datam a partir do século XVII e são aquelas alicerçadas nas narrativas orais e nos relatos produzidos por administradores coloniais, missionários, comerciantes e viajantes

européus. A formação do Reino do Bailundo conforma uma narrativa de deslocamentos migratórios de grupos de pastores e caçadores próximos à montanha Halavala<sup>6</sup> e de conflitos internos que levaram à autoentronização do primeiro chefe, que unificou as aldeias locais sobre o seu domínio. Katiavala é apresentado como o primeiro soberano de relevância histórica no Bailundo. Considerando o processo de ocupação colonial concentrado na região litorânea, pode-se apontar que naquela época a região do planalto estava envolvida basicamente com viajantes interessados no comércio de mercadorias e no tráfico de pessoas, tema completamente silenciado nas narrativas locais sobre a formação do reino<sup>7</sup>.

Cabe ressaltar que no presente, os limites do Reino do Bailundo confortam os limites do próprio município de forma bastante diferente do que outrora pode ter sido a região ocupada pelo Reino que coexistia com outros reinos. Há que se registrar também que nos debates político e histórico sobre a vida em tempos atuais não há consenso estabelecido em torno das autoridades tradicionais, há um grupo grande de intelectuais que os exaltam por entendê-los como parte da autenticidade africana e aqueles que os veem como reminiscência de atraso político e para os quais a constituição angolana não designou outro papel, senão aqueles de representantes da sociedade civil.

Nesse escopo das críticas destacamos Maria da Conceição Neto (2002); (2017), ela é a principal historiadora do Planalto do Bié e quem em artigos e congressos vem defendendo a tese de que no Estado angolano não existe mais espaço para as autoridades tradicionais. Partindo de uma perspectiva diversa daquela abordada por Conceição Neto, Mamdani (1998) também vai identificar tais autoridades como legado do Estado, do colonialismo tardio na África.

Provisoriamente é possível dividir a presença portuguesa em Angola em três momentos. O primeiro, de longa duração, iniciou-se com a chegada de Diogo Cão no século XV e perdurou até 1895. O final da Conferência de Berlim inaugurou o segundo

---

<sup>6</sup>A montanha Halavala é o local onde outrora se localizava a ombala, local de moradia dos reis mortos e do rei vivo, juntamente com seus conselheiros e, também, é espaço de vida política dos modos de vida considerados tradicionais. É na ombala que se realiza o tribunal tradicional.

<sup>7</sup>Durante o trabalho de campo, por várias vezes, as pessoas faziam menção à minha relação com Angola nos seguintes termos: “teus avós saíram daqui!”, “bem-vinda à terra dos nossos avós!”, “bem-vinda às tuas origens!”, “filha alheia!”. Eles nunca mencionaram qualquer tópico que pudesse relacionar a condição dos “nossos avós” como pessoas escravizadas. Era como se houvesse uma combinação em favor do silêncio que nos envolvia sobre esse aspecto histórico.

momento. Portugal decidiu intensificar os seus projetos imperialistas no continente africano, através da fundação de vilas e cidades, da subjugação das autoridades tradicionais e também do processo de evangelização. O terceiro momento se iniciou com o estado novo de Antônio de Oliveira Salazar (1933 a1974) quando houve a criação das províncias ultramarinas em 1951. Historicamente, o território do Bailundo está marcado pela presença das missões católicas e protestantes, como assinalam as pesquisas de Dulley (2010) e Costa (2014). Durante o trabalho de campo, pude conhecer os locais de tais missões e as narrativas criadas sobre elas, que ainda são muito vivas e presentes, principalmente entre pessoas que estudaram nas escolas missionárias.

No final da Segunda Guerra Mundial, as nações europeias – traumatizadas por suas próprias experiências, associadas às tensões provocadas pelos movimentos de libertação das colônias africanas – perceberam que a autodeterminação dos povos africanos era um caminho histórico inevitável. Contrária a esse movimento, a ditadura de Antônio Salazar tentou renovar suas estratégias de dominação e controle nas suas duas principais colônias africanas, Angola e Moçambique, resultando na intensificação dos conflitos e no terceiro período, que alguns historiadores denominam de colonialismo tardio ou tardo-colonial.

As narrativas correntes sobre o Reino do Bailundo enfatizam a figura do rei Katiavala como o seu fundador ainda no século XVII e, na sequência, apresentam um longo vazio narrativo, que é rompido pelo aparecimento da figura do rei Ekuikui II entre os anos de 1876 e 1896. Esse período também reflete a fase de maior expressão do reino. O poder de seu exército, a força econômica, o número de esposas e de filhos, fizeram de Ekuikui II o personagem mais importante da história colonial na região e da própria continuidade do reino. A sua morte assinalou o declínio do reino e o avanço do domínio português. Em 1902 eclodiu a Revolta do Bailundo, que marcou dois anos de conflitos e exigiu das tropas portuguesas um esforço significativo para conter os focos de resistência em favor da soberania do reino. Em 1904, Portugal conseguiu a assinatura do termo de “avassalamento” do rei e, a seguir, fundou a vila Teixeira da Silva.

Atualmente, o município/Reino do Bailundo possui 573 aldeias e uma população de 282.150 habitantes. Paralelo ao sistema de administração moderna, há

um conjunto de 622 autoridades tradicionais, assim distribuídas: 1 rei, 13 sobas grandes, 51 adjuntos do soba e 478 sekulus<sup>8</sup>. Há um total de 79 ombalas. Essa complexa estrutura das autoridades tradicionais está no cerne de alguns debates sobre os modernos Estados da África Austral. Mamdani (1998), Florêncio (2011) e Sungo (2015) são intelectuais que procuraram lidar com a questão da intersecção dessas autoridades com os Estados pós-coloniais<sup>9</sup>.

Embora a língua portuguesa seja o idioma oficial, para muitas crianças que vivem nas aldeias, o contato efetivo com o idioma português acontece no processo de alfabetização<sup>10</sup>. Estima-se que o grupo de pessoas falantes de umbundu em Angola represente 40% da população do país, a qual vive majoritariamente nas províncias de Huambo, Bié e Benguela, mas há falantes de umbundu em outras províncias, especialmente em Luanda, Huíla e Namibe. Considerando a acentuada movimentação dentro do território angolano durante o conflito bélico, é possível sugerir que a língua umbundu está presente em todo o país.

No mosaico cultural de Angola, os falantes de umbundu reclamam para si a qualificação de grupo, cujas tradições estão melhor “preservadas” no âmbito do território nacional. Atualmente, o Reino do Bailundo disputa com outros reinos da região em narrativas de legitimidade e autenticidade nas quais a língua é um elemento nesse processo; eles argumentam que somente no Bailundo fala-se o “umbundu verdadeiro”. Em 2012, foi entronizado Armino Francisco Kalupeteca como rei Ekuikui V e segundo as suas próprias palavras, ele era o representante de todo o povo umbundu<sup>11</sup>. Segundo a narrativa, o rei é a autoridade tradicional máxima que opera como mediador ou juiz para alguns conflitos, como: a distribuição de terras,

---

<sup>8</sup>Sobas e sekulus são autoridades tradicionais que coexistem junto às estruturas modernas do Estado angolano. Eles desempenham papéis importantes dentro de suas comunidades e colaboram com as estruturas governamentais.

<sup>9</sup>Pós-colonial refere-se ao período histórico na sequência das independências das colônias africanas.

<sup>10</sup>Se esse aspecto for cotejado com o percentual de crianças que estão fora do sistema educacional, a questão amplia os seus contornos.

<sup>11</sup> Em 2021, o Reino atravessou uma crise sem precedentes e Ekuikui V foi deposto do cargo. Ainda ficou pendente um retorno ao local, para que efetivamente seja possível compreender como ocorreu a sucessão.

os conflitos matrimoniais, os julgamentos dos casos de acusação de feitiçaria ou roubo, e outros. A sua autoridade é simultaneamente política, jurídica e sagrada<sup>12</sup>.

No Reino do Bailundo, diferentemente do que acontece em outras partes de Angola, especialmente nas regiões de extensa urbanização, como é o caso da província de Luanda, a condição bilíngue permanece e as pessoas transitam habilmente entre as duas línguas – umbundu e português –, ao menos nos contextos observados. Entre as crianças e os jovens da cidade ou das aldeias, há uma marca acentuada do uso da língua umbundu. Nas cidades, a língua portuguesa se sobressai como primeira língua; enquanto nas aldeias rurais, essa situação se inverte. O acesso à escola marca um período de universalização da língua portuguesa. Obviamente essa é uma experiência diferente para as crianças acostumadas a prevalência de uma ou outra língua no espaço familiar, mas é certo que todos têm contato com as duas línguas. Durante a pesquisa de campo, conversei com muitas crianças e jovens que se apresentavam como não falantes da língua portuguesa, que diziam compreender apenas o umbundu. Com o passar do tempo, observei que muitas dessas crianças e jovens eram falantes da língua nacional, diferentemente do que afirmavam.

A condição bilíngue do Bailundo, que em si representa um ganho do ponto de vista de uma diversidade cultural, na prática pode ser também um elemento controverso por conta de uma herança colonial, que historicamente associou o domínio da língua do colonizador como elemento civilizatório. Acredito que a negação da condição de falante da língua local seja parte de um conjunto de discursividades existentes em torno do lugar das tradições na vida contemporânea de Angola. Tal fato pode ser interpretado à luz das suas próprias inspirações de modernidade e da provisoriedade da identificação, como parte do mundo global.

A transição da oralidade para a escrita da língua umbundu está diretamente relacionada à presença de missionários americanos, canadenses e suíços naquela região. Os primeiros missionários chegaram ao Reino do Bailundo em 1881, durante o reinado de Ekuikui II, ainda na fase anterior ao processo de fundação da vila

---

<sup>12</sup>Atualmente, só o tribunal tradicional ocupa de forma efetiva o espaço, como sugere a narrativa. Para além dessa situação, nem todos os vivos vivem na ombala, que também não constitui o local de descanso de todos os mortos.

Teixeira da Silva. Publicar em língua local era parte da política de evangelização de forma geral, ainda mais em umbundu, uma língua que representava um grande contingente de almas, as quais se destinava a missão congregacional. Com o passar do tempo e o enraizamento das missões religiosas no Planalto Central de Angola, ocorreu a formação de sujeitos com domínio e fluência em ambas as línguas. São exatamente essas pessoas que estavam mais bem preparadas para a experiência em jogo, de lidar com os espaços de poder, a partir da situação do domínio linguístico.

Minha presença no Reino do Bailundo, querendo transitar por esse caminho, mobilizava uma memória histórica. Como estrangeira, eu deveria ser recebida com desconfiança e apreensão, mas, na condição de pesquisadora oriunda da diáspora negra, talvez pudesse ser incluída no universo que a língua umbundu fechava. Por vezes, isso criava situações, como a que aconteceu quando fui assistir a uma reunião entre o administrador de uma comuna e as autoridades tradicionais do local. Eu havia sido “convidada” para a reunião pela vice-administradora, trinta dias antes. Esse convite era, na verdade, uma aposta de que eu não voltaria à comuna. No dia da referida reunião, voltei à comuna, mas a autora do convite não estava presente. Quando cheguei ao local, a minha presença causou um alvoroço, porque o administrador comunal alegava não ter sido informado de minha visita. As minhas explicações foram insuficientes para criar uma relação de confiabilidade. Ainda assim, ele concordou com a minha presença, mas quando chegou o momento de fazer a leitura dos relatórios apresentados por cada uma das autoridades tradicionais – escritos em língua portuguesa –, a ideia foi abandonada em favor de uma leitura na língua umbundu. Desta forma, ele acreditava poder limitar e restringir o meu acesso aos temas que estavam sendo tratados.

Partindo do meu lugar de diáspora alinhado com a antropologia, sustento que nenhum sistema de dominação e poder será pleno. As brechas estão contidas no interior dos processos. A relação do Reino do Bailundo com as missões religiosas encarnadas no cotidiano das pessoas nos desafia a rever os nossos discursos generalizantes sobre práticas totalizantes. Mbembe nos alerta para o fato de que “nenhuma sociedade histórica existe sem a dimensão fundadora do sagrado” (Mbembe, 2013, p. 21); em uma posição crítica às produções intelectuais sobre o

cristianismo na África, ele sinaliza para uma subestimação do religioso tratado na esfera de uma “consciência alienada”. Ele prossegue dizendo que:

Aqui, como em qualquer outra parte do mundo, e ao mesmo nível das demais “instâncias”, o fator religioso faz parte de uma dimensão constitutiva da vida. Deve ser encarado com a mesma seriedade de todos os outros determinantes que estruturam abertamente a vida presente e futura dos africanos (Mbembe, 2013, p. 21).

Ao trazer o religioso para pensar as formas contemporâneas dos significados que a língua desempenha no presente, entendo que, dada a história do local, a adesão às religiões protestantes se tornou constituinte de parte das estratégias adotadas para a valorização da língua umbundu. Se, como aponta Mbembe, as religiões cristãs nunca foram hegemônicas nos termos que desejaram na África, é possível pensar em uma agência local, isto é, nas apropriações e posterior ressignificação pelos “colonizados” das ferramentas outrora usadas como elemento de dominação.

Na primeira semana que passei no Reino do Bailundo, viajei para uma aldeia acompanhada de um grupo de diretores da IECA (Igreja Evangélica Congregacional em Angola) para participar de uma visita de apresentação da nova diretoria municipal. Durante boa parte do evento, o pastor que conduzia os trabalhos se preocupou em falar primeiro em língua umbundu e, logo após, em português, como parte dos cuidados para que eu pudesse acompanhar. Em um dado momento da pregação no culto, quando estava bastante empolgado, ele olhou em minha direção e disse: “Agora eu vou falar na minha língua! Porque tem partes da Bíblia que só é possível compreender em umbundu”. A associação que a verdadeira Bíblia é aquela em língua umbundu é recorrente entre fiéis das diferentes igrejas do Reino do Bailundo; paradoxalmente, apenas uma minoria tem acesso a essa verdade.

Estamos cientes de que o texto etnográfico deve abandonar a ideia de tradução cultural. A etnografia não é uma tradução. Dentro dessa perspectiva, interroguei-me: Qual era o lugar e a importância da língua no trabalho da pesquisa de campo? Se eu me tornasse uma falante da língua umbundu, que tipo de relação eu passaria a constituir naquele meio?

Eu estava imersa em um contexto bilíngue no qual compartilhava com minhas interlocutoras e meus interlocutores uma língua em comum, respeitando as nuances

entre o português do sul do Brasil e aquele do Planalto Central de Angola, o que nos proporcionava uma comunicação razoável. Entretanto, estava colocada na nossa relação uma alteridade. Nestes termos, para a antropologia que eu aspirava produzir com aquele grupo, eu estava ciente de que o alcance da minha interlocução estaria mediado por aquilo que eles me permitissem acessar.

O espanto pela presença de uma brasileira naquele lugar gerava entre as pessoas um sentimento de desconfiança que era de uma ordem de fora da antropologia. Havia a possibilidade de eu não ser quem eu dizia que era e também havia a possibilidade de eu ser quem eu afirmava ser e, por pressuposto, em ambas as situações eu era incapaz de compreender a dinâmica local. Eram nas sutilezas que o agenciamento das pessoas operava. Por vezes me diziam que era fundamental eu aprender a língua umbundu; em outras vezes, criavam barreiras para que eu não soubesse do que efetivamente estavam conversando entre si. No meu cotidiano de pesquisa, era comum uma roda de conversa em língua portuguesa evoluir subitamente para a língua umbundu, passando a ignorar, sem constrangimentos, a minha presença. Isso era muito recorrente no diálogo com outras mulheres.

No segundo mês de pesquisa, eu comecei a ter aulas de língua umbundu e, tempos depois, o professor contou que ele era frequentemente questionado por seus amigos quanto ao fato de estar dando aula para mim. Aos olhos dos demais, eu estava explorando-o. Não era uma exploração no sentido econômico, mas sim em termos simbólicos sobre algo que deveria ser uma “reserva” daquele povo. Quando o professor me contou sobre essa percepção e, principalmente, quando ouvi dele a palavra “exploração”, instalou-se em mim um momento de crise interna. Interroguei-me, amparada pela ética, sobre qual era o meu limite na questão linguística do fazer antropológico.

Pensar a questão da língua umbundu como uma forma de problematizar minha própria presença em campo difere, em boa medida, das abordagens gerais recorrentes sobre as línguas africanas no âmbito dos Estados pós-coloniais. O debate frequente é sobre a adoção e a permanência do inglês, do francês e do português como línguas de governo. É inequívoca a relevância deste debate; neste sentido, Appiah (1997) analisa os impasses nesses países apontando tanto as dificuldades de ordem prática para o abandono das línguas estrangeiras quanto o apego dessa classe que herdou o Estado

colonial pela continuidade do umbundu como língua nacional. A sua posição indica uma certa flexibilidade e abre para um deslizamento de sentidos, e também para uma tarefa da ordem da reflexão e da produção por parte dos intelectuais “eurofonos”.

Podemos reconhecer que a verdade não é propriedade de nenhuma cultura; devemos apoderar-nos das verdades de que precisamos onde quer que as encontremos. Mas para que as verdades se transformem na base da política nacional e, em termos mais amplos, da vida nacional, há que se acreditar nelas; e saber se as verdades que retiramos do Ocidente serão ou não dignas de crédito depende, em grande medida, de como conseguimos administrar as relações entre nossa herança conceitual e as ideias que correm ao nosso encontro, vindas de outros mundos (Appiah, 1997, p. 21).

Então, a “questão da língua” é, sem sombra de dúvida, um debate da África pós-colonial, que adquiriu diferentes contornos a depender do perfil da colonização que a região enfrentou. No caso de Angola, essas marcações se explicitam na dimensão regional. A questão da língua umbundu, como eu a compreendo no Reino do Bailundo, é diferente do quadro que é encontrado em algumas regiões de Luanda, por exemplo, onde o kimbundu é usado com bem menos frequência. Conheci um casal em Luanda, em que cada um deles vinha de um grupo cultural distinto: o homem é falante de umbundu, e a mulher, de kimbundu. Perguntei como ficavam as duas línguas com relação aos filhos e o pai respondeu que estava ensinando umbundu a eles, e considerava de responsabilidade da mãe fazer o mesmo com relação à sua própria língua, mas, segundo ele, isso não estava acontecendo.

Esse caso particular sinaliza algumas questões que estão no horizonte do que desejo apontar, que é o apego das pessoas dessa região à preservação da vivacidade da sua língua. Mas é óbvio que esse ensinar a língua não faria sentido se essas crianças estivessem no Reino do Bailundo, onde, mesmo que a língua portuguesa fosse a “língua de casa”, ainda assim, elas aprenderiam a transitar pela língua umbundu, porque escutam suas mães, tias e avós conversarem entre si, visto que elas são de uma geração que não fica à vontade com a língua portuguesa. Todas as conversas domésticas entre essas pessoas ocorrem na língua nacional – termo usado para se referir às línguas originárias de Angola – e, dessa forma, se dá o aprendizado das crianças.

Também não se trata de colocar a língua portuguesa como algo externo à vida do Reino do Bailundo, afinal ela participa como língua oficial, que dá acesso aos

espaços de poder na esfera nacional. É nesse cruzamento entre o oficial e o tradicional que estão os dilemas – ao meu ver, falsos – para o caso dessa região em torno da questão da língua. A realidade pós-colonial do lugar está ancorada em um grupo cultural bilíngue – falantes de português e umbundu – e em um sistema educacional monolíngue de alfabetização apenas em língua portuguesa. Essa política do Estado angolano vai de encontro à riqueza que as crianças trazem de casa para a escola, ou seja, a familiaridade com os dois idiomas. Esse fato acaba gerando dúvidas sobre onde elas devem alocar esse conhecimento prévio. Isso explica, possivelmente, porque elas me diziam que só compreendiam a língua portuguesa, mas não sabiam falar.

### **Considerações finais**

“Teu trabalho é sobre raiz!”, sentenciou um amigo brasileiro com quem eu conversei on-line quando já estava em Angola. Eu ponderava com ele que, por um lado, pesavam-me as expectativas criadas quando decidi fazer pesquisa em Angola, por outro me sentia recompensada pelo privilégio de ter chegado naquele lugar tão preñado de sentidos para a minha existência e pelo tanto de reverberação que o Bailundo me provocara. Experiência que estava dentro e fora da própria antropologia. Reconhecia o imperativo do compromisso etnográfico que me levava para aquele lugar. O Reino do Bailundo mobilizava um conjunto de sentimentos e subjetividades através de imagens, memórias, cheiros, sabores e sentidos, os quais remetiam à minha experiência, à minha vivência familiar. Minha primeira reação foi de uma ilegitimidade para produzir uma etnografia sobre o local. Os primeiros meses de permanência em campo estiveram fortemente marcados por dúvidas, por um sentimento de que a minha permanência como pesquisadora se configurava em uma apropriação indevida sobre os modos de vida daquele povo. Dentro dessa perspectiva, encontrava-se a questão da língua. Para quem eu escrevo? Minha pergunta inicialmente partia de uma noção de conflito, de uma ideia de incompatibilidade entre sentimentos produzidos pela condição de diáspora e o compromisso com a escrita etnográfica. Essa escrita pressupõe o desafio de descrever aquilo que se apresenta aos

nossos olhos, bem como de registrar as respostas às perguntas que dirigimos aos nossos interlocutores.

A questão da língua acionava a condição de diáspora e, de forma imediata, era preciso realizar, a um só tempo, os trânsitos entre uma “África inventada ou imaginada”, com a qual eu estava conectada, e o Reino do Bailundo, parte do continente africano que me recebeu e acolheu, não como invenção ou imaginação, mas como parte de um processo histórico marcado por disjunções, rupturas e continuidades. A língua umbundu e as fronteiras estabelecidas me possibilitaram pensar sobre uma outra África, menos imaginada. Meu “iletramento” era um fator que diminuía a minha autoridade naquele meio, o que em si não era uma novidade, tampouco algo negativo, mas me provocava a pensar a questão da língua na pesquisa de campo como dado. Se por um lado eu, como sujeito diaspórico, entrava em conflito com meu próprio fazer, por vezes também me questionava qual outro caminho poderia seguir para trabalhar esse entrelaçamento, senão a própria antropologia.

A partir das minhas observações no Reino do Bailundo, sugiro a possibilidade de uma coexistência de fendas e estratégias, através das quais grupos que não estão dentro do governo ou dos espaços decisórios operam resistências micro localizadas. Isso vale para a relação com o Estado, com pessoas externas e com as antropólogas e os antropólogos. Se tais fendas não são suficientes para modificar o equilíbrio de forças dentro do país, as línguas nacionais seguem como espaço fundamental da significação da vida e dos modos de estar no mundo, no Reino do Bailundo. Nestes termos, a língua umbundu assume possivelmente o papel de agência anticolonial.

O Reino do Bailundo e as suas autoridades tradicionais não possuem inserção dentro do espaço político para fazer valer as suas aspirações. Elas estão localizadas no espaço cultural do país, a língua umbundu e as outras línguas nacionais também estão nesse mesmo lugar. Em um país onde a vida política segue polarizada entre dois grupos desde a independência, por vezes, o discurso em torno de uma cultura tradicional é acionado com o propósito de atender às demandas que não são nem da ordem da cultura e nem da tradição. Acredito que no Reino Bailundo, as pessoas tenham a percepção do quanto estão distantes daqueles que ditam a vida no país. E, por estarem fora dos espaços de poder, se apegam aquilo que está ao seu alcance e que nenhum processo histórico arrebatou.

Em que pesem todos os esforços, essa resistência não reverbera dentro do Estado angolano, no âmbito das políticas públicas, especialmente nas políticas de educação, em que o multilinguismo ainda é uma realidade distante. Há um vasto grupo de crianças que tem seu primeiro contato com a língua portuguesa em seu primeiro dia aula e que constrói uma polarização entre a língua que se fala em casa e a língua que se aprende na escola. Essa experiência, que não passa despercebida pelas pessoas e pelas instituições locais, mas que faz com que se sintam incapazes de produzir ações que possam mudar essa realidade. O que se vê é que são fartos e longos discursos que verbalizam um medo pelo desaparecimento daquilo que é “nosso”, que engloba muitas coisas, incluindo a língua umbundu.

## Bibliografia

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPIAH, K. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

COSTA, R. J. *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu* relações de poder no Bailundo (1880-1930). 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: [\\_<http://repositorio.unb.br/handle/10482/17291>](http://repositorio.unb.br/handle/10482/17291). Acesso em: 25 nov. 2015.

DULLEY, I. *Deus é feiticeiro: prática e disputa nas missões católicas em Angola colonial*. São Paulo: Annablume, 2010.

FLORÊNCIO, F. Pluralismo jurídico e Estado local em Angola: um olhar crítico a partir do estudo de caso do Bailundo. *Antropologia Portuguesa*, n. 28, p. 95-134, 2011. Disponível em: [<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6290/1/AP28%282%29.pdf>](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6290/1/AP28%282%29.pdf). Acesso em: 3 set. 2018.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril, 1984.

MAMDANI, M. *Ciudadano y súbdito: África contemporânea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

MBEMBE A. *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Mangualde; Ramada: Edições Pedagogo; Luanda: Edições Mulemba, 2013. (1 ed., Paris: Karthala, 1988).

NASCIMENTO, W. S. *Gentes do Mato: os “novos assimilados” em Luanda (1926-1961)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

<[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15012014-104601/publico/2013\\_WashingtonSantosNascimento\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15012014-104601/publico/2013_WashingtonSantosNascimento_VCorr.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2020.

NETO, C. M. De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, n. 33, p. 107-129, jan.-jun. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cea/2206#quotation>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NETO, C. M. Respeitar o passado – e não regressar ao passado: contribuição ao debate sobre a Autoridade Tradicional em Angola. *I Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional*. Luanda, 20-22 mar. 2002

RESULTADOS DEFINITIVOS: *Recenseamento geral da população e habitação – 2014*. Luanda, Angola: Instituto Nacional de Estatística Gabinete Central do Censo Subcomissão de Difusão de Resultados, 2017.

SUNGO, M. L. M. *O reino do Mbalundu: identidade e soberania política no contexto do Estado nacional angolano atual*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169521/339577.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

**Recebido em:** setembro de 2023

**Aceito em:** janeiro de 2024

#### COMO REFERENCIAR

SILVA, Santa Julia da. Questões contemporâneas em Angola: a língua umbundu como resistência anticolonial no Reino do Bailundo. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2024.

---

## “No Tempo de Agostinho Neto, Não Existiam Gays”: Arquivos Queer e a Luta por uma História LGBTIQ+ em Angola

### “In the Time of Agostinho Neto, There Were No Gays”: Queer Archives and the Struggle for an LGBTIQ+ History in Angola

**Caio Simoes de Araujo**

University of the Western  
Cape. Doutor em história pela  
Universidade de Coimbra.

E-mail:

[cdearaujo@theotherfoundation.org](mailto:cdearaujo@theotherfoundation.org)

#### Resumo

Este artigo pretende oferecer uma releitura queer da história de Angola, de maneira a reconhecer os corpos, as vivências, e os desejos daquelas pessoas convencionalmente excluídas da história nacional, devido a sua orientação sexual e identidades de gênero. Baseado em entrevistas de histórias de vida, bem como em pesquisa arquivística, o artigo recorre à noção de um arquivo queer para propor uma narrativa alternativa para a memória coletiva angolana, demonstrando que a diversidade sexual e de gênero fazem parte da história do país e do continente africano. Adotando uma abordagem cronológica que vai do período pré- ao pós-colonial, pretende-se demonstrar que a luta por uma história LGBTIQ+ pode ter um papel importante em legitimar as demandas presentes do ativismo LGBTIQ+ em Angola, bem como possibilitar imaginações emancipatórias do futuro.

**Palavras-chaves:** Angola; Arquivos queer; História LGBTIQ+.

#### Abstract

This article aims to offer a queer rereading of Angola's history, in order to recognize the bodies, experiences, and desires of those people conventionally excluded from national history, due to their sexual orientation and gender identities. Based on interviews of life histories, as well as archival research, the article uses the notion of a queer archive to propose an alternative narrative for Angolan collective memory, demonstrating that sexual and gender diversity are part of the history of the country and the African continent. Taking a chronological approach ranging from the pre- to the post-colonial period, it aims to demonstrate that the struggle for an LGBTIQ+ history can play an important role in legitimizing the present demands of LGBTIQ+ activism

in Angola, as well as enabling emancipatory imaginations of the future.

**Keywords:** Angola; Queer Archives; LGBTIQ+ History.

## Introdução

Em outubro de 2023, Uganda celebrou 61 anos de sua independência. No dia 15 do mesmo mês, a ativista, poeta, e pesquisadora ugandesa Stella Nyanzi organizou um painel virtual para debater o que a independência significava para as pessoas LGBTIQ+<sup>1</sup> no país, tendo em vista a legislação altamente homofóbica aprovada recentemente pelo presidente Yoweri Museveni. Seriam estas pessoas realmente independentes, considerando que os seus direitos de cidadania, e básicos seus direitos básicos de existir enquanto ugandenses queer, estava em risco? O ativista transgênero Viktor Mukasa fez uma detalhada exposição, resgatando uma longa história de dissidência sexual e de gênero que remontava ao rei Mwanga II do Buganda, uma figura histórica, cuja homossexualidade foi documentada em finais do século XIX. Nyanzi enfatizou que a luta pela libertação é necessariamente inclusiva, abarcando todos aqueles que valorizam a liberdade, a autonomia, e o viver em comunidade, independentemente da sua orientação sexual e identidade de gênero.

Menciono este evento virtual para demonstrar que datas comemorativas, tais como o aniversário de independência de um país, podem oferecer uma oportunidade de se repensar criticamente a história coletiva, e de se questionar como essa história é vivida, experienciada, e lembrada pelos vários grupos que compõem uma comunidade, tanto a nível nacional como transnacional. Em sua exposição sobre o caso de Uganda, Mukasa também mencionou a rainha angolana Ginga como um outro exemplo de uma figura queer autenticamente africana, recorrendo à ideia de uma África queer, como uma construção coletiva que atravessa fronteiras nacionais. É neste jogo de espelhos entre dinâmicas locais e globais, entre o passado e o presente, que podemos perceber os desafios e as possibilidades emancipatórias que se colocam às pessoas LGBTIQ+ na África. Este é um debate importante, pois o direito de viver, de pertencer, de estar, e de ser quem se é, está intimamente ligado a percursos

---

<sup>1</sup>A sigla LGBTIQ+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgêneros, intersexo e queer. O “+” visa incluir maneiras de expressar a orientação sexual e identidade de gênero não normativas, mas que não se enquadrem nas letras estabelecidas pela sigla.

históricos, e à vida pública da história como uma forma de construção de comunidade, de país. Em Angola, como na Uganda e em outros lugares do Sul Global, a suposta “novidade” das subjetividades queer é frequentemente mobilizada para legitimar posicionamentos excludentes e atitudes LGBTfóbicas.<sup>2</sup> Ser “novo”, neste sentido, passa a ser equiparado a ser inautêntico, ilegítimo ou estranho à cultura e à sociedade. Este tipo de raciocínio soará, com certeza, familiar aos acadêmicos e ativistas que trabalham em outros locais do continente, onde as pessoas LGBTIQ+ são comumente imaginadas como estando “fora do tempo” (Rao, 2020), ou como pessoas “sem história” (Araújo, 2022). O título deste artigo remete à ideia equivocada de que a diversidade sexual e a não conformidade de gênero “não existiam” antigamente, uma ideia que é efetivamente mobilizada para negar o direito à existência das pessoas LGBTIQ+ no presente.

Tal como várias outras iniciativas acadêmicas e ativistas empreendidas na África e no Sul Global nas últimas décadas, esta pesquisa explora o arquivo queer como um conceito politicamente e intelectualmente transformador, particularmente em contextos nos quais é corriqueiro dizer que pessoas LGBTIQ+ não existem. Com o apoio do Arquivo Queer GALA, de Johannesburgo, e da Open Society University Network, entre 2021 e 2022, o projeto foi realizado remotamente e no campo, graças à generosa assistência e à colaboração de um parceiro local, o Arquivo de Identidade Arquivo de Identidade Angolano, doravante AIA. Com a colaboração da AIA, e da sua diretora Lúria de Castro, conseguimos identificar interlocutores para entrevistas de história oral, tendo várias dessas entrevistas sido realizadas em Luanda, em 2022. Para além disso, o projeto envolveu também pesquisas em arquivos e bibliotecas angolanas e portuguesas. O objetivo era combinar métodos de pesquisa em arquivo e etnográficos, com o intuito de buscar vestígios de passados queer em arquivos existentes, mas, ao mesmo tempo, construir um novo arquivo queer com base nas experiências vividas por pessoas LGBTIQ+ angolanas. Neste artigo, apresento alguns dos resultados da pesquisa, recorrendo a uma narrativa estruturada

---

<sup>2</sup>Neste artigo, utilizo os termos “Sul” e “Norte” global em alinhamento com a teoria crítica pós-colonial, cujo contributo talvez mais importante tenha sido apontar que desigualdades e hierarquias de origem colonial continuam a permear o mundo contemporâneo. Neste sentido, o “Norte” global refere-se aos países colonizadores (incluindo o colonialismo interno de países, como a Austrália), ao passo que o “Sul” global refere-se aos países da América Latina, África e Ásia, a maioria dos quais formados após processos de colonização e ocupações europeias.

cronologicamente, em períodos históricos, do “pré-colonial” até o “pós-colonial”. Ao final, apresento uma seção sobre a AIA e o seu ativismo para a construção de uma memória LGBTIQ+ angolana.

## 1 Período Pré-Colonial e Moderno

Como em outros contextos no Sul Global, algumas das fontes mais antigas da história angolana são registros deixados por viajantes europeus que atravessavam as costas africanas em números crescentes, a partir do século XV. A escrita missionária, em particular, tem sido crucial para a recuperação da história dos reinos africanos do Kongo, Matamba e Ndongo, que existiram, aproximadamente, nos territórios da atual Angola, da República Democrática do Congo, da República do Congo e do Gabão. Os missionários também descreviam pessoas, práticas e eventos que podem contribuir para uma história LGBTIQ+ africana. Tal é o caso de António de Oliveira Cadornega, que chegou à Luanda em 1639, com apenas 15 anos, e lá viveu por quase 30 anos. Em sua escrita, encontramos referência à diversidade sexual que testemunhou, incluindo a existência de “sodomia” entre os “pagãos de Angola”, que praticavam “uns com os outros os seus atos imundos e sórdidos, vestidos de mulheres” (Cadornega, 1681, *apud* Mott, 2005, p. 17). Outro exemplo é o missionário italiano Giovanni Cavazzi de Montecuccolo, que documentou em detalhes práticas de travestismo inseridas no contexto dos sistemas espirituais africanos. Em suas observações sobre os reinos do Congo, Matamba e Angola, Montecuccolo descreve, em particular, um feiticeiro “moralmente sujo”, que “veste fato e usa maneiras e porte de mulher, chamando-se também de a ‘grande mãe’” (Montecuccolo, 1687, *apud* Mott, 2005, p. 15).

Embora estes relatos nos permitem pensar em um passado queer africano, também demonstram como a escrita missionária é embasada na moralidade católica, segundo a qual os atos performativos que desafiem o regime de gênero binário e normativo são tidos como sórdidos, diabólicos e pecaminosos. Também apontam para a definição da “sodomia” como uma categoria relativa tanto à doutrina religiosa quanto à disciplina criminal, como um pecado que exigia punição. Estes escritos evidenciam, ademais, que as ideias normativas de gênero e sexualidade foram fundamentais para o projeto colonial-missionário, uma vez que as transgressões da

norma eurocêntrica por parte de atores históricos africanos serviram de justificação para a sua subjugação política e conversão religiosa (Tamale, 2020; Oyewumi, 1997; Lugones, 2010).

A ação missionária e cristianizadora não pode ser separada do chamado Tribunal da Inquisição, um processo transnacional e duradouro de identificação, julgamento e punição daqueles considerados “hereges” pela Igreja católica. Existente desde o século XIII, estabeleceu-se em Portugal na década de 1530. Embora a sua principal intenção fosse identificar cristãos novos, suspeitos de praticarem o judaísmo em privado, a Inquisição também puniu os considerados culpados de praticar sodomia, tanto homens como mulheres; heterossexuais e homossexuais. De acordo com as *Ordenações Manoelinas* (1514-1521) e *Ordenações Filipinas* (1613), duas compilações legais emitidas pelos reis Manuel I e Filipe II, respectivamente, a “sodomia” era considerada um “crime nefando” punível com expropriação de bens e morte pela fogueira (Leão, 2021). Embora a maioria dos casos tenha ocorrido em Portugal, a Inquisição também atuou no Império Português, especialmente no Brasil e em Goa. Vários historiadores já trabalharam com o arquivo deste tribunal para perceber como a Igreja dedicou-se à criminalização e à punição da dissidência sexual e de gênero no início do mundo moderno (Mott, 2005). Devido à grande circulação de pessoas produzida pelo colonialismo e pelo comércio de escravos, alguns africanos também foram apanhados na rede inquisitorial.

Um dos casos mais conhecidos é o de Francisco Manicongo, já analisado pelo historiador queer brasileiro Luiz Mott (2017). Originário do Reino do Congo, foi escravo na Bahia, Brasil, onde em 1591 foi julgado pela Inquisição por “cometer atos de sodomia e recusar-se a vestir-se de homem” (Mott, 2017, p. 1). Como já argumentou Mott, o caso de Manicongo é representativo das formas pelas quais práticas de não conformidade de gênero e sexualidade dissidente viajaram através do Atlântico Sul Negro. No julgamento, o acusador alegou que os comportamentos de Manicongo reproduziam, no Brasil, a maneira de ser dos “sodomitas negros” que agiam como mulheres e praticavam o “pecado nefando”, “as quais chamam na língua de Angola e Congo *quimbanda*” (Mott, 2005, p. 14). Na costa angolana, um dos únicos casos relacionados com a sodomia encontrado nos arquivos portugueses é o julgamento de André Dias, condenado, em Luanda, em 12 de outubro de 1654. Originário de Évora,

Portugal, Dias foi acusado de “seduzir” numerosos soldados, a quem ofereceu vinho em troca de cometerem o “vício” com ele (Mott, 2005, p. 23-24). Tal como os escritos missionários, o arquivo da Inquisição mostra que o cristianismo e o colonialismo moderno estiveram mutuamente implicados na criminalização e na marginalização dos desejos, vidas e corpos africanos não normativos.

Para além dos casos de Manicongo e Dias, ainda desconhecidos por muitos angolanos hoje, uma figura potencialmente queer na história pré-colonial do país é a rainha Ginga. Em seu *Boy-wives and Female Husbands*, Murray e Roscoe (1998) iniciam a sua introdução referindo-se à Ginga (1581-1663), uma mulher guerreira que, tornando-se “rei”, conseguiu resistir à colonização portuguesa durante quase quatro décadas. De acordo com as fontes disponíveis, como documentos militares e missionários, Ginga “governava vestida de homem, rodeada por um harém de jovens que se vestiam de mulher e eram suas ‘esposas’” (Murray e Roscoe, 1998, p. 3). Neste sentido, ela desafiava as normas de gênero” não apenas “vestindo-se como homem”, mas também “rejeitando as virtudes femininas de cuidar e nutrir” (Heywood, 2017, p. 1). No período pós-colonial, Ginga passou a ser celebrada em Angola como a mãe da nação (Lugarinho, 2016). A sua posição atual como “heroína” no panteão histórico angolano é baseada na sua contribuição enquanto um ícone anticolonial. No entanto, o seu potencial como uma pessoa que desafiava as normas de gênero, e possivelmente como uma figura histórica queer africana, é raramente abordado publicamente em Angola. Este silêncio, para muitos ativistas LGBTIQ+ com os quais falei, deve-se à mentalidade heteronormativa dominante, que impede um debate mais amplo sobre a história queer do país.

## **2 Período Colonial: Regulação do Gênero e da Sexualidade**

Embora a colônia portuguesa de Angola tenha sido oficialmente fundada em 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais à Luanda, só no final do século XIX é que o estado colonial conseguiu consolidar-se, alargando o seu alcance administrativo dos postos costeiros até ao interior. Internacionalmente, a Conferência de Berlim, de 1884, estabeleceu as fronteiras modernas do território angolano e pressionou a monarquia portuguesa a acelerar a sua colonização efetiva (Oliveira, 2011).

Internamente, vários grupos de interesse também pressionaram pela intensificação da ocupação colonial da chamada “África Portuguesa”. Em 1910, a monarquia foi deposta em um golpe de estado, em parte devido ao seu fracasso em gerir adequadamente os assuntos coloniais. Nesse contexto, a Primeira República foi estabelecida precisamente para modernizar e consolidar o domínio de Lisboa sobre os seus territórios coloniais (Oliveira, 2011). Em 1926, outro golpe instituiu o regime ditatorial que duraria até a Revolução dos Cravos de 1974. Em 1933, uma nova constituição definiu a cultura política do novo regime, então denominado *Estado Novo*, como estando comprometida com os princípios do nacionalismo, do colonialismo e do catolicismo (Rosas, 2001). Esta ideologia política e moralmente conservadora foi estendida a Angola e outras colônias, definindo a forma como o gênero e a sexualidade eram entendidos na ciência, nos discursos sociais e na governança pública.

Como argumentou Foucault (1981), a ciência moderna, e especialmente as ciências médicas e a psiquiatria, teve um papel crucial na definição da homossexualidade tanto como uma subjetividade quanto uma patologia que exigia tratamento médico e intervenção estatal. Em Portugal, como em outros países do Norte Global, no final do século XIX houve a consolidação de uma ciência da sexualidade humana que pretendia traçar os limites da normatividade sexual, entre o que era considerado “normal” e “saudável”, de um lado, e “patológico” ou “aberrante”, de outro (Foucault, 1981). O trabalho do médico português António Egas Moniz tornou-se particularmente influente. Publicado originalmente em 1902, seu livro *A Vida Sexual* patologizou as “perversões sexuais” e utilizou ideias de higiene sexual e eugenia para propor práticas disciplinares de “cura” e melhoria social (Toledo e Vimiero, 2018). O livro, portanto, é sintomático de um processo mais longo de medicalização e regulação da sexualidade na modernidade europeia, em que a família nuclear heterossexual passou a ser celebrada enquanto a unidade social básica do mundo heteronormativo. Considerando este contexto, não surpreende que, no mesmo período, os “vícios contra a natureza” tenham sido criminalizados em uma Lei de 1912 (depois incluída no Código Penal de 1954), que conferia à sodomia o mesmo *status* legal que a delinquência e a vadiagem (Cascais, 2016).

Em Portugal, o conservadorismo moral e político da ditadura foi difundido publicamente através de um sistema educativo estruturado em torno de valores

tradicional, higiene física e moral, e disciplina à família, ao Estado e à Igreja. Este conjunto de princípios foi encapsulado na chamada ‘trilogia da educação nacional’ sob António de Oliveira Salazar, que se resumia no lema: “Deus, pátria, família” (Catroga, 2011). Materiais educativos de conteúdo semelhante foram produzidos e distribuídos em Angola. Por exemplo, um livro pedagógico de autoria de um professor do Liceu Salvador Correia, em Luanda, em 1938, relacionava a higiene intelectual, moral e física dos alunos. Afirmando que a “força de vontade” era o que separava o homem civilizado do selvagem, o autor defendia a educação moral como uma luta contra as “tentações” do “erotismo” e os “perigos da sensualidade” (Malpique, 1939, p. 114-115). Quase duas décadas mais tarde, um manual escolar de 1962 continuava a enfatizar o lema “Deus, nação, família”, bem como a higiene pessoal e o trabalho físico como prioridades educativas, ao mesmo tempo em que transmitia discursos sobre o gênero profundamente marcados por noções de moralidade e respeitabilidade. No manual, a personagem ‘Zita’, exemplo de uma menina africana, era celebrada da seguinte forma:

Ela arruma a cama,  
Ela faz café,  
Ela faz papa,  
E alimenta sua irmã.  
Ela seca a louça,  
Ela guarda os talheres...  
Ser mulher,  
É o que ela quer!  
(Governo Geral de Angola, 1962, p. 36)

Este exemplo ilustra como o sistema educativo colonial funcionou para inculcar o sistema binário de gênero na população angolana, o que incluiu a celebração da família nuclear heterossexual e as virtudes sociais associadas a papéis normativos de gênero, tais como a domesticidade como atributo feminino. Além disso, as escolas públicas existiam nas cidades, sobretudo para as classes médias, negras, brancas ou mestiças. Na maior parte do país, em áreas rurais, o sistema educativo era limitado a escolas agrícolas, que proporcionavam uma educação rudimentar, ou a escolas administradas pela Igreja Católica, ou por missões protestantes (Ferreira, 1974), e

que certamente transmitiam visões sobre gênero e sexualidade marcados pela doutrina religiosa.

Para além da educação, a ditadura portuguesa também controlava a circulação de informação e o discurso público tanto na metrópole como nos territórios africanos, onde existiam órgãos de censura para monitorar o conteúdo de filmes, livros, jornais etc. Embora a censura se preocupasse, sobretudo, em controlar publicações de cariz anticolonial ou revolucionário, também investiu um esforço notável na proibição de materiais considerados imorais, sexuais ou obscenos (Gombár, 2018). O vasto arquivo da censura colonial, que contém milhares de relatórios, demonstra como a subversão política e a liberdade sexual entrelaçavam-se na ideologia Salazarista, sugerindo que a dissidência sexual e de gênero eram vistas não apenas como “imorais”, mas também como perigosas à ordem social, religiosa e política vigente. Neste contexto, alguns dos únicos materiais concernentes à sexualidade aprovados pela censura eram estudos científicos, considerados como moralmente inofensivos, ou mesmo úteis na luta do regime contra a homossexualidade.

A imprensa, tanto na metrópole como nas colônias, também esteve sujeita à censura, principalmente para controlar a circulação de informações sobre a luta anticolonial nos territórios africanos. Esta situação acentuou-se nos anos 1960, quando a luta armada rebentou em Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964) (Rocha, 2019). Não surpreende, portanto, que a imprensa colonial pouco reportasse sobre questões de sexualidade. De fato, na nossa leitura não exaustiva de jornais angolanos do período, incluindo os jornais *A Província de Angola*, *Diário de Luanda* e *Tribuna dos Musseques*, encontramos pouquíssimas referências. Tais incluem uma menção à April Ashley, que “nasceu homem, mas mais tarde tornou-se mulher após uma operação de mudança de sexo em Casablanca” (*A Província de Angola*, 1970).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, alguns jornais revelavam uma preocupação notável com o que muitos artigos descreviam como a deterioração da moralidade urbana. O rápido crescimento das cidades, sobretudo de Luanda, era tido como potencialmente perturbador das normas sociais dominantes. Um artigo de 1970, por exemplo, se referia a “campanhas de limpeza moral e lutas contra a imoralidade e o erotismo” que ocorriam no Brasil e na França, e afirmava que esforços

semelhantes na “defesa da juventude” deveriam ser empreendidos em Luanda, onde a sua “corrupção” já estava em curso (Pires, 1970). Apesar deste professado moralismo, Luanda era um espaço em que culturas queer emergiam, tais como a cultura de travestismo associada à vida noturna e às festas de Carnaval. Em 1972, um jornal noticiava que a boate *Tamar* organizara um concurso *de travestis*. Curiosamente, o tom geral do artigo era positivo, pois elogiava a “grande coragem” dos participantes, afirmando também que “apresentar-se como ‘travesti’ é uma espécie de arte” (A Província de Angola, 1971).

A cultura queer de Luanda, como a cidade de uma maneira geral, estava sujeita às fraturas sociais de raça e classe causadas pelo colonialismo. A maior parte do que se sabe sobre a sociabilidade homoafetiva nesta altura refere-se às classes médias, sobretudo brancas (Almeida, 2010). No entanto, Luanda sofreu uma explosão urbana sem precedentes a partir dos anos 1950, o que inclui o aumento exponencial da sua população africana, grande parte da qual se instalava nos chamados *musseques*, zonas geralmente periféricas e, por vezes, carentes de infraestruturas básicas (Amaral, 1983). Ao passo em que os *musseques* rapidamente se tornaram vibrantes espaços de produção cultural e sociabilidade negra, também eram considerados potencialmente perigosos e subversivos pelo regime (Cruz, 2020; Moorman, 2008). Um artigo sobre o Bairro Operário, por exemplo, descreve-o como um ambiente manchado por pessoas de má reputação, que “contamina[vam] a moralidade pública” (Carneiro, 1969).

Já no final do período colonial, a administração pública intensificou a vigilância urbana na tentativa de “disciplinar” estes espaços. Um exemplo deste processo é o livro *A família não Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*, publicado por Ramiro Ladeiro Monteiro, em 1973. Monteiro era oficial dos serviços de inteligência de Angola, os *Serviços de Centralização e Coordenação da Informação*. O seu estudo é, portanto, um ótimo exemplo da cumplicidade das ciências sociais com a governação colonial. No livro, Monteiro descreve a prostituição e a delinquência juvenil enquanto patologias sociais, resultantes da desordem social e da desintegração cultural que se verificava nos *musseques* (Monteiro, 1973, 376). Segundo o autor, o enfraquecimento do controle familiar e a ruptura com a cultura ‘tradicional’ associada ao processo de migração, levava à delinquência e às suas manifestações psicopatológicas, incluindo

a depressão psicológica, a “falta de sentido de responsabilidade”, e a “tendência ao homossexualismo” (Monteiro, 1973, p. 390).

Esta associação entre dissidência sexual, saúde mental e delinquência social não se limitava à opinião pessoal de Monteiro, mas refletia um discurso colonial e heteronormativo mais amplo. Por exemplo, em 1965, um panfleto de saúde pública apontava a prostituição e a homossexualidade masculina como as principais culpadas pela propagação de doenças venéreas em Angola. Também apresentava os exames médicos, a boa saúde, o respeito à lei e à moralidade como soluções para o problema. No panfleto, a ideia de “boa saúde” é representada visualmente, em uma ilustração, como um namoro heterossexual “normal”, o que coloca tanto a prostituição quanto a homossexualidade no terreno conceitual do “desviante” (Santos, 1965). Estas fontes históricas mostram que discursos coloniais patologizantes sobre gênero e sexualidade continuaram a perpetuar-se até o final do colonialismo, em 1975.

### **3 Período Pós-colonial: Libertação, Visibilidade e Ativismo**

A Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974, na qual militares de esquerda depuseram a ditadura em Portugal, preparou o terreno para transferências de poder na África (Macqueen, 1997). Em 1975, os três principais movimentos de libertação em Angola – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA) – assinaram um acordo estabelecendo um governo de transição. Este entrou em colapso rapidamente e, com o apoio cubano, o MPLA estabeleceu o controle de Luanda e declarou unilateralmente a independência em 11 de novembro de 1975, instituindo um sistema político socialista de partido único. Em termos ideológicos, o regime do MPLA comprometia-se com um projeto revolucionário de expurgação das estruturas herdadas do colonialismo, de unificação nacional, e de mudanças sociais e culturais no sentido da construção do “homem novo” (Araújo, 2005).

Neste período, Angola mergulhou em um conflito militar que muitos viam como uma expressão da Guerra Fria, opondo o MPLA, apoiado pelos soviéticos e cubanos, à UNITA, apoiada pelos EUA (Pearce, 2015). Após o fracasso das tentativas de paz na década de 1990, a guerra civil terminou em 2002, quando Jonas Savimbi, líder da

UNITA, foi morto em um confronto com tropas do MPLA. Desde então, a política interna angolana tem-se concentrado em grande parte na reconstrução e na reconciliação em um sistema democrático multipartidário (Hodges, 2001). Embora existam estudos sobre como as mulheres contribuíram para a construção da nação pós-colonial (Mouzinho e Cutaia, 2017; Ducados, 2000; Liberato, 2016), a verdade é que pessoas LGBTIQ+ se encontram largamente ausentes desta história coletiva. No mesmo sentido, embora a transição política tenha permitido o surgimento de uma sociedade civil mais robusta (Guedes, 2005), incluindo a formação de organizações de mulheres trabalhando pela concretização da igualdade de gênero (Afonso e Caetano, 2014), a institucionalização do ativismo LGBTIQ+ levaria mais 20 anos para ocorrer. Por um lado, esta cronologia não deixa de surpreender, pois os anos 1990s foram períodos propícios para a criação de organizações não governamentais de vários tipos, operando em diferentes níveis e trabalhando por uma gama de causas (Assis, 2021). Por outro lado, a quase completa invisibilidade da homossexualidade na cultura angolana da época pode, talvez, explicar porque pautas LGBTIQ+ não conseguiram entrar na agenda política dos anos 1990s. Um dos interlocutores nesta pesquisa, o cantor Hélder Mendes, nascido em 1980, relembra os desafios de crescer nesse período:

Sempre, desde que me lembro, sempre fui gay. Quer dizer, eu não sabia o que era isso. Todos nós já passamos por isso, aquela sensação de desconforto na pele, a fase da adolescência, sabe? Chorei, sozinho, em casa. Me perguntava: O que é isso? Por que não jogo futebol? E aí, eu sofri com todo aquele preconceito... Eles zombavam de mim, me chamavam de *maria-rapaz*. Outro termo muito feio é *panina*. (Eu ouvia) na rua, na escola, era horrível (Mendes, 2022).

Imanni da Silva, uma ativista e artista trans, nos conta uma história parecida:

Na minha adolescência eu tive um [...] choque de realidade, porque a pessoa começa a aflorar e começa a perceber quem a pessoa é, e começa a perceber melhor que a pessoa não é invisível, e que essa visibilidade cria certas reações nas pessoas, que nem sempre são simpáticas. [...] Eu percebi que eu era diferente aos olhos dos demais através da discriminação. [...] E eu, claro, não

tinha referências... aliás, isso nem se falava. E as terminologias que nós conhecemos hoje não existiam na altura (Silva, 2022).

Hélder e Imanni descrevem um contexto tanto de invisibilidade, na medida em que não sabiam o que era ser homossexual ou transgênero, como de hipervisibilidade, que os tornaram alvos de *bullying* e discriminação. A falta de informação e de espaços de socialização impediam a emergência de uma comunidade LGBTIQ+ que se pudesse politizar de maneira institucional e organizada. Ainda assim, os anos 1990 trouxeram consigo mudanças significativas. No ambiente da globalização, a paulatina abertura ao mundo facilitava o acesso a discursos e a produtos culturais (programas televisivos, livros, revistas, música etc.), que carregavam pistas para o (auto)conhecimento queer. Como narra Imanni:

Nos meados dos anos 1990 veio a bomba Roberta Close... E eu me lembro que a revista Caras... algumas edições eram mandadas para cá. E a entrevista dela foi tão grande, teve tanta repercussão, que dividiram em duas edições, e todas elas esgotaram. Eu posso dizer que a Roberta Close foi a minha primeira referência como mulher trans. E foi aí, então, que eu comecei a perceber que eu não sou um menino gay, eu sou uma mulher trans (Silva, 2022).

Para além do acesso a essa cultura transnacional, este foi também um período marcado pela emergência de uma visibilidade LGBTIQ+ local, girando, sobretudo, ao redor de algumas figuras públicas e de alguns eventos culturais em Luanda, tais como o Carnaval. Segundo Fênix, um homem bissexual que cresceu neste período, a falta de informação e o sentido de isolamento experienciado por pessoas queer era mitigado pela crescente visibilidade de alguns “pioneiros” que trabalhavam no campo das artes, do entretenimento, e da cultura, ocupando espaços de importância nacional, tais como o Comitê Miss Angola, formado em 1997. Neste sentido, a trajetória de Luanda não se afasta do observado em outros contextos africanos, incluindo a África do Sul, onde o “trabalho cultural da visibilidade” pode ser uma prática liberdade, através da qual pessoas LGBTIQ+ criam a possibilidade de viver “vidas viáveis” ao trazerem a sua subversão sexual e não conformidade de gênero para o espaço público (Livermon, 2012). Como aponta Fênix:

Nos anos 1990, as pessoas LGBTIQ+ se fechavam, foi um período muito difícil. Os poucos que havia... eu os via e dizia 'esses é que tem coragem'... Dançavam no Carnaval, ainda hoje em Luanda muitos grupos carnavalescos são maioritariamente formados por gays... E também porque estavam ligados à primeira dama da República [Ana Paula dos Santos], ela criou o comitê Miss Angola, e ela foi buscando esta malta para trabalhar com ela. Lá estavam os coreógrafos, professores de passarela. Então, por aí é que tentaram fingir que normalizaram a coisa (Fênix, 2023).

Embora estes testemunhos nos deem algumas pistas para perceber os trajetos das identidades de gênero e da sexualidade não normativa nos anos 1990, a maioria dos interlocutores nesta pesquisa nasceu e viveu a maior parte da sua vida jovem e adulta no período pós-guerra, após 2002, em um contexto já profundamente marcado pela abertura política e pela liberalização social e econômica. Ainda assim, muitas das pessoas LGBTIQ+ mais jovens também contam narrativas de luta contra a falta de informação, invisibilidade e discriminação na família, na escola e na sociedade em geral. Educação sexual deficitária é um problema identificado por muitos, que contam terem tido pouca ou nenhuma informação sobre gênero e sexualidade, tanto por parte das suas famílias como das escolas. A falta de informação disponível ao público em geral também contribui para reforçar a ideia de que a homossexualidade é algo novo, sem raízes na sociedade angolana. Como nos contou o ativista Augusto Preto:

Um velho disse-me ontem: 'no tempo de Agostinho Neto não existiam gays'. [Risos] E eu falei: 'meu Deus, o que somos então?' Então, voltamos ao útero das nossas mães e dissemos a nós próprios: 'quando a guerra acabar, vamos nascer, só para estragarmos a paz dos angolanos'. *Come on!* Já existem gays há muito tempo (Preto, 2021).

No entanto, para muitos interlocutores, o período pós-guerra trouxe mudanças significativas na visibilidade LGBTIQ+ no espaço público angolano. O canal TPA2, ligado à rede televisiva estatal TPA (Televisão Pública de Angola), foi mencionado como catalisador deste processo, nomeadamente no final dos anos 2000, quando a sua programação era produzida pela Semba Comunicação, uma empresa co-propriedade de dois filhos do presidente José Eduardo dos Santos, José Eduardo “Coreon Dú”

Paulinos dos Santos e Welwitchia “Tchizé” dos Santos. Embora Coreon Dú tenha se revelado publicamente como gay em 2018, muitos acreditam que o seu envolvimento na televisão provocou uma mudança de orientação em termos de representação da homossexualidade no país. Esta mudança para narrativas mais positivas das pessoas queer na cultura popular angolana coincidiu com a ascensão de algumas celebridades no mundo do entretenimento, como a apresentadora de televisão Hady Lima (que ascendeu à fama trabalhando na TPA2) e a cantora Titica. Cantando o gênero popular angolano, o kuduro, Titica abordou questões da discriminação e da identidade de gênero em uma das suas primeiras canções, “Olha o boneco”, que diz: “Não sou tomada pela discriminação, siga a globalização” e “já fui dançarina, agora sou a menina”. Vários dos interlocutores mencionaram o impacto que esta visibilidade produziu. Para David Kanga:

A comunicação social angolana falava muito pouco sobre a homossexualidade [...]. Isto começou a mudar em 2008, quando a Semba Comunicação trouxe para o canal TPA2 um aspecto mais moderno, programas mais modernos... Foi a primeira vez que vi uma mulher trans, uma mulher trans pós-transição, dizer publicamente “eu sou trans”. Era a Titica. Foi um momento decisivo para a sociedade angolana e para as pessoas LGBT em Angola (Kanga, 2022).

Ao mesmo tempo, um grupo de amigos gays, que se autodenominava *The Divas* (*As Divas*), começou a organizar festas LGBTIQ+ em Luanda, criando, assim, espaços de socialização e formação de comunidade para pessoas queer, que até então tinham vivido vidas solitárias e fragmentadas. Segundo o ativista Carlos Fernandes:

Naquele tempo, quando nós íamos às festas, a ideia era mais mesmo a de celebrar a liberdade. As Divas eram alguns LGBT que já se assumiam publicamente, não nas mídias sociais, mas no seu dia a dia. E as pessoas sabiam. E isso foi um marco porque as pessoas da província também se deslocavam para Luanda. Porque na altura nós não sabíamos onde nos encontrar. A própria comunidade não sabia onde se encontrar. Nós só nos víamos uma vez por ano, quando havia festa (Fernandes, 2022).

O período entre meados dos anos 2000 e o início dos anos 2010 são lembrados, portanto, como anos de mudança e de abertura no que diz respeito às atitudes sociais em relação à homossexualidade, como uma “fase revolucionária”, segundo Imanni da Silva (2022). Claro, isto não significa que o preconceito LGBTfóbico desapareceu, pois a discriminação e a violência continuaram a ser experiências cotidianas para muitas pessoas LGBTIQ+ em Luanda. Essa tensão é exemplificada na polêmica sobre o “beijo gay” que apareceu na novela “Jikulumessu”, de 2015. Embora a própria inclusão de um casal gay na trama possa ser vista como um sinal de mudança cultural, o fato de o “beijo” ter levado o governo angolano a interromper a exibição do programa durante uma semana, levando os produtores a pedirem desculpa (Diário de Notícias, 2015), é representativo das resistências e dos protestos que a visibilidade queer ainda provoca.

Para além da visibilidade na mídia, em Angola, como em outros lugares do Sul Global, o debate público e a política estatal em torno de questões de sexualidade foram, em grande parte, moldados pela agenda de saúde associada ao HIV/AIDS, bem como pelas fontes de financiamento colocadas à disposição dos atores estatais e não estatais que trabalham no terreno. Os recursos investidos em intervenções de saúde pública relacionadas com o HIV abriram novas oportunidades para a organização política e institucionalização LGBTIQ+ em Angola. Embora a primeira associação formal para minorias sexuais no país, a ÍRIS Angola, tenha sido criada em 2013, foi com o início do projeto LINKAGES em 2015, uma iniciativa financiada pela USAID para a resposta ao HIV entre populações-chave, que o ativismo LGBTIQ+ moldou-se de uma forma mais consistente ou estruturada. Como explica Pamina Sebastião, uma das ativistas envolvidas no projeto:

O contexto de oportunidade para a criação de um movimento LGBTIQ+ [em Angola] tem uma história que considero um pouco semelhante a de muitos coletivos regionais, que é uma história influenciada por projetos relacionados com o HIV. [...] Antes já existiam gays, existiam festas gays e tudo mais, mas o projeto [da USAID] relacionado com populações-chave veio conduzir tudo isto na direção de uma estrutura organizativa diferente (Sebastião, 2020).

Pamina está aludindo ao que considera a “ONGização” do ativismo LGBTIQ+ motivado pelo financiamento e pelas prioridades políticas relacionadas ao HIV/AIDS

nos últimos anos. Tal processo provocou demandas pela profissionalização do ativismo, a institucionalização da mobilização de ativistas em torno de organizações específicas, e a burocratização de iniciativas e métodos de intervenção centrados na comunidade. Embora a mudança para a estrutura das ONGs levante questões relevantes que ainda precisam ser melhores estudadas, também abriu oportunidades sem precedentes em termos de visibilidade e empoderamento LGBTIQ+ em Angola, sobretudo através do reforço da capacidade do movimento LGBTIQ+ de entrar em diálogo com o Estado e outros atores estratégicos, tanto a nível nacional como internacional. Como afirmou Carlos Fernandes, um dos cofundadores da ÍRIS Angola:

Através da questão da saúde pública você consegue conhecer muitos atores públicos no mesmo espaço. Então, você pode fazer com que todos comecem a falar sobre isso. Além de apenas conversas, essa também foi uma forma de iniciarmos um diálogo com o Estado, mas não de forma pública (Osório, 2020).

Embora o HIV/AIDS tenha sido uma agenda central do ativismo LGBTIQ+ em Angola, também é verdade que outras iniciativas sempre decorreram em paralelo com intervenções na área da saúde, de maneira a alargar o alcance do que é o ativismo, e do que ele pode fazer para promover as mudanças social e política. Isto inclui os festivais culturais organizados pela primeira vez em 2016, com a sua segunda edição em 2019, quando foi nomeado FESTÍRIS, em homenagem à ÍRIS Angola, primeira organização LGBTIQ+ do país. Uma terceira edição foi realizada em junho de 2022. Ao longo dos anos, foram também realizadas importantes atividades de formação e sensibilização sobre questões de estigma e da discriminação dentro das unidades de saúde e com a polícia de Luanda, em 2016 e 2018, respectivamente. Tudo isso sugere uma mudança crítica, que leva o ativismo para o setor da saúde, para um terreno mais amplo de ação, mais inclinado a abordar problemas de discriminação e direitos humanos (Fernandes, 2022). Em 2019, a reforma do Código Penal – que revogou o artigo da era colonial que criminalizava os “vícios contra a natureza” – trouxe novas possibilidades para colocar os direitos minoritários na vanguarda do ativismo LGBTIQ+, especialmente porque o novo Código passou a incluir a ‘orientação sexual’ como categoria protegida contra a discriminação, juntamente com: raça, cor, etnia, local de nascimento, sexo, doença ou deficiência física, crença ou religião, convicções

políticas ou ideológicas ou origem social. No seu artigo 212º, o Código proíbe a discriminação com base em qualquer um destes parâmetros em termos de emprego, recusa de bens ou serviços (incluindo o serviço público), impedimentos às atividades econômicas de uma pessoa, ou como motivo para penalizar ou despedir alguém (Arquivo de Identidade Angolano, 2019).

Embora as notícias da reforma criminal de Angola tenham percorrido o mundo, levando observadores internacionais a louvarem a chamada “descriminalização” como mais uma vitória contra a “homofobia africana” (uma ideia geralmente apresentada em termos estereotipados e simplistas), do ponto de vista de Luanda, o quadro era bastante diferente. Muitos ativistas descreveram as alterações introduzidas pelo novo Código Penal como desanimadoras. Pelo menos em parte, esta recepção tem a ver com uma certa desconfiança sobre a eficiência da lei em efetuar mudanças sociais, devido à implementação deficiente e à falta de informação jurídica disponível ao público em geral. Mas também reflete a ideia de que a lei colonial era “letra morta” e, portanto, que a sua revogação produziria poucas repercussões práticas. Quando perguntei a Roquiana Gunza, ativista e jurista da AIA, se as pessoas LGBTIQ+ tinham celebrado a descriminalização, ela respondeu:

Foi uma comemoração muito pequena (Risos), por vários motivos (...). Em primeiro lugar, porque enfrentamos um grave desconhecimento jurídico, o que significa que, muitas vezes, grande parte da sociedade não conhece a lei e também temos leis que não são observadas (...). Em segundo lugar, porque a questão da homossexualidade, na prática, nunca foi crime em Angola. Na prática, ninguém jamais foi detido ou condenado (Gunza, 2022).

Outros ativistas relacionam a descriminalização a mudanças no espaço político nacional, nomeadamente o fim do governo de José Eduardo dos Santos, que liderava o país e o MPLA desde 1979, em benefício de João Lourenço, antigo ministro da Defesa tendo assumido a presidência em 2017. Um crítico assíduo do legado de dos Santos, Lourenço se comprometeu a lutar contra a corrupção, o nepotismo e a impunidade que manchavam o governo do seu antecessor (Maussion, 2019). Por exemplo, rapidamente retirou os filhos de dos Santos dos seus altos cargos na função pública, tendo, também, prometido reformas econômicas e mudanças políticas para apaziguar

críticos, tanto nacional como internacionalmente (Fabricius, 2019). A reforma do Código Penal pode ser vista como parte desta transição mais ampla no sentido de uma forma de governo (presumivelmente) democrática, transparente e orientada para os direitos humanos. Após anos de administração de Lourenço, muitos observadores temem que muitas das suas promessas não tenham sido cumpridas, e que as mudanças introduzidas tenham sido simplesmente estratégicas ou cosméticas (Troco, 2021). Segundo a análise de Líria de Castro, atual diretora da AIA:

O Código Penal foi aprovado em 2018, e entrou em vigor em fevereiro de 2021. Nosso atual presidente assumiu o cargo em 2017. Então, havia a necessidade de ter, fora do país, uma visão mais ampla dos direitos humanos em Angola... Porque naquela época tínhamos várias violações dos direitos humanos em Angola[...]. Internacionalmente, Angola tinha uma imagem manchada [...]. Então, os direitos LGBT foram uma boa jogada tática para tentar limpar um pouco a imagem do país. [...] Mas na prática, se não trabalharmos para isso, se não criarmos programas de formação e informação sobre esta questão, o estigma, a discriminação e a violência contra estes grupos continuarão [...]. Precisamos transformar a lei em prática (Castro, 2022).

As palavras de Líria expressam a frustração de muitos ativistas LGBTIQ+, que veem a falta de implementação e observância do quadro jurídico existente como uma séria barreira à sua capacidade de aceder a serviços públicos e reivindicar direitos. Mas as tensões em torno do Código Penal também são representativas da forma como, nos últimos anos, o ativismo LGBTIQ+ se afastou apenas do HIV/AIDS, para também enfrentar questões de discriminação, educação e visibilidade. Esta diversificação de prioridades e estratégias de ação será provavelmente desenvolvida em um futuro próximo. De fato, nos últimos anos, vários coletivos LGBTIQ+ têm emergido, trabalhando em uma gama ampla de áreas de intervenção, desde educação sexual, produção de conteúdo e engajamento com a comunicação social, até o ativismo e a inclusão LGBTIQ+ nas Igrejas. Estes coletivos emergentes incluem: Movimento Eu Sou Trans, Diversidade Masculina, Revista Queer People, Lesbianidade Consciente, Colectivo Des-Colorir, Movimento T, Movimento Indisciplinado, entre outros.

#### **4 O Arquivo de Identidade Angolano e a Luta Pela Memória Queer**

Em 2017, um grupo de feministas queer se uniu para formar um novo coletivo dedicado a esses grupos frequentemente invisibilizados dentro da sigla LGBTQI+, nomeadamente mulheres bissexuais, lésbicas e queer. Ao se propor construir um projeto coletivo que articulava gênero e sexualidade em um contexto pós-colonial, este grupo também sentiu a necessidade de pensar a história, ou pensar historicamente. Esta abordagem requeria uma reflexão profunda sobre questões de mudança ao longo do tempo, incluindo continuidades e descontinuidades entre o passado e o presente. Em outras palavras, trabalhar com a noção de que o passado não é algo simplesmente relegado à história, mas sim uma força que perdura e continua a existir no presente, como uma bagagem que carregamos. Neste sentido, a sua intervenção no panorama do ativismo LGBTQI+ em Luanda foi oportuna e específica. No mesmo ano, este grupo organizou-se como o Arquivo de Identidade Angolano (AIA). Como recorda um dos ativistas fundadores, Pamina Sebastião:

Naquela época, eu me identificava como uma pessoa bissexual, e não sentia que havia espaço, que havia agendas concretas para pessoas bissexuais, e também sentia que não havia muito espaço para pessoas LIQ [Lésbicas, Intersexo, e Queer]. Até com o T [Transgênero], mais ou menos... Então, foi assim que surgiu o arquivo, mais ou menos... Começamos a voltar ao registro histórico com uma ideia extremamente política, no sentido de perguntar: qual é a nossa política posicional em relação às lutas LGBTQI+ em Angola? Isso foi algo que senti falta durante todo o meu envolvimento no ativismo LGBTQI+ aqui. Eu não tinha esses espaços para questionamentos (Sebastião, 2020).

Nestes tempos, as ativistas envolvidas com a AIA estavam conscientes de que o seu engajamento com o passado moldava a sua ação presente e a sua imaginação do futuro. As primeiras iniciativas do coletivo concentraram-se tanto na exploração dos arquivos queer africanos já existentes, como na produção dos seus próprios modos de auto-documentação. A primeira parte teve a ver com a curadoria de uma biblioteca de libertação queer e crítica feminista, que incluía livros de referência de Angela Davis e Djamila Ribeiro, mas também materiais que as próprios ativistas e voluntários da AIA traduziram para o português pela primeira vez, como o *Manifesto*

*Queer Africano* e o *Queer African Reader*. A segunda parte do seu projeto ativista seria dedicada à concepção de métodos de auto-arquivo tanto a nível individual como coletivo. Isso resultou em uma série de clipes de depoimentos chamados *Hora de Dar a Cara*, em que membros da comunidade LGBTIQ+ compartilham trechos de suas histórias de vida, e que estão disponíveis no YouTube. O trabalho de tradução e produção documental evidencia o compromisso da AIA em criar conteúdos específicos sobre gênero e sexualidade para o público angolano. Tais iniciativas têm, certamente, o propósito de educar o público e mudar as mentalidades na direção a uma sociedade mais inclusiva. Mas também expressam uma posição mais política, de que o trabalho da memória queer pode nos oferecer possibilidades radicais para fazermos avançar reivindicações de pertença e reconhecimento na Angola contemporânea. Como explica Sebastião:

A arquivo começou com esse registo de tentar explicar três tempos. A parte dos livros, das traduções, tinha a ver com o desconstruir o mito de que a homossexualidade não é africana. Ou seja, tinha a ver com o resgate histórico do passado para mudar a narrativa do presente, a narrativa LGBTfóbica. [...] Ao mesmo tempo, o arquivo trazia a ideia de preservação do presente. Quais são as questões e as problemáticas das pessoas LGBTIQ de hoje? Esse conteúdo era feito em diferentes formatos, mas era sempre um conteúdo em que se navegava no passado e no presente. Eu não sei se nós estávamos a navegar muito no futuro, ou na possibilidade do futuro, mas talvez a existência do arquivo fosse exatamente isso, navegar no futuro. O resgate era o passado e o presente. E o arquivo é o futuro... [...] Mas é mais do que isso: é conseguir dizer que nós existimos (Sebastião, 2020).

Desde a sua criação em 2017, a AIA alargou enormemente o âmbito do seu ativismo. Embora a produção de conteúdos continue a ser uma preocupação central e muito se pretenda fazer no futuro, a organização também tem estado envolvida de forma mais consistente na diversificação dos tipos de serviços e nos espaços disponíveis para a comunidade LGBTIQ+. Desde 2018, a AIA tem um abrigo que acolhe pessoas queer em que não possuem abrigo, o que muitas vezes resulta da violência sofrida no meio familiar. O abrigo, conhecido pela comunidade como *No Cubico*, é também um espaço seguro, utilizado por indivíduos e organizações para a

realização de seminários ou *workshops*, exibição de filmes, ou simplesmente para a socialização e a construção de comunidade. No *Cubico*, a AIA também oferece aconselhamento psicológico e reforço escolar para quem enfrenta dificuldades de aprendizagem. Além disso, a organização também tem trabalhado em advocacia e investigação, contribuindo para a criação de panfletos e materiais educativos sobre várias questões, como os direitos LGBTIQ+ e o Código Penal. Neste momento, a advocacia e a criação de conteúdos continuam a ser duas das áreas prioritárias para o ativismo da AIA. Quando questionada sobre quais são os planos para o futuro, Lória de Castro respondeu o seguinte:

Continuaremos a fazer advocacia, a trabalhar com as instituições do Estado, a fazer *lobby* dentro do Estado como forma de mudar a opinião dos velhos que estão lá no poder. Em termos de conteúdo, continuaremos produzindo conteúdos de materiais relativos à nossa vida, ao nosso cotidiano. [...] Reconhecemos que, como africanos, precisamos criar a nossa própria base. Como mulheres africanas, precisamos criar a nossa própria história, a nossa própria dinâmica. Não somos homogêneos, somos heterogêneos. E, mesmo assim, somos muito mais fortes do que aquilo que o mundo nos oferece, este mundo ocidental e globalizado. E esse reconhecimento, essa reflexão, acaba nos ajudando a pensar que tipo de AIA queremos no futuro. Onde estávamos, onde estamos, para onde queremos ir (Castro, 2022).

Esperamos que este artigo possa contribuir para esse trabalho, inspirando outras iniciativas de pesquisa que aumentem a visibilidade e ajudem a construir uma memória queer mais robusta para Luanda. Neste caso, a mudança para a história e para o arquivo não é apenas um exercício que visa encontrar “provas” de um passado LGBTIQ+ que funcione para legitimar reivindicações no presente, mas sim um gesto autorreflexivo de nos localizarmos em um projeto de libertação mais amplo, um projeto que não necessariamente nos confere autoridade com base no passado, mas que pode apontar para um futuro queer utópico.

## **Considerações finais**

Em agosto de 2023, tive a oportunidade de ministrar um curso em metodologia de pesquisa social direcionado a ativistas LGBTIQ+ em Luanda. Apoiado pela Other Foundation e organizado pela AIA, o curso incluía noções de epistemologia, métodos qualitativos e quantitativos, bem como método de pesquisa de arquivo. Na última seção, pedi aos participantes que listassem aquilo que mais lhes havia marcado, ou ficado na memória. Para a minha surpresa, muitos expressaram que refletir sobre arquivos queer africanos havia sido aquilo que mais lhes fascinara. Alguns viam o seu valor em possibilitar conexões com o passado, em nos dar informações sobre períodos ou figuras históricas já caídos no esquecimento. Mas outros também viram o seu potencial político em demonstrar que a história LGBTIQ+ não é só do ocidente, não é apenas sobre Stonewall, mas algo que também existiu, que sempre teve raízes na África. Judite, uma ativista da AIA, refletiu que “quando nós passamos a guardar, a registrar os nossos momentos, (...) também começamos a querer registrar a vida de outras pessoas”. As palavras de Judite e de outros ativistas demonstram o potencial do arquivo queer para o ativismo LGBTIQ+ em Angola, como uma estratégia de construção de comunidade – de registrar uma história pessoal, mas também a de outras pessoas que fazem parte de uma dada coletividade –, bem como uma forma de afirmação política que lhes permite clamar um lugar na história do seu país, do continente e do mundo. Neste momento em que Angola celebra os seus 48 anos de independência, torna-se importante pensar em uma história nacional inclusiva, que nos permita reconhecer aqueles corpos, subjetividades e desejos, até então invisibilizados em discursos públicos e políticos. Pensado em diálogo e com a contribuição de ativistas LGBTIQ+, este artigo pretendeu oferecer uma releitura queer da história de Angola de forma a acomodar os seus anseios, vivências e aspirações para o futuro.

## **Bibliografia**

A PROVÍNCIA DE ANGOLA. April Ashley. *A Província de Angola*, 7 mar. 1970.

A PROVÍNCIA DE ANGOLA. Charito: um brasileiro ganhou o concurso de ‘travesti’ na Tamar. *A Província de Angola*, 17 fev. 1972.

AFONSO, Aline; CAETANO, Catarina. *Angola Gender Country Profile*. Luanda: PAANEIL, 2014.

AMARAL, Ilídio. Luanda e o seus musseques: problemas de geografia urbana. *Finisterra*, CEG, Lisboa, v. 8, n. 36, p. 293-325, 1983.

ARAÚJO, Caio. Sujeitos sem História? Cidadania Sexual, Temporalidade, e os Desafios da Pós-colonialidade em Moçambique. In CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; ALI, Rosimina; CHICHAVA, Sérgio; FORQUILHA, Salvador; MUIANGA, Carlos. *Desafios para Moçambique 2022*. Maputo: IESE, pp. 403-425, 2022.

ARAÚJO, Kelly. *Um só povo, uma só nação. O discurso do Estado para a construção do Homem Novo em Angola (1975-1979)*. 2005, 105 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ARQUIVO DE IDENTIDADE ANGOLANO, *Carregue os seus direitos consigo: guia prático de direitos à luz da legislação angolana*. Luanda: Arquivo de Identidade Angolano, 2019.

ASSIS, Joaquim. Práticas sociais e políticas das ONGs em Angola. Metodologias e relações de poder: O caso da ADRA e da Visão Mundial. *Mulemba*. FCS-UAN, Luanda, v. 5, n. 10, p. 261-288, nov. 2015.

CARNEIRO, Jaime. Pobre Bairro Operário: onde ainda mora a tradição, mas reinam o vício e a decadência. *A Tribuna dos Musseques*, 23 jan. 1969.

CASCAIS, António Fernando. A Homossexualidade nas malhas da lei no Portugal dos séculos XIX e XX, *International Journal of Iberian Studies*, vol. 29, n. 2, p. 95-112, jun. 2016.

CASTRO, Líria. *Entrevista*. [Jun. 2022]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Luanda, 2022.

CATROGA, Fernando. *Salazar e a ditadura como regime*. Cercles: revista d'història cultural. UB, Barcelona, n. 14, p. 110-140, 2011.

CRUZ, Bernardo Pinto. *(Des)controlo em Luanda: urbanismo, polícia e lazer nos musseques do império*. Lisboa: Outro Modo Cooperativa Cultural, 2020.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Novela angolana suspensa após cena de beijo gay*. Diário de Notícias. Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://www.dn.pt/tv-e-media/televisao/novela-angolana-suspensa-apos-cena-de-beijo-gay-4381500.html>>. Acesso em: set. 2023.

DUCADOS, Henda. *An all men's show? Angolan women's survival in the 30-year war*. Agenda. UNISA, Pretoria, n. 16, p. 11-22, 2000.

FABRICIUS, Peter. Angola under Lourenço: more than just a promising future. *Portal Africa*. 2019, Johannesburg. Disponível em: <<https://africaportal.org/feature/angola-under-lourenco-more-just-promising-start/>>. Acesso em: set. 2023.

FERNANDES, Carlos. *Entrevista*. [Set. 2022]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Joanesburgo, 2022.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. *Portuguese colonialism in Africa: the end of an era*. UNESCO: Paris, 1974.

FÊNIX. *Entrevista*. [Ago. 2023]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Luanda, 2023.

FOUCAULT, Michel. *The will to knowledge: the history of sexuality*, vol 1. Londres: Penguin, 1981.

GOMBÁR, Zsófia. Uma comparação: romances traduzidos de temática homossexual no Estado Novo português e no Estado socialista húngaro. *Via Atlântica*. USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 187-205, 2018.

GOVERNO GERAL DE ANGOLA. *Vamos aprender a ler: iniciação da leitura*, 2º caderno. Luanda: Governo Geral de Angola, 1962.

GUEDES, Armando Marques. *Sociedade Civil e Estado em Angola: o Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ao outro?* Coimbra: Almedina, 2005.

GUNZA, Roquiiana. *Entrevista*. [Jun. 2022]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Luanda, 2022.

HEYWOOD, Linda. *Njinga of Angola: Africa's warrior queen*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017.

HODGES, Tony. *Angola: From Afro-Stalinism to Petro-Diamond Capitalism*. Oxford: James Curry, 2001.

KANGA, David. *Entrevista*. [Jun. 2022]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Luanda, 2022.

LEÃO, Indira. Transgressões sexuais femininas segundo os processos inquisitoriais de sodomia (1591-1639). *Biblos*. UC, Coimbra, n. 7, p. 203-224, 2021.

LIBERATO, Ermelinda. 40 Anos de Independência: Uma Reflexão em Torno da Condição da Mulher Angolana. *Revista de Estudos Feministas*. UFSC, Florianópolis, n. 24, p. 997-1006, set-dez. 2016.

LIVERMON, Xavier. Queer(y)ing Freedom: Black Queer Visibility in Postapartheid South Africa. *GLQ*. Duke University Press, Durham, n. 18, n. 2-3, p. 297-323, 2012.

LUGARINHO, Mário. A apoteose da Rainha Ginga: gênero e nação em Angola. *Revista Cerrados*. UNB, s.l., v. 25, n. 41, p. 88-96, 2016.

LUGONES, Maria. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*. UC, Cambridge, vol. 25, n. 4, p. 742-759, outono de 2010.

MACQUEEN, Norrie. *The Decolonization of Portuguese Africa*. Londres e Nova Iorque: Longman, 1997.

MALPIQUE, Cruz. *Higiene intelectual e moral do estudante*. Luanda: Edição da Caixa Escolar do Liceu Nacional Salvador Correia, 1939.

MAUSSION, Estelle. Life after power: the bitter exile of Angola's ex-president Dos Santos. *The Africa Report*. 2019, Paris. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/16712/life-after-poder-o-amargo-exílio-de-angolas-ex-presidente-dos-santos/>>. Acesso em: set. 2023.

MENDES, Hélder. *Entrevista*. [Jun. 2022]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Luanda, 2022.

MONIZ, Egas. *A Vida Sexual: Pathologia*, vol. 2. Coimbra: França Amado Editor, 1902.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. *A Família nos Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*. FASTA: Luanda, 1973.

MOORMAN, Marissa. *Intonations: a social history of music and nation in Luanda, from 1945 to recent times*. Athens, OH: Ohio University Press, 2008.

MOTT, Luiz. *Francisco Manicongo*. Oxford African American Studies Centre, Oxford 2017. Disponível em: < [https://projects.kora.matrix.msu.edu/files/16-23-92884/Francisco\\_Manicongo\\_DCALAB.pdf](https://projects.kora.matrix.msu.edu/files/16-23-92884/Francisco_Manicongo_DCALAB.pdf)>. Acesso em: jun. 2023.

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico lusófono negro. *Afro-Ásia*, UFBA, Salvador, n. 33, p. 9-33, 2005.

MOUZINHO, Âurea; CUTAIA, Sizaltina. Reflection on Feminist Organising in Angola. *Feminist Africa*, UCT, Cape Town, n. 22, p. 33-51, 2017.

MURRAY, Stephen; ROSCOE, Will. *Boy-Wives and female husbands: studies of African homosexualities*. New York: Palgrave MacMillan, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Aires. O Facto Colonial na Política Externa da Primeira República. In: MENESES, Filipe Ribeiro; OLIVEIRA, Pedro Aires. *A Primeira República Portuguesa: diplomacia, guerra e império*. Lisboa: Tinta da China, pp. 299-332.

OSÓRIO, Luiz Guilherme. *A História do Primeiro Grupo LGBTQ+ reconhecido pelo governo de Angola*. Revista Híbrida, s.l. Disponível em: < <https://revistahibrida.com.br/mundo/a-historia-do-primeiro-grupo-lgbt-reconhecido-pelo-governo-da-angola/>>. Acesso em: set. 2023.

OYEWUMI, Oyeronke. *The invention of women: making an African sense of western discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PEARCE, Justin. *Political Identity and Conflict in Central Angola, 1975-2002*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

PIRES, Andrade. Uma luta necessária em defesa da juventude. *A Província de Angola*, 6 fev. 1970.

PRETO, Augusto. *Entrevista*. [Oct. 2021]. Entrevistadora: Líria de Castro. Luanda, 2021.

RAO, Rahul. *Out of Time: the queer politics of postcoloniality*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

ROCHA, João Manuel. Os jornais diários de Luanda em vésperas da guerra colonial. *Ler História*. IUL, Lisboa, n. 74, p. 213-238, 2019.

ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*. UL, Lisboa, v. 35, n. 157, 1031-1054, 2001.

SANTOS, Hermínio. *Cuidado com as doenças venéreas: luta antivenérea*. B.A.: Luanda, 1965.

SEBASTIÃO, Pamina. *Entrevista*. [Nov. 2020]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Via Zoom, 2020.

SILVA, Imanni. *Entrevista*. [Set. 2022]. Entrevistador: Caio Simões de Araújo. Via Zoom, 2022.

TAMALE, Sylvia. *Decolonization and Afro-feminism*. Ottawa: Daraja Press, 2020.

TOLEDO, Eliza Teixeira; VIMIEIRO, Ana Carolina. A Vida sexual, de Egas Moniz: eugenia, psicanálise e a patologização do corpo sexuado feminino. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. UFPR, Curitiba, n. 28, p. 69-86, 2018.

TROCO, Albano Agostinho. Angola's president has little to show for his promise of a break with the authoritarian past. *The Conversation Africa*. Johannesburg, 2021. Disponível em: <<https://theconversation.com/angolas-president-has-little-to-show-for-his-promise-of-a-break-with-the-authoritarian-past-167933>>. Acesso em: set. 2023.

**Recebido em:** outubro de 2023

**Aceito em:** janeiro de 2024

#### COMO REFERENCIAR

ARAUJO, Caio Simoes de. “No Tempo de Agostinho Neto, Não Existiam Gays”: Arquivos Queer e a Luta por uma História LGBTIQ+ em Angola. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 83-108, 2024.

---

## Da Íris ao Hongolo: o movimento LGBTQIA+ angolano no século XXI

### From Íris to Hongolo: The Angolan LGBTQIA+ movement in the 21<sup>st</sup> century

#### Resumo

O presente trabalho procura mapear (através de entrevistas com ativistas do Arquivo de Identidade Angolano e da Associação Íris – duas das principais organizações LGBTQIA+ de Angola) três momentos chaves da história do movimento LGBTQIA+ do país. O primeiro se dá quando da criação da primeira organização LGBTQIA+ angolana a partir da luta contra o HIV (2015). O segundo momento é o instante em que o novo código penal foi discutido e aprovado (2019). O terceiro momento trata do futuro do movimento LGBTQIA+ em Angola e sua relação com o colonialismo. Conversamos com três ativistas angolanos com o intuito de descrevermos cada uma dessas fases históricas procurando usar suas trajetórias de vida como ferramentas analíticas de compreensão da história do movimento LGBTQIA+ em Angola. Por fim, testamos a tese de que Angola não tem uma “sociedade civil” constituída.

**Palavras-chaves:** Movimento LGBTQIA+. Ativismo político. Angola. Sociedade civil.

#### ***Tiago Ferreira***

Faculty of Liberal Arts,  
Thammasat University  
tiago.br@tu.ac.th

#### Abstract

The present work seeks to map (through interviews with activists from the Angolan Identity Archive and Associação Íris – two of the main LGBTQIA+ organizations in Angola) three key moments in the history of the LGBTQIA+ movement in the country. The first moment takes place when the first Angolan LGBTQIA+ organization was created from the fight against HIV. The second moment is when the new penal code was discussed and approved. The third moment deals with the future of the LGBTQIA+ movement in Angola and its relationship with colonialism. We spoke with three Angolan activists in order to describe each of these historical phases, seeking to use their life trajectories as analytical tools for understanding the history of the LGBTQIA+ movement in Angola. Finally, we test the thesis that Angola does not have a stablished “civil society”.

**Keywords:** LGBTQIA+ Movement. Social Activism. Angola. Civil Society.

## Introdução

Muito se fala das transformações econômicas, sociais e políticas de Angola após o fim da guerra civil em 2002, mas estudos sobre as comunidades LGBTQIA+ angolanas ainda são escassos e o presente artigo pretende contribuir para preencher essa lacuna. Afinal de contas, como tem se desenvolvido a luta por direitos da população LGBTQIA+ em Angola nos últimos 20 anos? Em tempos de paz, era de se esperar que a sociedade angolana se abrisse para questões relacionadas aos direitos humanos e à democracia, o que inclui pautas relacionadas à comunidade LGBTQIA+.

O ativismo LGBTQIA+ apresenta-se como um excelente campo de estudo sobre o debate em torno do conceito de “sociedade civil” em Angola, uma vez que o grande sucesso das demandas da comunidade LGBTQIA+ podem iluminar as intrincadas relações entre o Estado e a população angolana. Dentre os avanços, destaco a popularização de personagens LGBTQIA+ em programas de TV (mesmo que nem sempre representados de maneira positiva)<sup>1</sup>; o grande aumento da visibilidade de gays, trans e lésbicas na sociedade, com o aparecimento de celebridades que assumem essas identidades<sup>2</sup>; o reconhecimento por parte do Estado da primeira associação LGBTQIA+ do país<sup>3</sup> e o surgimento de várias outras ao redor do território angolano; e, mais recentemente, a substituição de uma lei que poderia ser interpretada como criminalização da homossexualidade e da transexualidade por uma outra que criminaliza a homofobia, considerada o ponto alto das conquistas até hoje<sup>4</sup>.

Seguimos aqui com as indagações de Nuno Vidal e Patrick Chabal (CHABAL, VIDAL, 2009) que sugerem que conceitos como “ONGs”, “Estado”, “democracia” e “sociedade civil” são aplicados indiscriminadamente por estudiosos quando eles se debruçam sobre questões angolanas, sem preocupação com o contexto. Segundo esses

---

<sup>1</sup>Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/canal-de-tv-de-angola-suspende-novela-apos-cena-de-beijo-gay-15240538> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>2</sup>Ver: <https://g1.globo.com/musica/rock-in-rio/2017/noticia/quem-e-titica-a-cantora-trans-sucesso-entre-criancas-na-angola-que-estara-no-rock-in-rio.ghtml> (Acessado em 15 de julho de 2023)

<sup>3</sup>Ver: <https://www.dn.pt/mundo/angola-legaliza-associacao-lgbt-9514322.html> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>4</sup>Ver: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/angola-descriminaliza-oficialmente-a-homossexualidade> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

autores, geralmente entendemos democracia como um sistema sancionado por uma Constituição, em que partidos políticos podem competir em igualdade de condições em eleições livres e imparciais; em que a mudança de governo é resultado direto das eleições; e as transições de governos eleitos ocorrem de modo pacífico e ordeiro. Já o conceito de sociedade civil é costumeiramente utilizado para se referir a organizações sociais que não têm como objetivo competir por cargos públicos, mas sim servir ao bem comum através de projetos beneficentes, de desenvolvimento ou advocacia (CHABAL, VIDAL, 2009).

Angola passou por duas transições importantes nos últimos anos, a transição para o multipartidarismo em 1991-92 (Acordos de Bicesse) e o fim da Guerra Civil em 2002. Esses eventos são os momentos-chave para se compreender a relação entre democratização, sociedade civil e Estado em Angola. Relatórios de organizações internacionais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial, e mesmo boa parte da academia, afirmam que há relação de causa e efeito entre democratização e crescimento econômico. Tal premissa sustenta que os países periféricos só poderão chegar ao patamar dos países ditos desenvolvidos se, primeiramente, democratizarem-se e, em segundo lugar, permitirem a participação da sociedade civil nos processos de decisão política em nível local e nacional. Chabal e Vidal criticam essa perspectiva porque ela estabeleceria uma confusão entre causa e efeito. Os autores notam, por exemplo, que na Europa o crescimento econômico precedeu a democratização. As democracias ocidentais não são fruto do desenvolvimento econômico, mas seu resultado. Na Ásia, casos mais recentes de crescimento econômico, como Taiwan e Coreia do Sul, se deram sob regimes ditatoriais, sendo a democratização um processo posterior (CHABAL, VIDAL, p. 7).

No caso africano, a democratização e a participação política de diversas organizações sociais não teriam sido genuinamente resultado de mobilização social, mas sim de uma conjuntura histórica e política que exigiu dos governos africanos tais mudanças. Ademais, o impacto do ativismo social não parece ser tão direto ou profundo como essas leituras sugerem. Indo na contramão de muitos pesquisadores, Chabal afirma que uma “sociedade civil” nos termos em que o conceito é geralmente utilizado, **sequer existe** em Angola. Muitas dessas organizações sociais não passariam de braços ou ramificações de partidos políticos. Outras, apesar de nenhum

vínculo partidário explícito, são cooptadas pelas elites dominantes e usadas para fins políticos. Algumas delas, principalmente as que recebem verba do exterior, existem apenas para drenar os recursos de fundos estrangeiros. As poucas organizações sociais que não se encontravam nas situações acima foram extintas nos anos 90 e 2000 ou sobreviveram funcionando com extrema dificuldade e, em muitos casos, sem o apoio estrangeiro, uma vez que grande parte delas não se enquadrava no critério ocidental de organização burocrática e prestação de contas.

Não haveria, portanto, porque falar em “sociedade civil” (em moldes ocidentais) em Angola, pois sociedade e Estado seriam indissociáveis. Essa “sociedade civil” que tem participado mais ativamente da política não é evidência de “democracia”, uma vez que o que existiria em Angola pós-colonial não seria a democracia de estilo ocidental, mas no máximo uma prestação de contas democratizada a partir da “abertura política” de 1991-92 e do alcance da paz em 2002.

No presente trabalho pretendemos investigar essa relação entre Estado, ONGs e a sociedade civil através da vida de ativistas pelos direitos LGBTQIA+. Entrevistamos **Roqueana Gunza**, consultora jurídica para a população LGBTQIA+ e líder no Arquivo de Identidade Angolano (AIA); **Dário Octávio**, ex-membro da Associação Íris e que agora se prepara para criar uma nova associação; e **Carlos Fernandes**, atual presidente da Associação Íris<sup>5</sup>. A nossa análise se utiliza da **trajetória** desses ativistas enquanto pessoas LGBTQIA+ e complementa lacunas através de notícias publicadas pela mídia angolana sobre as mudanças sociais que vem ocorrendo no país, ao longo dos últimos anos. Antes de entrarmos nas entrevistas em si, vamos reconstituir brevemente a história do movimento LGBTQIA+ em Luanda a partir da luta contra o vírus do HIV durante o processo de pacificação de Angola, depois do fim da guerra civil.

## 1 Breve histórico das lutas pela cidadania LGBTQIA+ em Luanda: do HIV à Associação Íris.

---

<sup>5</sup> Quando esse artigo já estava finalizado e prestes a ser publicado, Carlos Fernandes veio a falecer. A comunidade LGBTQIA+ lusófona não se esquecerá dele. Dedico esse texto à sua memória.

Em 2002, a longa guerra civil<sup>6</sup> angolana chegou ao fim. O país passa, a partir daí, por um grande processo de reconstrução nacional liderado pelo partido Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Bittencourt, 2015). Esse processo não foi democrático, uma vez que a vitória do MPLA consolidou a sua hegemonia sobre o país africano, relegando à oposição um papel subalterno e marginal. Tal pacto autoritário de reconstrução nacional atuou em várias frentes, inclusive na área que nos interessa aqui: a luta contra o HIV em Angola (Ferreira, 2018, p. 159).

Diferente de outros países da África Subsaariana, Angola apresenta níveis de contaminação pelo HIV considerados baixos. A tese mais aceita para explicar essa circunstância é o fato da guerra civil angolana (1975-2002) ter se prolongado por mais tempo do que os conflitos nos países vizinhos<sup>7</sup> (Kendal et al., 2014). Em Moçambique, por exemplo, a guerra civil terminou em 1992, dez anos antes de Angola. A paz leva ao aumento dos deslocamentos das populações dentro e fora dos países, bem como facilita interações sexuais entre diferentes grupos populacionais. O prolongamento da guerra angolana dificultou o alastramento do vírus nos anos 90, justamente a década de explosão da pandemia do HIV.

A partir de 2002, entretanto, com o fim da guerra civil, ativistas e organizações de luta contra o HIV de Angola e do exterior passam a salientar o possível crescimento exponencial no número de casos de HIV no país, seguindo um padrão verificado, por exemplo, em Moçambique. É nesse período pós-guerra que é formada a conjuntura necessária para que o combate ao vírus do HIV fosse colocado no centro dos planos de reconstrução nacional. E é essa mesma conjuntura que torna possível o surgimento das primeiras organizações LGBTQIA+ do país (Ferreira, p. 160).

Além da expectativa de expansão da pandemia em tempos de paz, há outras razões que explicam a centralidade que o combate ao HIV ganhou no período. Até 2002 havia a justificativa de que qualquer demanda social estava comprometida

---

<sup>6</sup>A guerra civil após o MPLA (marxista e apoiado por Cuba e União Soviética) à UNITA (apoiada pela África do Sul e pelos Estados Unidos), naquele que foi o maior conflito africano da Guerra Fria. Após a queda da União Soviética, o MPLA se reorganizou como partido de centro-esquerda, e se aproximou dos EUA, recebendo reconhecimento internacional e vencendo, posteriormente, a guerra. A UNITA reconheceu a derrota depois da morte de seu líder, Jonas Savimbi, em 2002.

<sup>7</sup>A maioria dos países africanos passou, ao longo da segunda metade do século XX, por várias guerras anticoloniais (que buscavam a libertação do jugo europeu) e civis (luta fratricida entre grupos rivais pelo controle do país após a independência).

devido ao direcionamento dos recursos do Estado para o campo de batalha. A paz deixou, em tese, os cofres públicos disponíveis para programas sociais. Por outro lado, organismos internacionais como a ONU e diversas ONGs estavam interessados em investir em Angola, motivadas pela promulgação da paz e preocupadas com o possível aumento súbito da taxa de infecção pelo HIV em Angola. Dessa forma nós temos, de um lado, um governo vitorioso numa guerra civil de décadas, que almeja utilizar o combate ao HIV como propaganda política de sua gestão; e de outro, organismos internacionais dispostos a despejar dinheiro em projetos de combate ao HIV. Por fim, há as ONGs lideradas por soropositivos, que desejavam implementar esses projetos (Ferreira, p. 160).

Durante os anos 80 e 90, o combate ao HIV em Angola se deu sobretudo através de campanhas de prevenção que enfatizavam o medo da morte. Não havia tratamento em Angola, o que fazia com que soropositivos fossem buscar ajuda no exterior, sobretudo na África do Sul. Tudo isso mudou a partir do final dos anos 90, quando a ONUSIDA<sup>8</sup> abriu um escritório em Luanda e com o surgimento de diversas ONGs lideradas por soropositivos (Ferreira, p. 117-146).

No mesmo ano que marca o fim da guerra civil foi criado o Comité Nacional de Luta contra o HIV/Sida e Grandes Endemias, dirigido pessoalmente pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Em outubro do mesmo ano, o programa de TV ‘Nação Coragem’ iniciou a série de reportagens ‘Sida, o retrato de uma epidemia’. Vários ativistas soropositivos foram entrevistados nesse período, o que deu ampla visibilidade aos infectados pela primeira vez em Angola. Em 2004 foi criada a Fundação do Hospital Esperança, o primeiro hospital especializado em HIV no país. Também foi assinada pelo Presidente da República a Lei 08/04, a lei do VIH, que estabelecia vários direitos para os soropositivos, incluindo o tratamento gratuito com antirretrovirais. E em 2005 foi criado o Instituto Nacional de Luta contra a Sida (Ferreira, p. 160).

Apesar desses avanços, um grupo social esteve, por um longo tempo, de fora do protagonismo na luta contra a aids em Angola: a população LGBTQIA+. Em países como o Brasil, gays, lésbicas, trans e travestis sempre estiveram na linha de frente

---

<sup>8</sup>Conhecida como UNAIDS no Brasil.

dessa batalha, mas na África Subsaariana a situação é radicalmente diferente. Enquanto no Brasil o HIV foi associado logo nos primórdios da pandemia aos homossexuais masculinos (o que forçou a comunidade gay a reivindicar protagonismo na luta contra a aids), em Angola e demais países das regiões sul e central da África, o HIV é uma doença predominantemente heterossexual e feminina (Magadi, 2010).

Se, à primeira vista, a ausência da associação automática entre HIV e homossexualidade pode parecer um bom sinal – uma vez que não se estabelece aqui uma conexão discriminatória entre dissidência sexual e doença – por outro, não são criadas condições necessárias para que indivíduos LGBTQIA+ se unam em torno de seus direitos enquanto soropositivos. É por isso que apenas em 2015<sup>9</sup> Angola ganhou a sua primeira associação LGBTQIA+, a **Associação Íris**, que não iniciou as suas atividades a partir da luta contra o HIV. As origens da organização remontam a um grupo de amigos que organizava festas para a comunidade LGBTQIA+ em Luanda. Quem conta essa história é Carlos Anderson Henriques Fernandes, gay, 39 anos, atual presidente da Íris e que está no cargo quase desde a sua fundação<sup>10</sup>.

Carlos Fernandes nasceu em 1983 em Luanda e conta que “sempre foi uma criança gay, louco pela Madonna e pelo Michael Jackson” e apaixonado pela cor rosa. Com apenas cinco anos de idade já se percebia “diferente” das demais crianças, mas nem ele nem seus parentes mais próximos enxergavam nisso um problema. Entretanto, Carlos já ouvia nessa época palavras ofensivas que são usadas em Angola para se referir a homossexuais masculinos. “Panina”, “Naina” e “Paneleiro” são alguns exemplos. Nessa época, o ativista afirma não ter conhecido nenhuma outra pessoa LGBTQIA+, classificando sua vivência gay como algo “muito sozinho”. Carlos chegou a ter uma experiência amorosa na adolescência, quando tinha 14 anos, mas desconsidera essa relação quando fala de sua vida com a comunidade LGBTQIA+, pois não foi uma relação publicamente assumida. Ele avalia que seus primeiros contatos com outros gays (ou melhor, com a comunidade gay) se deram apenas quando ele tinha 18 anos e vivia em Valência, na Espanha. Nessa época, a sua vida tinha

---

<sup>9</sup>Pensando no contexto africano, essa data é bastante tardia. Moçambique, por exemplo, teve sua primeira organização LGBTQIA+ (chamada Lambda) fundada em 2006. Ver MIGUEL, 2021.

<sup>10</sup>FERNANDES, Carlos Anderson Henrique. Entrevista concedida a Tiago Ferreira em 8 e 9 de fevereiro de 2023.

passado por uma grande mudança, uma vez que ele se mudou para Portugal em 1996 para viver com a família portuguesa de sua mãe.

Na Europa, Carlos encontrou um mundo muito diferente. Em Angola não havia espaços específicos de lazer e convivência destinados ao público gay. Na Espanha, ele visitou discotecas voltadas à clientela homossexual masculina pela primeira vez e conheceu a pessoa com quem ele teria seu primeiro romance assumido. O relacionamento se tornou sério o suficiente para que ele voltasse à Portugal para apresentar seu companheiro à sua mãe. Na mesma viagem foi com seu parceiro para uma discoteca gay portuguesa, onde teria sua primeira interação com a comunidade gay lusófona.

Quando seu relacionamento chegou ao fim, decidiu voltar da Europa para Angola por se sentir mais à vontade com a sua família paterna. Carlos foi trabalhar em uma empresa de construção civil fundada por seu cunhado e que pertencia aos familiares de seu pai. Aos 23 anos, ele havia ascendido ao cargo de diretor desta empresa, mas o envolvimento com drogas (adição adquirida na Espanha) acabou por destruir as suas vidas profissional e pessoal, levando-o à depressão. Essa situação perduraria até por volta dos 28 anos, quando conseguiu libertar-se das drogas.

Durante o processo de desintoxicação, Carlos buscou refazer a vida com o apoio da comunidade LGBTQIA+. Apesar de não haver em Angola nenhum espaço específico para a comunidade, existia o grupo “As Divas”, uma espécie de equipe de promotores de festas GLS na cidade de Luanda<sup>11</sup>. Essas festas aconteciam sempre em locais diferentes e eram divulgadas com bastante antecedência para que o público pudesse se organizar para ir até o local do encontro. Antes de uma dessas festas acontecer, por volta de 2013, a organização Population Services International (PSI)<sup>12</sup> aproximou-se dos organizadores para pedir permissão para a distribuição de

---

<sup>11</sup>É importante fazer distinção do uso do termo GLS no Brasil e em Angola. Durante os anos 1990, foi comum no Brasil o uso da sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), sigla depois contestada pelo movimento que enxergava no S (simpatizantes) uma forma de ocultação da identidade homo ou bissexual (ALMEIDA, 2010). Adriana Nunan (2003) demonstra que essa sigla servia, na verdade, a um “nicho de mercado”. GLS seria, portanto, uma sigla associada ao mercado que oferece produtos e serviços para a comunidade homossexual, enquanto LGBTQIA+, uma sigla associada aos sujeitos políticos. Em Angola, entretanto, GLS passou a designar única e exclusivamente as festas para o público LGBTQIA+.

<sup>12</sup>Organização não governamental com sede nos Estados Unidos, que atua na área de prevenção a várias doenças, inclusive no combate ao HIV.

camisinhas durante o evento, o que foi prontamente aceito. Os agentes do PSI também sugeriram um encontro entre a ONUSIDA Angola, a Lambda e “As Divas” para a discussão de medidas coordenadas de prevenção ao HIV entre a população LGBTQIA+ angolana.

Esse encontro foi o marco divisor da luta pela cidadania LGBTQIA+ em Angola, pois com base nas discussões entre as partes, foi decidido pela criação (a partir da rede de festas “As Divas”) da primeira organização de promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e trans no país. A Lambda serviria de modelo para a nova instituição, uma vez que era, até então, a única organização LGBTQIA+ da comunidade lusófona africana. O PSI, por sua vez, ajudaria com material e treinamento. Carlos, então, decidiu estabelecer um acordo com o PSI. Ele prestaria serviços para essa organização como assistente no projeto de HIV com Homens que Fazem Sexo com Homens (HSH)<sup>13</sup>. Em troca, todo material de divulgação voltado para a comunidade deveria constar como parceria entre a nova instituição LGBTQIA+ e o PSI. Por fim, a ONUSIDA ofereceu oito mil dólares para o desenvolvimento da nova entidade, que teria o nome provisório de GRACO<sup>14</sup>.

Alguns meses após essa reunião fundadora, há mudanças na diretoria da ONUSIDA e a nova diretora decidiu, segundo Carlos Fernandes, não honrar os compromissos da gestão anterior, alegando que a nova instituição não seria idônea. Carlos respondeu para a diretora que no futuro ela iria reconhecer o erro dessa avaliação.

Até então, o governo angolano não tinha tomado parte nesse processo. Quando o primeiro projeto de HIV voltado para a população LGBTQIA+ financiado pelas ONGs foi aprovado pelo governo, as autoridades angolanas deixaram claro que a divulgação deveria ser feita, exclusivamente, dentre o público alvo e não deveria atingir o público geral. Isso provavelmente se deu porque o governo não queria ser associado a políticas em prol da comunidade LGBTQIA+.

---

<sup>13</sup>Termo usado, principalmente, pela área de saúde pública em substituição ao termo gay. Essa nomenclatura passou a ser usada para que as campanhas publicitárias pudessem alcançar homens que se relacionam com outros homens, mas que não se consideram gays ou bissexuais. Entre ativistas, esse termo costuma ser alvo de críticas (FACCHINI, CALAZANS, 2022).

<sup>14</sup>Grupo de Ajuda Comunitária. O nome foi posteriormente modificado para Íris, em referência à mitologia grega.

Todavia, dois anos depois as coisas começaram a mudar. A Íris foi reconhecida como parceira pelo Instituto Nacional de Luta Contra a Sida (INLS), órgão governamental que dispunha de ampla autonomia e que não precisava de autorização direta do governo para firmar parcerias. Em seguida, a Íris decidiu dar um passo além e pedir reconhecimento oficial do governo. No final de 2015 eles pediram oficialmente ao governo que reconhecesse a organização como instituição da sociedade civil promotora dos direitos da população LGBTQIA+. Não foram precisos muitos meses de espera. Em março de 2016, o governo legalizou a Associação Íris, a primeira organização angolana a receber reconhecimento oficial do conservador regime angolano.

A Íris continua atuando hoje em dia, promovendo a cidadania para a população LGBTQIA+ através, sobretudo, de serviços de saúde e de educação. Um dos projetos bem-sucedidos se deu quando a Íris foi incluída em uma parceria entre o Ministério da Educação e a UNICEF para criar um manual de educação básica. Carlos conta que conseguiram incluir no manual questões sobre orientação sexual, identidade de gênero e *bullying*. E em 2019 o movimento LGBTQIA+ angolano comemoraria outra vitória: a aprovação do novo código penal. Veremos agora como se deu esse processo.

## 2 A comunidade LGBTQIA+ e a legislação

Quem vai nos contar essa história é Carmelita Roqueana Gunza, lésbica, 27 anos, popularmente conhecida como Roqueana Gunza ou, simplesmente, Rock<sup>15</sup>. Ela é jurista e ativista pelos direitos LGBTQIA+ em Angola. Atuou na Íris e agora faz parte do **Arquivo de Identidade Angolano (AIA)**, grupo predominantemente lésbico e que realiza um trabalho distinto da Íris, mais focado em produção de bibliografia e material visual, com o intuito de construir um arquivo sobre a diversidade sexual angolana<sup>16</sup>. A AIA também possui uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIA+ que estejam em situação de necessidade.

Rock conta que viveu uma infância sem referências à homossexualidade. Apenas na adolescência é que começou a se interessar sobre o assunto ao perceber que sentia

---

<sup>15</sup>GUNZA, Carmelita Roqueana. Entrevista concedida a Tiago Ferreira, em 26 de julho de 2022.

<sup>16</sup>Ver: [https://www.instagram.com/aia\\_angola/](https://www.instagram.com/aia_angola/) (Acessado em: 15 de julho de 2023).

atração por outras mulheres. Ela descobriu sobre a Íris no Facebook ao pesquisar sobre o tema na internet. Rock se envolveu rapidamente com as atividades da Íris e participou de diversos programas de formação e capacitação profissional conduzidos pela ONUSIDA. Foi aí que descobriu sua vocação para a defesa de direitos. Mais tarde ela se formou em Direito e usou suas habilidades em prol da comunidade.

Ao comparar a situação de Angola com o Brasil, Rock afirma que as lutas pelos direitos LGBTQIA+ no seu país se encontram num estágio menos avançado. Ela fala em diferentes “temporalidades”, afirmando que em Angola o movimento se encontraria ainda em um estágio de desconstrução de conceitos, de sensibilização sobre “outras formas de ser e estar” no mundo. Ou seja, enquanto no Brasil as pessoas já teriam uma ideia do que são identidades de diferentes sexualidades, em Angola as pessoas ainda teriam pouca informação sobre o que é ser LGBTQIA+, uma vez que a quantidade de pessoas assumidas seria muito menor e haveria menor visibilidade sobre essas questões do que no Brasil. Dessa forma, o movimento ainda necessitaria focar no esclarecimento do que é ser uma pessoa não heterossexual. Isso explicaria o motivo de temas como legalização do casamento homoafetivo estarem ainda longe das pautas do movimento.

Nesse sentido, a promulgação do **Novo Código Penal** (2019) foi um importante passo em direção à desconstrução de conceitos discriminatórios. A nova legislação substituiu o código penal colonial de 1886, que fora imposto aos angolanos pelos colonizadores portugueses. Roqueana afirma que o antigo código colonial era considerado um grande inimigo da comunidade LGBTQIA+ angolana. Durante muito tempo, o artigo 71 do código colonial foi interpretado da seguinte forma: 1) criminaliza a homossexualidade e transexualidade em Angola ao estipular “medidas de segurança” aplicáveis às “práticas de vícios contra a natureza”; 2) criminaliza o trabalho sexual ao estipular “medidas de segurança” para “prostitutas que sejam causa de escândalo público ou desobedeçam continuamente às prescrições policiais”<sup>17</sup>.

No entanto, complementa Rock, as práticas sexuais mencionadas não necessariamente implicavam em uma pena de prisão. Embora o artigo 71 fosse

---

<sup>17</sup>Ver: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2019/2/19/passos-a-passos-talvez-cheguemos-l>

complementado pelo artigo 70, referente às medidas de segurança aplicáveis às condutas descritas, tais como a) internamento em asilo criminal; b) internação em asilo ou colônia agrícola; c) liberdade condicional; d) juramento de boa conduta; e e) proibição do exercício de profissão; a legislação citada não falava expressamente da homossexualidade ou transexualidade e nenhum dos dois artigos estipulava pena de prisão.

A grande questão é: homo e transexualidades eram ou não crimes em Angola antes do novo código aprovado em 2019? Roqueana explica que havia uma espécie de senso comum que entendia que os “vícios contra a natureza” referiam-se à homossexualidade e à transexualidade<sup>18</sup>. A ativista fundadora da AIA, Paula Sebastião, afirma que:

A interpretação dada ao artigo 71º no sentido de que “criminaliza” a homossexualidade tem a sua origem num longo historial de aplicação de normas como estas em países africanos, que embora não refiram expressamente os termos “orientação sexual” ou mesmo “homossexualidade”, condenam a conduta homossexual recorrendo a uma linguagem semelhante a que encontramos nas nossas previsões legais. A diferença entre esses ordenamentos jurídicos e o nosso reside no facto de naqueles, tais condutas (sic) serem punidas com penas específicas, criminalizando, de facto, a homossexualidade, enquanto que no nosso são aplicadas medidas de segurança.

Assim sendo, o artigo 71º não deixa de constituir uma abertura para a condenação da homossexualidade, condenação essa advinda, em grande parte, de uma discriminação baseada em crenças culturais e religiosas<sup>19</sup>.

Ou seja, embora a legislação angolana não criminalizasse a homossexualidade ou a transexualidade diretamente, ela deixava margem para essa interpretação, relegando às autoridades e à própria sociedade a opção de enquadrar qualquer grupo não cis e heterossexual na categoria dos “vícios contra a natureza”. Mais do que um empecilho legal, essa lei era um salvo conduto moral para a discriminação. Roqueana explica a situação:

Nunca em Angola nenhum angolano foi detido ou condenado por ter sido encontrado a ter relações consensuais com pessoas do mesmo sexo. (...) Mas

---

<sup>18</sup>Embora o termo comumente usado pelos angolanos quando falam do código penal colonial seja “homossexualidade”, é importante frisar que a antiga legislação atingia a comunidade LGBTQIA+ como um todo. Primeiro porque a sociedade angolana não fazia distinção entre um gay e uma mulher trans, por exemplo, tratando ambos como “paninas”. Segundo porque o termo colonial “vícios contra a natureza” podia ser interpretado tanto como orientação sexual quanto como identidade de gênero.

<sup>19</sup>Ver: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2019/2/19/passos-a-passos-talvez-cheguemos-l>

esse artigo, ou essa norma, legitimava a violência, instigava de alguma forma a violência contra as pessoas LGBTQIA+ porque as pessoas tinham essa impressão de que a homossexualidade é algo contra a natureza, então era algo proibido. E o código penal colonial condenava; não obstante não ser aplicado, as pessoas ainda assim tinham que repudiar e tinham que, de alguma forma, sancionar as pessoas homossexuais. Essas sanções, na verdade, eram sanções sociais, do desprezo às ofensas, (...) agressões. No contexto familiar, [acontece] o abandono familiar, ou a violência doméstica. Já houve situações de maus tratos, de abuso de poder dos agentes da polícia, mas na prática nunca houve condenação.

Ou seja, apesar do antigo código colonial não ser aplicado na área jurídica, ele servia de fundamento e incentivo para diversas práticas violentas contra a população LGBTQIA+ angolana. Essa violência, outrora legitimada pela antiga legislação, vinha tanto das autoridades (como os policiais) quanto da população em geral (violência familiar). O desaparecimento dos artigos 71 e 70, portanto, foi efusivamente comemorado pela comunidade LGBTQIA+ de Angola, pois o mecanismo legal que legitimava a violência social foi definitivamente abolido.

Em uma grande reviravolta, que surpreendeu até mesmo os observadores mais otimistas, o novo código penal **criminalizou** a discriminação baseada na orientação sexual, tornando Angola um dos sete países africanos que penaliza a intolerância contra a população gay e lésbica<sup>20</sup>. Essa foi a primeira vez que uma lei angolana citou explicitamente a expressão “orientação sexual”.

O que estaria por trás de tamanha guinada? De acordo com Rock é necessário entender o contexto histórico de Angola a partir de 2017, com a ascensão ao poder de um novo presidente, João Lourenço. Angola teve o mesmo presidente entre 1979 e 2017, José Eduardo dos Santos. A chegada de Lourenço ao poder traz diversas mudanças. A demanda por um novo código penal já era antiga, mas não havia se concretizado mesmo após o fim da guerra civil. A nova administração decidiu dar prosseguimento aos anseios por um novo código penal que, finalmente, introduzisse Angola no século XXI.

---

<sup>20</sup>A lista de países africanos que possuem leis antidiscriminação inclui Angola, Botswana, Cabo Verde, Ilhas Maurício, Moçambique, Seychelles e África do Sul.

Ver: Dreier, Sarah K.; Long, James D.; Winkler, Stephen J. (June 2020). “African, Religious, and Tolerant? How Religious Diversity Shapes Attitudes Toward Sexual Minorities in Africa”. *Politics and Religion*. 13 (2): 273-303.

O caso conhecido em Angola como “15+2” foi decisivo nesse processo<sup>21</sup>, uma vez que a reverberação internacional do fato manchou ainda mais a já não tão boa imagem dos direitos humanos em Angola. A prisão de 17 ativistas por estarem lendo um livro em uma praça repercutiu negativamente na imprensa estrangeira, solidificando a reputação de Angola como um país com leis penais arbitrárias e desumanas. A nova gestão de João Lourenço tentou amenizar o impacto desse caso criando um novo código penal que repercutisse positivamente no exterior, projetando a imagem de uma nova Angola, mais moderna e progressista. Rock acredita que o principal objetivo da nova gestão ao mudar o código penal foi impressionar a comunidade internacional.

Quando o novo código passou a ser discutido, legisladores procuraram diversos atores sociais e agentes da sociedade civil em uma tentativa de incluir demandas e reivindicações populares na nova legislatura. Sendo a única organização LGBTQIA+ reconhecida pelo governo, a Associação Íris foi uma das entidades civis procuradas. Roqueana e outros ativistas da Íris estiveram presentes nessas reuniões e procuraram convencer as autoridades jurídicas de que era necessário incluir o termo orientação sexual na legislação. Os legisladores mostraram-se receptivos às sugestões, mas nada garantia que o governo iria endossar as recomendações. No início de 2019, entretanto, o Parlamento angolano aprovou o novo código, que incluía as sugestões dos ativistas. A notícia foi destaque em portais de notícias de diversos países, inclusive do Brasil<sup>22</sup>. O novo código só entraria em vigor dois anos depois, fato que voltou a chamar a atenção da mídia internacional<sup>23</sup>.

De acordo com Rock, é possível que o debate em torno do aborto tenha facilitado a inclusão da orientação sexual na nova legislação. A criminalização ou legalização da interrupção da gravidez monopolizou as atenções da sociedade durante os debates para a aprovação do novo código. O fato dos direitos LGBTQIA+ não estarem no foco das discussões mais acaloradas pode ter ajudado, uma vez que

---

<sup>21</sup>Ver: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-angola-15> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>22</sup>Ver: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/24/angola-despenaliza-homossexualidade-e-permite-aborto-em-certos-casos.ghtml> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>23</sup>Ver: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/angola-descriminaliza-oficialmente-a-homossexualidade> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

os religiosos, os principais opositores dos direitos da comunidade LGBTQIA+, estavam ocupados se opondo à legalização do aborto.

Rock afirma que a inclusão da orientação sexual como uma das expressões humanas que merece proteção legal foi “uma vitória! E daquelas vitórias enormes” que veio para dar resposta à necessidade de proteção legal que a comunidade gay e lésbica tanto almejava. “Uma porta que se abriu para que então possamos alcançar todos os outros direitos das pessoas LGBTQIA+”<sup>24</sup>.

Apesar de nenhuma pessoa LGBTQIA+ ter, até o momento da entrevista (julho de 2022), procurado a justiça para fazer valer os seus direitos de acordo com a nova lei, Rock entende que a mudança legal já teve consequências sociais importantes. Ela afirma que com a aprovação da nova legislação os debates públicos sobre as pessoas e temas LGBTQIA+ aumentaram na mídia e na sociedade em geral. De acordo com Roqueana, anteriormente as discussões sobre essa matéria tinham um viés predominantemente religioso. A visibilidade possibilitada pela nova lei teria ajudado a estabelecer uma separação mais clara entre o direito humano, de um lado, e a religião, de outro. Isso significa, em termos práticos, que os últimos tempos viram a proliferação de discursos sobre a diversidade sexual que focam na advocacia direcionada aos direitos humanos. O discurso religioso não desapareceu de uma hora para outra, mas é cada vez mais comum debater questões LGBTQIA+ em Angola sem fazer referência à religião, focando as discussões unicamente na cidadania, na ideia de que “todos merecem liberdade, dignidade e respeito”.

Hoje, Angola possui diversas organizações LGBTQIA+. A partir da experiência da Íris, outros grupos foram surgindo, não apenas em Luanda, mas também nas províncias do interior. Rock afirma que o país possuía em 2022 em torno de dez organizações que lutam pela cidadania LGBTQIA+. A proliferação desses grupos não significa apenas a consolidação do ativismo, mas também discordâncias e diferentes pontos de vista sobre quais caminhos seguir. Vamos nos debruçar sobre esse tema a seguir, através da entrevista de Dário Octávio.

---

<sup>24</sup>O termo “identidade de gênero”, entretanto, não foi contemplado na mesma legislação, deixando a população trans desprotegida.

### **3 Reflexões sobre o futuro e a posição da comunidade LGBTQIA+ angolana diante do mundo.**

Com o crescimento do ativismo LGBTQIA+ em Angola a partir da Íris, o país viu a proliferação de diversos grupos ao redor do território angolano. Tamanha profusão tem vários significados. Primeiramente, há a questão da diversidade de identidades no seio da população LGBTQIA+. Diferentes grupos passam a estabelecer diferentes organizações voltadas para suas demandas particulares, caso da já citada AIA, um grupo predominantemente lésbico. Há também o Movimento Sou Trans Angola, o Queer People, os não binários – que não se identificam necessariamente com um gênero definido<sup>25</sup> – dentre outros.

Segundo, as organizações de militância LGBTQIA+ evoluíram e realizam atividades em várias frentes: saúde sexual e reprodutiva, saúde mental (tema que fora negligenciado no passado), acesso à justiça (conscientização sobre os direitos adquiridos) etc. Muitas das novas organizações foram se especializando numa ou noutra atividade.

O terceiro motivo para a multiplicação de organizações são as divergências entre os ativistas. Esses desencontros podem refletir desavenças das mais variadas, que vão de querelas administrativas e disputas de poder à incompatibilidade ideológica. Há desacordos e tensões a respeito de qual deve ser o papel central da militância LGBTQIA+ em Angola, quais atividades devem ser priorizadas, como os recursos devem ser utilizados etc. A trajetória de Dário Octávio, jovem ativista gay de Luanda, ajuda a ilustrar essas questões.

Dário Octávio da Costa Andrade nasceu em 11 de junho de 1996, em Luanda<sup>26</sup>. Ele conta que na infância começou a ouvir nomes pejorativos que os adultos usavam para descrever seu comportamento. Foi aí que passou a se dar conta que ele era diferente das outras crianças. Entretanto, ele não sabia exatamente o que era ser gay, uma vez que nunca tinha ouvido falar do assunto nessa fase da sua vida. Foi

---

<sup>25</sup>A imprensa angolana tem falado sobre identidades trans e não binárias. Ver: <https://novojournal.co.ao/opiniao/interior/sorriso-cronico-em-modo-nao-binario-108536.html> (Acessado em: 15 de julho de 2023); <http://m.redeangola.info/imanni-da-silva-unica-modelo-transexual-em-africa/> (Acessado em: 15 de julho de 2023).

<sup>26</sup>ANDRADE, Dário Octávio da Costa. Entrevista concedida a Tiago da Silva Ferreira, em 4 de novembro de 2022.

apenas na adolescência que ele tomou conhecimento e consciência da diversidade sexual.

Dário Octávio conta que teve uma criação católica e, apesar de ter sofrido alguns episódios de homofobia na Paróquia de São Paulo, onde participava do coral, relembra que ele foi relativamente bem aceito nas atividades da igreja. Ele atribui ao protestantismo evangélico um papel mais preponderante na manutenção da homofobia na sociedade angolana.

O ativista resume, assim, o início de sua vida como gay assumido em Luanda:

nunca saí do armário porque nunca estive no armário. A violência contra as pessoas LGBTQIA+ é tão grande, principalmente quando elas são crianças (...) que comigo fez com que eu nem tivesse tempo de entrar no armário pra depois poder sair. Eu tive noção do que eu sou porque os adultos jogavam na minha cara e eu só tive que aprender a conviver com aquilo, o que não foi muito fácil.

Quando tinha por volta dos 15 anos, Dário se mudou para a casa de uma tia para estudar o último ano do Ensino Fundamental (9º ano). As suas primas introduziram Dário ao mundo das festas angolanas. Uma delas trabalhava como acompanhante de festas e possuía um grupo de amigas com a mesma profissão. Através desse grupo, o rapaz conheceu Pep, uma travesti angolana que trabalhava com essas meninas. Foi a primeira vez que Dário Octávio conheceu uma pessoa LGBTQIA+ assumida, o que o deixou bastante feliz. O futuro ativista passou a trabalhar com esse grupo, ajudando a organizar festas na noite luandense.

Através de Pep, Dário Octávio conheceu outras pessoas LGBTQIA+. Pep morava numa casa onde viviam diversas mulheres trans que exerciam profissões como decoradoras, bailarinas e trabalhadoras do sexo. Dário passou a frequentar a casa e começou a se envolver mais e mais com a comunidade LGBTQIA+. Até então, conta ele, só se relacionava com gays de outros países virtualmente. O ano era 2012 e sua vivência gay se iniciou através de grupos de fãs latinos da cantora Lady Gaga no Facebook. Conta, entre risos, que chegou a achar que era o único gay de Angola, por isso arranjou namorados e amigos virtuais de países latino-americanos, como Uruguai, México, Chile e Equador. Apenas a partir de 2014, quando encontrou Pep, é que conheceu outros gays angolanos como ele. Dário conta que primeiro conheceu outros gays e trans luandenses no Facebook. Lá ele descobriu que a comunidade se

encontrava frequentemente em festas, luais e demais eventos. Dário conheceu também “As Divas”, o lendário grupo de amigos que organiza festas em Luanda, bem como veio a conhecer a Íris, que estava em seu início. Dário se lembra do *slogan* usado pela Íris na época, “Sou feliz e saudável”, que era parte de uma campanha de prevenção ao HIV, na comunidade LGBTQIA+.

Através da Pep eu comecei a frequentar esses lugares. Eu fui a muitos encontros da Associação Íris, fui a luais, fui a rodas de conversas. Ali eu fui criando o interesse em fazer parte daquilo, daquela luta, daquela agenda. Eu fui me inteirando ainda mais, fui entrando no cerne das questões e tomando mais atenção das questões que estavam à volta da nossa existência, da minha existência em particular.

A Íris passou a ser sua fonte e referência de ativismo nesse primeiro momento. Lá ele conta que recebeu noções básicas sobre o que era ser LGBTQIA+, o que era saúde coletiva e direitos humanos. Entretanto, depois de um tempo, ele conta que passou a buscar “outras realidades e outras formas de ativismo que existiam pelo mundo e as redes sociais foram uma mais valia” porque o “ajudaram a acessar esse conteúdo com mais facilidade”.

Em busca de uma nova formação, em 2018 Dário participou de um programa chamado “Young African Leaders Initiative” (YALI). Esse programa incentivava os jovens africanos a capacitarem-se em três áreas: liderança cívica, empreendedorismo e administração pública. Nessa época, Dário tinha criado, em parceria com outros dois amigos gays, uma outra organização, chamada “H Maiúsculo”. Essa organização concentrava-se nas problemáticas em torno da identidade gay masculina e tinha surgido, dentre outras coisas, por divergências com a Íris. Entretanto, a Associação Íris era a única entidade civil LGBTQIA+ reconhecida pelo governo angolano e Dário só poderia se inscrever no projeto se tivesse a carta de recomendação dessa instituição. Ele decidiu, portanto, se filiar à Íris para participar do projeto.

Dário ficou cerca de um mês em Maputo participando do curso da YALI. Lá teve contato com vários ativistas de diversas áreas, como meio ambiente e causas socioeconômicas. Quando retornou para Luanda, conta que estava cheio de ideias que queria implementar na Íris, mas não conseguiu ir adiante. Segundo ele, suas

propostas e projetos não eram levados a sério. Além disso, ele sente que a comunidade LGBTQIA+ não se sentia tão representada pela Íris quanto deveria.

Eu senti depois que a própria organização estava parada e não estávamos a ter uma boa avaliação da comunidade LGBTQIA+ (...) e as pessoas da comunidade reclamavam muito de não sentirem o impacto do nosso trabalho nas vidas delas. Que era um impacto muito pequeno, que elas não conseguiam sentir e nem ver. Eu, particularmente, me sentia meio que atado e cooptado. Não podia fazer, pensar, exercer, dar ideias. Senti que ali eu não estava a desenvolver. Então, depois disso, eu decidi sair da Associação Íris. Mas nisso eu não voltei para a H Maiúsculo. E também o Nírio, que tinha ficado com a [liderança da] H Maiúsculo, depois decidiu imigrar para Portugal. E com isso ele deixou a H Maiúsculo em tutela da Associação Íris. (...) E nisso, a H Maiúsculo passou a ser simplesmente um movimento que realizava um evento festivo, que eram as “Sextas Fluidas”.

Depois disso, a H Maiúsculo deixou de existir e seus remanescentes fundaram um grupo chamado “Diversidade Masculina”. Dário, contudo, não quis se juntar ao novo movimento. Ele acreditava que poderia contribuir mais se criasse uma nova organização.

Eu, Dário Octávio, sempre pensando em como contribuir da melhor forma, de forma mais incisiva para as mudanças sociais no seio da minha comunidade, da qual eu faço parte, sempre pensei em criar uma organização que eu – na minha concepção – olhasse para a comunidade LGBTQIA+ e resolvesse os problemas pontuais da mesma. Questões como evasão escolar, acesso à saúde, habitabilidade, expurgo familiar, (...) apoio psicossocial e jurídico. Então, foi a partir disto que este ano eu solidifiquei ainda mais a minha ideia e chegou-me ao ponto de ter pensado na criação da Hongolo Angola<sup>27</sup>, que é a organização que eu praticamente criei sozinho. (...) Tenho apoios da AIA (...) que está a me ajudar a fazer a análise do estatuto (...) que eu me baseei muito na ILGA Portugal. Eu estive a ler o estatuto da ILGA Portugal e achei muito democrático, moderno e prático (...) e achei que seria bom adaptar partes daquele estatuto para a minha organização.

Dário Octávio reflete ainda sobre a relação do ativismo LGBTQIA+ angolano com as influências externas. Até que ponto a influência de outros países é positiva? Em que momento tal relação deixa de ser saudável e passa a ser um vínculo de dominação e subserviência? Como aplicar categorias e conceitos teóricos de outros países no contexto angolano? Dário Octávio não tem a pretensão de responder perguntas tão complexas, mas tem algumas opiniões sobre o assunto.

---

<sup>27</sup>Hongolo é o Deus Arco-Íris dos povos bantu. Como Dário quer voltar seu ativismo para referências da África pré-colonial, ele propõe usar um arco-íris afrocentrado como símbolo.

As disputas em torno das influências externas que podem ou não podem ser aceitas dividem profundamente a sociedade angolana. Existem disputas de narrativas sobre o que é verdadeiramente africano e o que é produto da colonização europeia. Os ativismos LGBTQIA+ africanos são particularmente interessados nesse assunto porque a parte conservadora do pensamento africanista anticolonial afirma que toda forma de sexualidade que não é heterossexual é, na verdade, um costume estrangeiro que foi imposto aos africanos pelos colonizadores brancos (Epprecht, 2004). Dário Octávio chama esse pensamento no contexto angolano de pensamento “afrocrata”. Segundo ele, os “afrocratas” angolanos lamentaram o novo código penal tanto quanto os religiosos. O julgamento central de quem tem essa compreensão de mundo é que a África e os africanos só podem manter aquilo que tem origem na África, de preferência o que existia antes da colonização europeia. De acordo com essa perspectiva, certos direitos humanos ficam ameaçados, uma vez que eles têm origem europeia. Dário Octávio rejeita o radicalismo dessa forma de pensar e aceita o diálogo com outros países, mesmo reconhecendo o dilema que isso representa, uma vez que ao aceitar influências externas fica-se exposto ao projeto colonial alheio.

O jovem ativista angolano afirma que Moçambique foi o primeiro país a influenciar na formação do movimento LGBTQIA+ angolano. A Lambda serviu de inspiração e modelo para a Íris e para outras organizações angolanas. Depois vieram as influências sul-africana e portuguesa, até chegar a influência que ele considera dominante, a brasileira. De acordo com Dário, a influência do Brasil é, sobretudo, cultural e não um projeto consciente do governo brasileiro. Graças às novelas da Rede Globo, muito da cultura brasileira se tornou onipresente em Angola. A internet ajudou a consolidar tal influência, uma vez que a maioria do que está em português na rede mundial de computadores é escrita por brasileiros. Hoje, o Brasil é a primeira fonte de captação de informações e conteúdos de ativismo LGBTQIA+ a qual os angolanos recorrem. Para angolanos e moçambicanos, o Brasil funciona como uma alternativa colonial mais “amigável”, uma vez que é um país que fala a mesma língua, mas que nunca colonizou a África como os portugueses.

Segundo Dário, essa influência brasileira não se dá apenas entre os progressistas. Os conservadores e religiosos angolanos também buscam no Brasil

informações para embasarem suas críticas ao ativismo LGBTQIA+ em Angola. Ideias como “Ideologia de Gênero”, tão repetidas pelos conservadores brasileiros, já atravessaram o atlântico e fincaram suas raízes no país africano<sup>28</sup>. “Hoje em dia”, afirma Dário Octávio, “já temos tiktokers pseudoreligiosos que falam em ‘ideologia de gênero’ em Angola”, o que é muito caricato, pois quando vês parece um brasileiro a falar”. Ele continua:

O problema está exatamente aí. Enquanto os outros – para tentar cercear nossos direitos – reproduzem esse tipo de falácias, coisas até irreais que nada tem a ver, fora da lógica; nós também cometemos o erro de querer implementar, por exemplo, práticas usadas no ativismo brasileiro em Angola, e que depois não se refletem, não têm razão de ser; e não têm o efeito esperado por conta das conjunturas sociais. (...) Nomeadamente, por exemplo, nomenclaturas (...).

Dário usa o exemplo do termo “travesti” para ilustrar o que pensa. Esse termo não era utilizado em Angola no passado recente. Quando queriam se referir a pessoas gays ou mulheres trans, o termo genérico “panina” era o mais utilizado. Influenciados por movimentos LGBTQIA+ do exterior, novas nomenclaturas que separam gays afeminados de mulheres trans foram introduzidas. Os termos ‘travesti’ e ‘mulher trans’ ganham força nesse contexto. Dário, entretanto, afirma que a introdução dessas terminologias, que procuravam dividir e delimitar de forma mais respeitosa identidades diferentes, acabou por se converter em um “medidor de passabilidade social entre as pessoas trans”. Segundo ele, uma mulher trans que possui alto grau de passabilidade social, ou seja, quando se “parece” com uma mulher cis, ela será tratada como mulher transexual. Mas se a pessoa trans é facilmente identificada como trans, por possuir características ditas masculinas, será taxada pejorativamente de travesti.

A crítica de Dário Octávio é a de que o termo “panina”, rejeitado por ser genérico, seria mais igualitário, pois colocava no mesmo nível diferentes experiências de vida, enquanto a separação entre gays, trans e travestis teria estabelecido uma hierarquia em que gays masculinos estariam acima das trans, que estariam, por sua vez, acima das travestis. O termo ‘travesti’, nesse contexto,

---

<sup>28</sup>O termo “Ideologia de gênero” tem origem no catolicismo internacional dos anos 90 (JUNQUEIRA, 2018), mas teria ganhado força em Angola, segundo Dário, devido ao contato com a direita brasileira, sobretudo através da internet e das igrejas evangélicas.

se tornou um xingamento para os indivíduos, cujos corpos são entendidos como imperfeitos, incompletos ou defeituosos.

Ao ser perguntado sobre qual seria a melhor maneira de criar um movimento LGBTQIA+ genuinamente angolano (assumindo que isso é possível e desejável), Dário responde que é necessário que Angola estude a sua própria história. Para ele, os LGBTQIA+ africanos precisam recuar ao passado, procurar suas raízes na África pré-colonial. Ele afirma que há estudos acadêmicos muito bem documentados, que comprovam a longa história da diversidade sexual no continente africano. Tais estudos não seriam apenas necessários para refutar as teses “afrocratas” sobre a inexistência da homossexualidade na África pré-colonial; mas sim condição indispensável para que as sociedades africanas possam reestabelecer seus laços perdidos com o passado e começar a superar o terrível legado da colonização.

### **Considerações finais**

Retornando às indagações de Chabal sobre a impossibilidade de falar sobre uma “sociedade civil” em Angola e, conseqüentemente, sobre a dificuldade do estabelecimento de uma democracia no país, percebemos através da trajetória dos entrevistados que o ativismo LGBTQIA+ luandense é extremamente dependente da boa vontade do Estado. As principais conquistas do movimento partiram de situações em que o governo colaborou porque queria obter dividendos políticos. A criação da Íris foi sugestão de uma ONG estrangeira (PSI) e recebeu apoio do governo porque o combate ao HIV era uma prioridade política de Angola após a guerra civil. Da mesma forma, a mudança no código penal se deu no contexto político em que o governo se via pressionado por organismos e governos estrangeiros para que modernizasse seu arcaico código penal. A pressão para a mudança veio mais do exterior do que de uma “sociedade civil” organizada.

A observação de Chabal parece encontrar eco quando afirma que as organizações da dita sociedade civil angolanas funcionam apenas com apoio do Estado ou de doações de ONGs estrangeiras, não sendo, portanto, criações orgânicas da população angolana. É nítido que a Íris não existiria sem financiamento estatal ou estrangeiro, e também está claro que sem o

reconhecimento oficial do Estado, haveria sérios limites para sua atuação. O caso contado pelo ativista Dário Octávio (que se viu obrigado a se filiar à Íris para obter formação no exterior) é um bom exemplo disso. O reconhecimento do Estado é mais do que mera formalidade, é a condição necessária e indispensável para acessar privilégios que organizações não reconhecidas não possuem. Sob este ponto de vista, Chabal está certo em dizer que não é a “sociedade civil” que protagoniza as lutas por direitos e cidadania em Angola.

O fato do governo não reconhecer outras organizações além da Íris não é coincidência. Seria mais difícil lidar com várias organizações, pois as demandas e reivindicações seriam maiores. A trajetória dos ativistas, porém, aponta para a necessidade de um ativismo mais ligado à vivência dos militantes, mais focada na comunidade e menos nas necessidades de propaganda do Estado. O Arquivo de Identidade Angolano (AIA) é um exemplo de organização que não possui reconhecimento estatal, mas que consegue manter-se graças ao esforço de suas ativistas. O grupo foi fundado em 2017 e continua funcionando até hoje, possuindo, inclusive, uma casa de ajuda às pessoas LGBTQIA+s que estejam em situação de vulnerabilidade. Não seria o modelo da AIA (baseado na ajuda mútua) o despertar de um tipo de organização civil que é orgânica, surgida do seio da sociedade e sem funcionar em completa dependência do Estado?

Apesar de estar inclinado a responder que sim, é necessário deixar claro que o escopo de atuação da Íris é muito maior do que o da AIA. Contando com muito mais fundos e com o respaldo do Estado, a Íris pode participar de projetos maiores e mais caros, que têm potencial de gerarem maior impacto. Além disso, a extrema pobreza que persiste em Angola dificulta, e muito, a implementação do modelo da AIA em larga escala. A AIA, portanto, representa muito mais um norte a ser seguido do que uma ruptura de paradigma.

Os três ativistas possuem condições financeiras compatíveis com a classe média e todos iniciaram na Íris, o que reforça a liderança do Estado e a ascendência dos setores médios urbanos de Luanda no ativismo LGBTQIA+ em Angola. Entretanto, as idiossincrasias pessoais abrem possibilidades para que o novo surja. A partir do momento que um indivíduo decide partir para um novo projeto, por quaisquer que sejam os motivos (por ser lésbica e querer estar em um grupo lésbico,

por exemplo; ou por querer focar seu ativismo em advocacia; ou apenas por discordar dos projetos da organização), novas possibilidades se abrem, inclusive a possibilidade de fazer um ativismo que brota da própria vida do ativista.

Nesse sentido, as reflexões de Dário Octávio sobre colonialismo e o futuro do ativismo em Angola representam uma fagulha no meio da escuridão. Não porque a crítica ao colonialismo não possa vir de dentro da Íris, mas porque esse tipo de inquietação encontra mais terreno fértil quando não convive com as limitações que o pragmatismo estatal costuma impor. Por que o governo estaria interessado em discutir terminologias quando é mais fácil receber dinheiro de ONGs e publicar números e estatísticas sobre a possível redução das taxas do HIV?

As reflexões de Chabal e Vidal, apesar de esclarecedoras, encontram limitação devido ao seu caráter macro, distante das microrrelações entre indivíduos e o Estado. Concordamos com os autores citados quando dizem que as organizações sociais em Angola (no caso específico aqui falamos de instituições LGBTQIA+) funcionam como braços do Estado e possuem pouca autonomia, mas os indivíduos entrevistados provaram que, em meio às oportunidades abertas, foi possível angariar conquistas para a cidadania LGBTQIA+. O combate ao HIV foi um projeto político do Estado com objetivos de autopromoção? Sim, mas através dele uma rede de festas das comunidades gay e trans criou a Íris. A modernização do novo código penal foi um movimento político do governo angolano que tinha o intuito de limpar sua imagem internacional de violador dos direitos humanos? Sim, mas foi também a oportunidade para que ativistas como Roqueana convencessem os legisladores a incluírem a orientação sexual na lei. O uso político do HIV e do novo código penal foram projetos do Estado, mas o surgimento da Íris e a criminalização da homofobia não. Foram consequências não intencionais, que não estavam previstas pelo governo. E isso só foi possível devido à luta dos ativistas que, a despeito das limitações impostas por um sistema sócio-político centralizador, conseguiram extrair do Estado resultados que lhes foram favoráveis.

É possível que Angola, de fato, não tenha uma “sociedade civil” nos moldes descritos neste artigo, mas isso não significa que as lutas por cidadania estejam impossibilitadas. Angola prova que mesmo quando os poderes constituídos estão

trabalhando a todo vapor, oportunidades estão sendo abertas para novas frentes de lutas sociais.

## Bibliografia

ALMEIDA, Miguel Vale de. *A chave do armário: homossexualidade, casamento, família*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

BITTENCOURT, Marcelo. *Nacionalismo, Estado e guerra em Angola*. In: A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África. FGV, 2015

CHABAL, Patrick & VIDAL, Nuno. *Southern Africa: civil society, politics and donor strategies*. Angola and its neighbours – South Africa, Namibia, Mozambique, Democratic Republic of Congo and Zimbabwe. Luanda/Lisbon: Media XXI & Firmamento, 2009.

DREIER, Sarah K.; LONG, James D.; WINKLER, Stephen J. (June 2020). *African, Religious, and Tolerant? How Religious Diversity Shapes Attitudes Toward Sexual Minorities in Africa*. *Politics and Religion*. 13 (2): 273-303.

DWYER-LINDGREN, L., CORK, M. A., SLIGAR, A. et al. *Mapping HIV prevalence in sub-Saharan Africa between 2000 and 2017*. *Nature* 570, 189-193 (2019).

EPPRECHT, MARC. *Hungochani: The History of a Dissident Sexuality in Southern Africa*. McGill-Queen's University Press, 2004. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt80pzh>.

FACCHINI, Regina, CALAZANS, Gabriela. “*Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade*”: HSH, classificações e disputas na política de Aids. *Ciência & Saúde Coletiva* 27 (10). Outubro de 2022.

FERREIRA, Tiago. *Pastores de desejos: discursos e disputas na luta contra a aids em Angola (1987-2017)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *A invenção da “ideologia de gênero”*: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018.

KENDALL, Carl; Kerr, Ligia Regina Franco Sansigolo; Mota, Rosa Maria Salani; Cavalcante, Socorro; Macena, Raimunda Hermelinda Maia; Chen, Sanny; Gaffga, Nicholas; Monterosso, Edgar; Bastos, Fransisco I.; Serrano, Dulcelina. *Population Size, HIV, and Behavior Among MSM in Luanda, Angola: Challenges and Findings in the First Ever HIV and Syphilis Biological and Behavioral Survey*. *JAIDS Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes* 66(5): p. 544-551, August 15, 2014.

MAGADI, Monica Akinyi. *Understanding the gender disparity in HIV infection across countries in sub-Saharan Africa: evidence from the Demographic and Health Surveys*. *Sociology of healthy and Illness*. 2011, May; 33(4):522-39.

MIGUEL, Francisco Paulo Vieira. *Uma História do Movimento LGBT em Maputo*. Afro-Ásia, Vol. 64, pp. 320-362, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77070146009>. Acessado em: 26 de julho de 2023. ISSN: 0002-0591.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

## **Entrevistas**

ANDRADE, Dário Octávio da Costa. Entrevista concedida a Tiago da Silva Ferreira, em 4 de novembro de 2022.

FERNANDES, Carlos Anderson Henrique. Entrevista concedida a Tiago Ferreira, em 8 e 9 de fevereiro de 2023.

GUNZA, Carmelita Roqueana. Entrevista concedida a Tiago Ferreira, em 26 de julho de 2022.

***Recebido em:*** abril de 2023

***Aceito em:*** janeiro de 2024

## **COMO REFERENCIAR**

FERREIRA, Tiago. Da Íris ao Hongolo: o movimento LGBTQIA+ angolano no século XXI. *Latitude, Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 109-133, 2024.

---

## **Mercado Informal em Luanda e as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade, no período da Covid-19 (2020-2022)**

### **Informal Market in Luanda and social public policies for women in vulnerable situations, in the period of COVID-19 (2020-2022)**

#### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado informal de Luanda, bem como as medidas tomadas pelo governo angolano para integrá-las socioeconomicamente durante a pandemia da Covid-19. O estudo emprega uma abordagem metodológica de análise bibliográfica e documental qualitativa, combinando uma produção de dados empíricos, incluindo entrevistas realizadas com mulheres no mercado de Kikolo, em Luanda, no ano de 2023. Ao longo dos anos, o país enfrentou vários conflitos, ocasionando a fome, a pobreza, a luta pela sobrevivência e a vulnerabilidade de grande parte da população, principalmente das mulheres. Como resultado dessa situação, muitas famílias viram os mercados informais como uma chance e alternativas para sobreviver e atender às suas necessidades. Ademais, o texto aborda as políticas públicas sociais de proteção e inclusão socioeconômica, analisando as ações tomadas pelo governo angolano para proteger e integrar as mulheres que estiveram inseridas nessas atividades durante a pandemia da Covid-19. Apesar da existência de iniciativas sociais voltadas para os mais vulneráveis, foram observadas limitações e necessidade de cobertura mais abrangente e significativa para sustentar esses programas e as famílias mais carentes. Além disso, faltam estratégias eficazes para atender às necessidades

#### ***Michele Gonçalves Cardoso***

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.  
Doutora em História.  
E-mail:  
[michelegc@unescc.net](mailto:michelegc@unescc.net)

#### ***Marina Kikusa Mendes***

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.  
Mestranda no Programa de Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS.  
E-mail:  
[marinakikusamendes@hotmail.com](mailto:marinakikusamendes@hotmail.com)

desse grupo vulnerável, especialmente as mulheres do mercado informal.

**Palavras-chaves:** Trabalho informal. Migração. Políticas Públicas Sociais. Mulheres. Luanda.

### **Abstract**

This article aims to analyze the difficulties faced by women in the informal market of Luanda, as well as the measures taken by the Angolan government to integrate them socioeconomically during the Covid-19 pandemic. The study employs a methodological approach of qualitative bibliographic and documentary analysis, combining a production of empirical data, including interviews conducted with women in the Kikolo market, in Luanda, in the year 2023. Over the years, the country has faced several conflicts, causing hunger, poverty, the struggle for survival and the vulnerability of a large part of the population, especially women. As a result of this situation, many families saw informal markets as a chance and alternatives to survive and meet their needs. In addition, the text addresses social public policies for socioeconomic protection and inclusion, analyzing the actions taken by the Angolan government to protect and integrate women who were involved in these activities during the Covid-19 pandemic. Despite the existence of social initiatives aimed at the most vulnerable, limitations were observed and the need for more comprehensive and significant coverage to sustain these programs and the most needy families. In addition, there is a lack of effective strategies to address the needs of this vulnerable group, especially women in the informal market.

**Keywords:** Informal work. Migration. Social Public Policies. Women. Luanda.

## **Introdução**

Este artigo propõe uma análise sobre os deslocamentos migratórios e o crescimento das atividades laborais em Luanda, buscando conhecer as medidas

governamentais de amparo e integração socioeconômica para as mulheres do mercado informal durante a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, vale destacar alguns elementos sobre o local pesquisado.

Angola, oficialmente denominada República de Angola, é um dos países da África que está localizado na costa ocidental da África Austral, fazendo fronteira ao Norte com a República Democrática do Congo, ao Sul com a Namíbia, ao Leste com a Zâmbia e ao Oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. É o sexto país da África com a maior dimensão territorial, com uma área de 1.246.700 Km<sup>2</sup>. Angola é composta por 18 províncias, 162 municípios e 559 comunas, de acordo com os dados do censo de 2014. Entre as 18 províncias temos: Uíge, Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Zaire, Namibe e Luanda (INE, 2014).

Luanda é a capital do país, localizada no Centro Norte. Segundo as projeções realizadas, em 2022, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a província e capital de Angola contava com uma população de 9.079.811 habitantes, sendo a mais populosa do país, a qual tem como língua oficial o português, além de outros idiomas considerados nacionais, como: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote e Nganguela. Atualmente, de acordo as projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE), o país conta com uma população estimada de 34.094.077 de habitantes (INE, 2023).

A capital supracitada é localizada na costa do Oceano Atlântico e é a província mais populosa do país, apresentando densidade populacional de 2654 hab./km<sup>2</sup>. Em 2014, quando o país apresentava mais de 25,7 milhões de habitantes, ela possuía, aproximadamente, 8,3 milhões de habitantes, o que lhe valeu o título de terceira maior cidade lusófona a nível mundial, ficando atrás, apenas, das cidades brasileiras de São Paulo e do Rio de Janeiro. Já em 1975, deixou de ser a capital da província ultramarina e passou a ser uma cidade independente (Afonso, 2015).

Começou a se notar uma explosão urbana em Luanda ao longo dos anos de 1960, quando a cidade e os *musseques*<sup>1</sup> reuniam uma população de 224.540

---

<sup>1</sup>O nome Musseque deriva de uma língua local, “Kimbundu”, que significa terra vermelha, são bairros periféricos suburbanizados, ou de urbanização progressiva, que podem ser classificados em ordenados, passíveis de se ordenar com instrumentos de ordenamento do território, ou desordenados, de difícil ordenamento face a sua densa e caótica ocupação.

habitantes. Já no Censo de 1970, a cidade registou 561.145 habitantes e, no último Censo, realizado em 2014, os resultados preliminares do recenseamento geral da população e habitação mostraram uma grande explosão demográfica, que foi de 6.945.386 (Afonso, 2015; INE, 2014). Logo, podemos inferir que esse aumento populacional é decorrente dos atuais fluxos migratórios.

Esses deslocamentos populacionais contemporâneos são resultados de vários processos e estimulados por uma variedade de fatores, sendo distintos de outros momentos históricos, principalmente pelas diferenças nos meios de transporte e comunicação (Cardoso, 2011). Muitos envolvidos projetam mudanças permanentes, outros tantos, temporárias, mas, de modo geral, todos buscam melhorias na qualidade de vida. Alguns são motivados pelo desejo de crescimento financeiro e aquisição de bens, outros pela fuga de perseguições étnicas, guerras, violência de gênero ou, até mesmo, de desastres ambientais. Essas locomoções podem identificar as pessoas como simples viajantes, turistas ou migrantes (Becker, 1997).

Em Angola, no período da guerra civil (1975-2002), houve um forte aumento de migrações, tanto internamente – das zonas rurais para a capital, Luanda – como externamente, deslocando-se para países vizinhos em busca de melhores condições de vida. Já após a guerra civil, no ano de 2002, acreditava-se que o país iria se desenvolver, pois a guerra civil era vista como empecilho para o seu desenvolvimento. Ao longo do tempo, o país foi enfrentando outros conflitos, como a fome, a pobreza, a luta pela sobrevivência e a vulnerabilidade da maior parte da população. Assim, o Estado não teve estrutura para empregar toda a população e isso direcionou muitas pessoas ao mercado informal, principalmente as mulheres. Com esse cenário, muitas famílias viram, como oportunidade, os mercados informais, buscando alternativas para sobreviver, a fim de satisfazer suas necessidades e de suas famílias (PNUD, 2018).

Frente ao que foi exposto anteriormente, o artigo pretende evidenciar os desafios das atividades informais, analisando as medidas tomadas pelo governo angolano direcionadas às mulheres no período da pandemia da Covid-19, percebendo se essas medidas conseguiram amparar e integrar as mulheres que estão inseridas no mercado informal. Portanto, o estudo busca dar visibilidade aos deslocamentos

migratórios, em grande parte promovidos pelo contexto de guerra, e ao mercado informal de Luanda, com o intuito de melhor delimitar o assunto e situar o leitor.

Abordaremos, ainda, sobre o processo de independência de Angola e a guerra civil, especificando-se o arranjo institucional trabalhista nacional e sua importância para a dinâmica do mercado de trabalho no país. Por fim, serão destacadas as políticas públicas sociais de proteção e inclusão socioeconômica para as mulheres em situação de vulnerabilidade, no período de 2020-2022.

A pesquisa possui, como metodologia, a revisão bibliográfica, a análise documental e a produção de dados empíricos coletados a partir de entrevistas<sup>2</sup> com mulheres que trabalham em Luanda, no mercado do Kikolo, durante no ano de 2023. Foram entrevistadas 25 mulheres, divididas entre as *zungueiras* (vendedoras de rua que se deslocam em busca de compradores) e as *quitanderas* (vendedoras nas bancadas fixas, “feirantes”). Para a pesquisa documental, foram consultadas as seguintes instituições: Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam), Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), conferência das Nações Unidas para o comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Portal Oficial do Governo da República de Luanda, entre outras.

## 1 Trabalho e mobilidade

O debate em torno do conceito de informalidade permeia o campo das análises sociais como algo complexo, de características fluidas, o que vem dificultando a tarefa de estabelecer uma definição abrangente. Geralmente, esse conceito é comumente definido pela negação do que é considerado “formal”, indicando tudo o que não está devidamente regulamentado pelas normas apropriadas. Dessa forma, um trabalhador informal é aquele cuja relação laboral não é formalizada por meio de um contrato legal, pois a empresa não possui todos ou nenhum registro necessário para operar legalmente, ou seja, uma transação comercial informal é aquela que não é

---

<sup>2</sup>Os dados completos das entrevistas serão disponibilizados após a defesa da dissertação de mestrado, que ocorrerá no primeiro semestre de 2024.

devidamente documentada com os registros exigidos por leis e normas fiscais (Silva, 2018).

A presença generalizada, tanto na mídia como na literatura acadêmica, de expressões como “Informalidade”, “Economia informal”, “Mercado informal” e “Setor informal” tem consolidado esses termos ao ponto de torná-los praticamente indispensáveis quando se abordam a respeito das atividades e modalidades de trabalho urbanas, que aumentaram significativamente no período atual em decorrência das transformações nos padrões de utilização e remuneração da força de trabalho (Pochmann, 1999).

No prefácio do documento elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2006, Paulo Bárcia – na ocasião, diretor do escritório da OIT, em Lisboa – mencionou que o termo Informal foi usado, pela primeira vez, na instituição, em um dos relatórios da década de 1970, que lhe concedeu algumas características: propriedade ou empreendimento familiar, facilidade de ingresso, uso intensivo do fator de trabalho e de tecnologia adaptada, origem e financiamento próprio de recursos, aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino e participação em mercados competitivos (OIT *apud* Cacciamalli, 2000).

A ausência de uma definição precisa resulta no uso variado e abrangente do termo informalidade. Assim, várias iniciativas têm buscado estabelecer uma estrutura conceitual para abordar a informalidade, mas enfrentam desafios ao tentar criar uma estrutura abrangente e universal. Essas dificuldades estão relacionadas à diversidade de legislações entre os países e à falta de clareza sobre os objetivos específicos da análise ou das políticas a serem implementadas (Olinto, 2020).

O termo informal é identificado a partir de expressões como “Economia informal”, a qual engloba diversos trabalhadores, empresas e empresários que não são registrados, sendo expostos a desvantagens que variam de acordo com o lugar, seja urbano ou rural. De forma geral, se caracteriza como um conjunto de atividades não oficiais e isentas de tributações. Ademais, segundo a Organização Internacional do Trabalho (2006), abarca, ainda, todas as atividades econômicas realizadas por trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, seja por prática ou legislação, ou pelas disposições oficiais destinadas a enquadrar, regular e disciplinar tais atividades.

Nesse sentido, é importante apontarmos que são nas atividades laborais informais que muitos migrantes acabam se inserindo, pois pela própria condição de indocumentados – realidade de diversos migrantes – a formalidade se torna uma condição distante. Outrossim, com o aumento dos deslocamentos humanos, amplia-se a complexidade das atividades laborais informais.

Vale ressaltar que, ao longo do século XX, os fluxos migratórios se tornaram massivos, levando alguns estudiosos a chamarem esse período de “a época da migração” (Brzozowski, 2012). A desigualdade na distribuição de mão de obra e capital é um fator-chave da migração para os neoclássicos. Guerras, calamidades naturais, crises políticas e econômicas também impulsionam a migração e o surgimento de refugiados. No entanto, ao contrário dos discursos mais conservadores, a migração não traz apenas impactos negativos, pois gera resultados positivos para as sociedades de origem, incluindo o recebimento de remessas e transferência de tecnologia, já que os migrantes, em sua maioria, se deslocam de lugares com pouca ou nenhuma oportunidade para locais onde há mais oportunidades e o crescimento econômico é mais visível. Portanto, o fluxo e o retorno de remessas, ideias e tecnologia ao país de origem são capazes de gerar transformações positivas ao país (Castles, 2010). Ainda, é importante frisar que o país de destino migratório também se beneficia de variadas maneiras da presença de migrantes em seu cotidiano, não apenas pela atividade laboral em si, mas pelas transformações socioculturais (Massey et al., 1998; Patarra, 2006).

Inseridas no contexto migratório, as pessoas em mobilidade procuram, com maior rapidez possível, iniciar uma atividade laboral que, na maioria das vezes, já é segmentada e destinada aos migrantes (Cardoso, 2011). Ainda, a condição de indocumentado de muitos migrantes favorece a necessidade de se inserir em atividades consideradas informais. Hirata e Machado (2007) afirmam que a informalidade no mercado de trabalho está intrinsecamente ligada à falta de estabilidade nas condições de emprego, incluindo não apenas a natureza do trabalho, mas a escassez de renda nas atividades informais que, geralmente, oferecem ganhos somente para subsistência e sobrevivência. Isso leva muitos indivíduos, especialmente mulheres, a adentrarem nesses segmentos laborais.

Embora seja considerada, em alguns países, como uma economia oculta, ilegal ou clandestina, é importante destacar que os indivíduos inseridos nesse domínio

contribuem legalmente com a produção de bens e serviços, uma vez que a economia informal oportuniza formas de sobrevivência em períodos em que a taxa de desemprego e a pobreza estão em alta. Nesse período, a informalidade desenvolve um papel importante, pois não oportuniza exclusivamente a sobrevivência dos trabalhadores mais empobrecidos, ela beneficia, também, os consumidores pobres ou de baixa renda, já que, nesses segmentos, são ofertados bens e serviços a preços acessíveis.

De acordo com Silva (2010), na África, após o período de colonização dos países da África subsaariana, a economia informal passou a ter mais visibilidade. Depois da independência, na maioria dos países africanos, começou a ser discutida a questão do desenvolvimento, arriscando fortemente em modelos econômicos que se fundamentavam em substituição de importação e na política intervencionista do Estado. Esses modelos trouxeram aceleração na urbanização, aumentando, assim, o número de pessoas nas cidades, o que causou um êxodo rural e um aumento da população urbana superior em relação ao crescimento econômico.

Destarte, o setor informal desempenha, principalmente, o papel de absorver mão de obra com pouca formação. Isso é uma característica proeminente em países com altas taxas de desemprego e uma abundante oferta de trabalhadores com escassa ou nenhuma formação e/ou habilidades, os quais aceitam ocupações precárias e mal remuneradas devido à necessidade extrema. Em nações onde a pobreza e o subemprego são predominantes, o setor informal emerge como uma alternativa para assegurar acesso rápido à renda, garantindo a sobrevivência dessas populações (Domingues, 2019).

As atividades informais estão associadas a um conjunto de características específicas. Estas incluem a propriedade familiar dos recursos envolvidos, a natureza de pequena escala das operações, a aquisição de fora do sistema educacional formal, a operação em mercados competitivos e não regulamentados, a facilidade de ingresso e saída dessas atividades, além da utilização de recursos locais (Lopes, 2007).

Após essa breve explanação, vale ressaltar que o artigo dialoga diretamente com as atividades realizadas no “Mercado informal” angolano. O mercado informal caracteriza-se como um lugar em que se reúnem pessoas de cidades e bairros distintos, com o intuito de desempenharem várias atividades. Esses mercados operam

com infraestruturas mínimas, mas com níveis notáveis de organização, incluindo a distribuição espacial de operadores por tipo de produto, bem como a medida interna de segurança e vigilância. Em muitos casos, os operadores pagam uma taxa pelo uso do espaço a entidades formais responsáveis relacionadas, pois essas são responsáveis pela supervisão e pela fiscalização da atividade (Lopes, 2008).

## **2 A independência de Angola e a guerra civil: crescimento do mercado informal de Luanda**

Nesta seção serão apresentados estudos que abordam o contexto da independência de Angola, o início da guerra civil e como esses eventos desencadearam processos migratórios tanto internos, das áreas rurais para as urbanas, quanto externos, representados pelos regressados que deixaram o país durante o conflito da guerra civil. Além disso, será explorada a influência dessas migrações no aumento das atividades informais.

Aproximando-se da independência de Angola, teve início uma maior interação entre os partidos: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e União Nacional Para Independência Total de Angola (Unita). O MPLA, de forma estratégica, antecipadamente, instalou-se na capital de Angola, nas principais estruturas administrativas e nos quadros das empresas para melhor confrontar os seus concorrentes, visto que os outros movimentos, como a FNLA e a Unita, estavam fixados em outras zonas do país. Cada um se fixou em locais onde eram mais influentes, preparando, assim, ofensivas contra as áreas dominadas por outros grupos. Isso fez com que a guerra civil ficasse oculta durante um tempo (Agostinho, 2011).

Como fatores que intensificaram e impulsionaram a guerra, destacam-se a diferença entre as ideologias, a disputa da zona de interesse de cada movimento, a disputa pela liderança na luta de libertação e a busca de intervenção e apoio direto de forças regulares de países estrangeiros (Agostinho, 2011). Finalmente, no dia 11 de novembro de 1975, Angola alcançou a independência, proclamada pelo MPLA, na cidade de Luanda. Acerca disso, é válido frisar que após a Proclamação da Independência, FNLA e Unita iniciaram uma guerra violenta na cidade de Huambo,

que durou até o ano de 2002. Durante o período da referida guerra, foram milhares de mortos e feridos, destruição de cidades e da infraestrutura do país, o que levou à migração da população rural, uns para as cidades e outros para os países vizinhos (Sodepac, 2013). Não aceitando os resultados dessas eleições, a Unita retomou a guerra, que durou 27 anos e, em 2002, declarou, assim, a paz definitiva no país.

Salienta-se que, após a guerra civil (1975-2002), o mercado de trabalho sofreu um impacto negativo com baixa procura da força de trabalho e, por consequência, redução do poder de compra e do rendimento de muitas famílias angolanas. Com isso, estas se sentiram pressionadas a buscar novos caminhos como alternativas de geração de recursos no mercado informal (Paane, 2015).

Segundo Lopes (2013), a história da migração em Angola, principalmente das zonas rurais para a zona urbana, está relacionada com o conflito interno que o país passou nos anos de 1975-2002. Após Angola alcançar a independência no ano de 1975, percorreu por um longo período de guerra civil, a qual afetou significativamente as zonas rurais do país. Desta feita, notou-se um aumento exponencial das migrações internas, do rural para urbano, especificamente para Luanda, bem como das migrações externas, nas quais o povo se refugiava nos países vizinhos (Lopes, 2018).

Todavia, depois que a guerra findou, em 2002, não teve um retorno significativo nas zonas rurais, pois o aumento da população de Luanda continuou, mesmo após o conflito armado, quando a população ainda migrava por causa das condições de vida. Uma vez que a guerra civil deixou defasadas as zonas rurais, o povo saía desses locais para outros centros urbanos, buscando oportunidades de geração de rendimentos (Lopes, et al., 2013).

Além disso, reforçamos que ocorriam, também, as migrações externas, nas quais um fluxo populacional se refugiou, durante a guerra civil, em países vizinhos como RDC, Zâmbia e Namíbia. Após o conflito, percebe-se a retomada em massa dos refugiados ao país, em que muitos se instalaram nos centros urbanos, principalmente na capital, por oferecer mais oportunidades. Dessa forma, os anos que sucedem a 2002, após o acordo de paz, ficaram conhecidos como a época de retorno dos angolanos que migraram para os países vizinhos (Coelho, 2021).

Com o “boom demográfico”, a escassez de oferta de trabalho e o número elevado da população colaboraram com a urbanização desorganizada da sociedade e, como

consequência, com o aumento das atividades informais na zona urbana, especificamente em Luanda. Sendo assim, ao invés de promover a criação de excedente relativo de força de trabalho, aparece a informalidade para as pessoas que ficaram afastadas do processo industrial (Menezes; Dedecca, 2012).

De acordo com Fonseca e Fonseca (2017), o povo que tem pouca ou nenhuma qualificação profissional, como os que não eram fluentes na língua portuguesa, acabava por se inserir nos mercados informais de Luanda. Isso se dava para todos, tanto mulheres quanto homens e crianças.

### **3 Políticas públicas e sociais para o amparo e a integração socioeconômica para as mulheres do mercado informal de Luanda**

Após a independência do país em 1975, o governo angolano começou a realizar algumas ações referentes à educação. Essas ações eram baseadas no princípio da universalidade, em que todos deveriam ter acesso livre e com oportunidades igualitárias, no intuito de minimizar os níveis de analfabetismo (Pereira, 2005). Nesse cenário, percebe-se uma preocupação com as políticas públicas voltadas à questão educacional.

De modo geral, as políticas públicas podem ser entendidas como programas de ações que o governo estabelece para uma sociedade. Ainda, podem ser compreendidas como todo e qualquer passo que o Estado dá, de diferentes formas, com a finalidade de resolver os problemas sociais (Kitombe, 2019). Segundo Félix (2020a), políticas públicas e proteção social são compreendidas como providências tomadas que determinam ações orientadas, que visam garantir níveis básicos de vida para a população com a finalidade de construir uma sociedade inclusiva e justa. Além disso, a política social deve ser transparente, tendo como finalidade ser elaborada como uma via de realização dos direitos sociais e das necessidades do ser humano. Ainda, seu objetivo tem que ser na melhoria da população mais carente ou necessitada, com a esperança de alcançar cidadania ampliada.

Com relação à economia angolana, esta começou a ser incluída no comércio global a partir da passagem para o multipartidarismo no país, durante os anos 90, trazendo desvantagens para as mulheres, pois essa transformação aumentou a desigualdade de gênero no mercado de trabalho em Angola. Ademais, compreende-se

que as mulheres angolanas possuíam menos acesso ao sistema de ensino, pois, se comparadas aos homens, elas têm nível de escolaridade mais baixo.

De acordo com a pesquisa realizada por Pereira (2005), a guerra civil que o país enfrentou acarretou em muitas consequências, tanto sociais como econômicas, as quais acabaram influenciando o sistema educacional do país. Com isso, a falta de condições financeiras fez com que as famílias tivessem que selecionar quais filhos iriam para a escola, predominando, assim, os homens. Ainda, segundo o autor, muitas mulheres ficavam de fora dessa seleção para inserção nas escolas, sendo encarregadas das atividades domésticas, enquanto as poucas que eram inseridas no sistema educacional eram obrigadas a conciliar as atividades escolares com as tarefas domésticas (Pereira, 2005).

A constituição de Angola do ano de 2010 determinava a assistência social como uma política pública que o Estado angolano tinha a responsabilidade de cumprir. Essa Lei fundamental, no seu art. 38.º, que efetiva o direito da livre iniciativa econômica dos cidadãos, evidencia que: 1) a iniciativa econômica privada é livre, sendo exercida com respeito pela Constituição e pela lei; 2) a todos é reconhecido o direito à livre iniciativa empresarial e cooperativa, a exercer nos termos da lei; 3) a lei promove, disciplina e protege a atividade econômica e os investimentos por parte de pessoas singulares ou coletivas privadas, nacionais e estrangeiras, a fim de garantir a sua contribuição para o desenvolvimento do país, defendendo a emancipação econômica e tecnológica dos angolanos e os interesses dos trabalhadores (Angola, 2010).

Também, em Angola, existem algumas instituições ou organizações que foram criadas ao longo dos anos, com o intuito de trabalhar questões relacionadas às mulheres. Entre elas estão: Organização da Mulher Angolana (OMA), com o objetivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista; Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher (SEPMD); Ministério da Família e Promoção da Mulher (Minfam); Conselho de Coordenação Multissetorial do Gênero (CCMG); Liga da Mulher (Lima); Rede Mulher Direções da Família e Promoção da Mulher (Difamu); e Ondjango Feminista – um coletivo feminista autônomo de ativismo e educação, em prol da realização dos direitos humanos de

todas as mulheres e meninas em Angola (Centro de estudos e investigação científica, 2012).

Entretanto, conforme o Centro de estudos e investigação científica (2012), apesar da existência de programas e/ou ações sociais voltadas para as mulheres, percebe-se a limitação de recursos humanos e financeiros para isso. Ademais, o relatório mostra a falta de prioridade que o Orçamento Geral do Estado (OGE) oferece às ações e programas sociais voltados às mulheres. Desse modo, ainda que existam ações ou programas específicos para tratar e discutir sobre os problemas de mulheres em Angola, não quer dizer que o governo angolano toma como prioridade essas questões, pois os programas se mostram financeiramente incapazes de implementar projetos a fim de mudar a realidade dessas mulheres.

Segundo o Relatório Social do Estado de 2023, apesar de Angola possuir um sistema de proteção social, este se encontra em fase de desenvolvimento e enfrenta diversos desafios substanciais para garantir uma cobertura ampla e a eficácia adequada. Nos últimos anos, o país tem se dedicado a aprimorar seu sistema de proteção social, visando a redução dos índices de pobreza, desigualdade e exclusão social. O relatório ressalta, ainda, a insuficiência de despesas na área de proteção social, resultando em recursos que não são adequados para atender plenamente às necessidades básicas da população. Portanto, é necessário realizar uma revisão das políticas, dos programas e a alocação orçamentária de proteção social para a população vulnerável, a fim de satisfazer, de maneira eficaz, as demandas de proteção social e segurança das famílias em situação de vulnerabilidade (Unicef, 2023).

Esse cenário, já bastante complexo, tornou-se ainda mais difícil com a pandemia de Covid-19, pois ela impactou significativamente todos os setores da economia, bem como o mercado de trabalho. Com isso, os países que são classificados como de renda média-baixa e que são dependentes de recursos externos enfrentaram desafios substanciais decorrentes da pandemia. Esse é o caso de Angola, cuja economia depende, em sua maioria, da indústria petrolífera e é caracterizada por um nível alto de informalidade (Banco Africano de Desenvolvimento, 2021).

Devido ao quadro pandêmico da Covid-19, foram tomadas medidas preventivas para a preservação da saúde da população. Com a vida das mulheres de Luanda, especificamente as que estão inseridas no mercado informal, não foi diferente, pois as

alterações que ocorreram durante a pandemia impactaram no bem-estar das vendedoras informais, principalmente por conta da quarentena, bem como das limitações dos dias, horários e espaços de trabalho dessas mulheres (distanciamento social), além do fechamento das fronteiras, o que afetou o modo de aquisição dos produtos e limitações no transporte. Essas medidas preventivas alteraram o ambiente de trabalho e, durante a pandemia de Covid-19, impossibilitaram o “ganha-pão” de algumas famílias, porém, apesar do estado de emergência (proibições do governo), muitas mulheres continuaram com as suas atividades (Telo, 2021).

É motivo de preocupação que as medidas de prevenção destinadas a proteger a saúde pública tenham impactos adversos nos direitos e nas liberdades da população que trabalha no setor informal, afetando negativamente os trabalhadores desse setor. Embora, por um lado, essas medidas tenham o objetivo de conter a propagação da doença, por outro lado geraram dificuldades para muitas famílias que não tinham acesso à água potável, pois a renda insuficiente não permitia a compra da água engarrafada ou bacias compartilhadas na vizinhança, impossibilitando as famílias de renda baixa de realizarem as suas vendas nas ruas ou em mercados, levando essas mulheres a um estado de maior vulnerabilidade. Isso levou a situações de fome e à limitação do acesso ao atendimento médico para outras doenças nos hospitais (Félix, 2020b).

Frente ao anteriormente exposto, justifica-se a necessidade em pensar e entender os desafios do mercado informal em Luanda, especificamente durante a pandemia da Covid-19. Ainda, diante desse cenário, compreender qual foi o papel do governo angolano ou quais políticas públicas sociais eficazes foram implementadas, no período de 2020-2022, a fim de proteger e incluir as mulheres que são socioeconomicamente vulneráveis, as quais possuíam trabalhos precários durante o período da crise causada pela pandemia.

Definimos a política pública de proteção social como um conjunto diversificado de ações destinadas a assegurar condições mínimas de vida para a população, como a promoção do bem-estar, solidariedade social e elevação da qualidade de vida do povo no que concerne ao acesso à saúde, educação, saneamento básico, alimentação, habitação e água potável, com o intuito de promover a construção de uma sociedade caracterizada pela equidade e inclusão, com o objetivo de que a população tenha níveis

básicos de vida, a fim de construir uma sociedade mais justa (Félix, 2020a). Ademais, a política social deve ser transparente em sua função de servir como um sistema de amparo social, um meio de materializar e garantir direitos sociais e satisfazer as necessidades básicas da humanidade. Seu enfoque principal deve ser o aprimoramento dos serviços voltados para as pessoas em situação de pobreza, com o objetivo de promover uma cidadania mais abrangente e inclusiva.

De acordo com o diário da república, o governo angolano mostrou essa preocupação, implementando um programa social. Desta feita, em março de 2020, foi aprovado o programa *kwenda*, pela comissão econômica, financiado conjuntamente pelo governo e o Banco Mundial, e publicizado em 04 de maio no diário da república n.º 125/20, que teve como objetivo o Fortalecimento da Proteção Social e a criação de um sistema de proteção social abrangente para enfrentar o problema da pobreza, concedendo renda às famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade, incluindo-as em atividades que geram rendas e as incentivando a trabalhar. Além disso, seu objetivo era de fortalecer os mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Proteção Social, fornecendo apoio financeiro, institucional e metodológico. Para fornecer apoio financeiro a essas famílias, foi proposta, pelo executivo, a distribuição de renda mensal fixa de Kz 8.500,00 (oito mil e quinhentos *kwanzas*), por meio das Transferências Sociais Monetárias. A seção de inclusão produtiva visa aumentar a capacidade produtiva, financeira e de compra das famílias de forma sustentável, identificando atividades lucrativas que atendam às necessidades específicas dos grupos-alvo do programa (Angola, 2020). O programa citado foi coordenado pelo Ministério da Accção Social, Família e Promoção da Mulher (Masfamu) e o Fundo de Apoio de Accção Social (FAZ). Realça-se, ainda, que, de acordo com as prioridades do orçamento geral do Estado 2022, a transferência monetária seria atualizada para Kz 11.000,00 (Angola, 2023).

Félix (2020b) ressalta que, embora o governo tente reduzir os efeitos negativos, por meio de acolhimento, ao abrigar parte da população sem teto em centros e assegurá-los, não são evidentes ações de apoio direto às mulheres trabalhadoras informais particularmente afetadas pelas restrições decorrentes do estado de emergência. Inicialmente, foi permitido a elas trabalhar apenas meio período do

expediente por três dias na semana, posteriormente por mais tempo, mas, de forma limitada, uma vez que os clientes não podiam sair de casa devido à quarentena.

Uma vez que a proteção social é reconhecida como um direito dos cidadãos, sendo, portanto, responsabilidade do Estado garantir sua implementação efetiva, nesse contexto, se fez necessária a urgência da assistência social do estado às famílias. Ou seja: apesar da existência de programas e/ou ações sociais voltadas para a população mais necessitada, evidenciam-se as limitações de recursos humanos, financeiros, para arcar com os custos do programa, e falta de estratégias eficientes que pudessem abranger a população mais carente. Ademais, notou-se a inexistência de políticas públicas sociais voltadas diretamente para as mulheres do mercado informal que foram as mais afetadas pela pandemia, por serem mais carentes e por dependerem dos rendimentos obtidos diariamente dessas atividades, dificultando ainda mais sua questão socioeconômica (Félix, 2020b).

Sobre o Programa de Transferência Social Monetário, é importante destacar que ele não alcançou o total da população em situação de vulnerabilidade, abrangendo, apenas, cerca de 6 mil famílias em um programa experimental. Além disso, o valor do subsídio, que era de cerca de 8 mil *Kwanzas*, não foi suficiente para atender às necessidades básicas da maioria das famílias angolanas, as quais, em grande parte, obtêm sua principal fonte de renda por meio de atividades informais, predominantemente desempenhadas por mulheres, como vendedoras ambulantes, comerciantes de mercados, cabeleireiras, entre outras (Feminista, 2020).

Conforme os resultados obtidos nas entrevistas, tornou-se evidente a difícil situação de sobrevivência enfrentada pelas mulheres envolvidas nessas atividades, durante a pandemia da Covid-19. Dos dados coletados, foi observado que mais de<sup>3</sup> 70% das entrevistadas afirmaram não ter recebido qualquer assistência do governo angolano, além de desconhecerem os programas ou as ações governamentais implementados, nesse período, para auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade. Isso levou algumas delas a arriscarem suas vidas em busca do sustento diário, mesmo que fosse proibido, como relatou uma das mulheres

---

<sup>3</sup>Entrevistas realizadas por meio da pesquisa de mestrado, no programa de Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, no mercado Kikolo, que está localizado em Angola, no ano de 2023.

entrevistadas: “<sup>4</sup>A pandemia afetou muito a população. Não podíamos vender todos os dias no mesmo mercado devido aos dias estipulados. No entanto, para garantir o sustento das crianças em casa, tive que encontrar uma maneira de não ficar em casa nos dias em que não podia vir aqui no mercado” (Q1, 2023).

O cenário referido acima vem ao encontro da pesquisa feita pela Associação Observatório de Políticas Públicas da Perspectiva de Gênero (Assoge), que questionou as mulheres entrevistadas sobre o grave período que enfrentavam e o risco em comercializar naquela situação que o mundo passava, com a seguinte questão: “Morrer com a tal doença ou com a fome?”. Constatou-se que, apesar das orientações do governo de ficar em casa, no intuito de prevenção, a maioria das mulheres entrevistadas replicava não ser viável assim ficar e morrer de fome, pois precisavam sair e procurar sobreviver, mas usavam todas medidas de proteção. Outrossim, por ser um trabalho de sobrevivência para muitas mulheres e suas famílias, estava fora de questão a desistência das vendas e o cumprimento das normas decretadas pelo governo (Telo, 2021).

No texto de Telo, *Mulheres e o comércio informal em Luanda: um olhar para além da crise pandêmica de Covid-19*, a autora destaca que a crise agravada pela pandemia da Covid-19, em Angola, aconteceu em um ambiente carente de políticas públicas governamentais eficazes. Ainda, a autora afirma que a crise da pandemia se agravou, de forma mais intensa, para esse grupo, por fatores históricos como a pobreza, a desigualdade e o acesso limitado a recursos e direitos para a maioria da população, particularmente para as mulheres. Telo também reforça a necessidade e a vulnerabilidade específicas das mulheres, reconhecendo as suas lutas históricas e a necessidade de intervenção específica. Dessa feita, faz-se necessário compreender todo o contexto histórico e as suas especificidades para a formação de políticas públicas que apoiem, eficazmente, as mulheres em Angola. Além disso, a autora realça que as mulheres não são o único grupo vulnerável em Angola, mas, antes, destaca os desafios únicos enfrentados por elas, especialmente as oriundas de meios marginalizados (Telo, 2021).

---

<sup>4</sup> Q1. Entrevista concedida a Zoe Kodia, em 10 de junho de 2023.

Apesar da existência de programas ou ações sociais voltadas para a população mais necessitada, percebeu-se as limitações de recursos humanos e financeiros, para arcar com os custos do programa, e a falta de estratégias eficientes que pudessem compreender a população mais carente. Ademais, notou-se a inexistência de políticas públicas sociais voltadas diretamente para as mulheres do mercado informal.

Segundo o Relatório Anual do Programa Kwenda de 2022, o referido Programa tem uma magnitude significativa e diversas limitações, conforme descrito nos dados de contexto fornecidos, pois ele fez progressos substanciais, com mais de 3 milhões de pessoas registradas e pagamentos significativos efetuados aos beneficiários. Ele tem demonstrado relevância na abordagem da pobreza multidimensional predominante em Angola, alinhando-se com as políticas nacionais de proteção social e contribuindo para a coordenação da política social no país. Ainda, o programa alinha-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, centrando-se, particularmente, na erradicação da pobreza, no crescimento econômico sustentável e na redução das desigualdades, entretanto, enfrenta implicações logísticas, custos elevados, cobertura geográfica limitada do sistema bancário, soluções tecnológicas inadequadas e redes de telecomunicações insuficientes. A fim de que o programa seja direcionado da melhor forma e que possa impactar de maneira assertiva o grupo necessitado, há a necessidade de um sistema dinâmico para gerir dados e contribuir com a superação de desafios na adaptação dos mecanismos de pagamento convencionais à dinâmica do *Kwenda*, bem como seja capaz de ajudar a passar pela pressão enfrentada durante períodos específicos, devido a implicações políticas e logísticas. Por fim, é válido salientar que o programa encontrou desafios relacionados à vulnerabilidade e à exclusão dos indivíduos cadastrados, incluindo questões como falta de documentos de identificação, baixas taxas de alfabetização e um número significativo de pessoas declarando incapacidade total para o trabalho. (FAS, 2023).

### **Considerações finais**

Diante do exposto, conclui-se que a informalidade, em Luanda é uma realidade complexa e desafiadora, principalmente para as mulheres que nela trabalham. A migração e a informalidade são conceitos fundamentais para entender a dinâmica

desse mercado, que se tornou uma alternativa para muitas famílias em busca de sobrevivência. Além disso, a pandemia da Covid-19 agravou ainda mais a situação das mulheres, que se deslocavam para realizar suas vendas e para obter seus produtos, dependendo desses rendimentos obtidos diariamente. Nesse sentido, as políticas públicas sociais de proteção e inclusão socioeconômicas são fundamentais para amparar e integrar as mulheres em situação de vulnerabilidade, entretanto, como apontado pelas entrevistadas, mais de 70% não recebeu qualquer assistência.

Acerca disso, foi possível verificar que o governo angolano tomou medidas importantes para tentar ajudar essas mulheres durante a pandemia, mas ainda há muito a ser feito para garantir que elas tenham acesso a condições de trabalho dignas e justas. Portanto, é necessário investir em políticas públicas que promovam a inclusão socioeconômica dessas mulheres, garantindo-lhes acesso a serviços básicos, como saúde, educação e moradia.

Por fim, é importante destacar que o estudo apresentado neste artigo pode contribuir para a compreensão da realidade das mulheres no mercado informal em Luanda e em outras regiões angolanas. Percebeu-se, ainda, que, apesar da existência de iniciativas sociais voltadas para os necessitados, houve limitações e inexistência de políticas públicas sociais direcionadas, especificamente, para as mulheres do mercado informal, as quais, nesse período, foram consideradas como um grupo mais vulnerável, pois dependiam da renda obtida diariamente nessas atividades.

Com base nisso, o artigo conclui-se enfatizando a complexidade e os desafios do mercado informal em Luanda, especialmente para as mulheres, e destaca a necessidade de políticas sociais e sistemas de apoio mais eficazes e direcionados de forma correta, a fim de alcançar o grupo mais necessitado. No geral, esse estudo fornece uma compreensão da economia informal em Luanda, dando ênfase às vulnerabilidades enfrentadas pelas mulheres e à importância de políticas específicas para enfrentar esses desafios.

## **Bibliografia**

AFONSO, Luiekakio. *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*, a reedição de uma obra clássica que chega em boa hora, Mulemba, 5 out. 2015, 793-807.



CENTRO DE ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA. *Relatório Social de Angola 2012*. p. 152, 2012. Disponível em: <http://www.ceicucan.org/wpcontent/uploads/2014/04/RELAT%C3%93RIO-SOCIAL-DEANGOLA2012.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

COELHO, Marciele. Nazaré. *Migrações contemporâneas em Angola: culturas e identidades construídas e reconstruídas*. Caderno CERU, série 2, vol. 32, n. 2, dezembro 2021.

DOMINGUES, Justiana Stella de Vasconcelos. *Mercado informal em Luanda*. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico - Financeira, Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/53232/1/ulfd0150476\\_tese.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/53232/1/ulfd0150476_tese.pdf). Acesso em: 15 ago. 2023.

FAS (org.). *Relatório anual do programa Kwenda 2022*. Luanda: Fas, 2023. 57 p. Disponível em: <https://fasangola.com/wp-content/uploads/2023/07/KWENDA-Relatorio-Anual-2022-versao-final.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

FÉLIX, I. COVID 19: *Desafios na atenção aos direitos das mulheres em Angola*. Odjango Feminista. 2020b. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2020/8/11/covid-19-desafios-na-atenoaos-direitos-das-mulheres-em-angola>. Acesso em: 15 jan. 2024.

FÉLIX, I. *Políticas de Proteção à Mulher no Mercado Informal*. Odjango Feminista. 2020a. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2020/7/2/polticasde-proteco-mulher-no-mercado-informal>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FEMINISTA, Odjango (org.). *Resistência econômica das mulheres: um desafio diário*. 4. ed. Luanda: Tuba, 2020. 84 p.

FONSECA, Dagoberto José; FONSECA, Simone de Loiola Ferreira. *Refugiados e migrantes na Luanda contemporânea*. Sociedade e Cultura, v. 20, n. 2, p. 114-137, 2017.

HIRATA, G. I.; MACHADO, A. F. *Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia*. IPEA, v. 34, p. 23-30, 2007. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4103/1/bmt34\\_04Nota2.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4103/1/bmt34_04Nota2.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola/Censo 2014*. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://www.ine.gov.ao/images/Populacao\\_Sociedade/Estudos\\_tematicos/PUBLICA\\_CAO\\_RESULTADOS\\_DEFINITIVOS\\_DO\\_CENSO\\_2014.pdf](https://www.ine.gov.ao/images/Populacao_Sociedade/Estudos_tematicos/PUBLICA_CAO_RESULTADOS_DEFINITIVOS_DO_CENSO_2014.pdf). Acesso em: 16 nov. 2023.

INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Projeção da população 2023*. 2003. Disponível em: INE-Instituto Nacional De Estatísticas (gov.ao). Acesso em: 16 nov. 2022.

KITOMBE C. *Políticas Públicas: análise feminista do discurso à ação*. 2019. 3ª Edição. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/57c54852f5e231e61738ab8a/t/5ef4c9ed8575ee>

1ad6424634/1593100811404/2019-TUBA-Ed3-FINAL-compressed.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

LOPES, C. M. M. G. F. Elementos sobre o comportamento de compra em mercados informais: estudo de caso no mercado Roque Santeiro (Luanda). 2008. 71 Tese (Doutoramento em Estudos Africanos Interdisciplinares em Ciências Sociais) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/11879>. Acesso em: 14 jan. 2024.

LOPES, C. M. *Refugiados, reintegração e mobilidade interna: um olhar sobre o caso angolano, 2002-2018*. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 54, dez. 2018, p. 61-76 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/DqMytf3yRMG5LVCxvPgG7TD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

LOPES, C. M. *Roque Santeiro: entre a ficção e a realidade*. Estoril: Principia, 2007.

LOPES, Carlos M.; RODRIGUES, Cristina; SIMAS, Gabriela. *Migração Interna, Urbanização e Saúde em Angola*. Bruxelas: Observatório ACP para as Migrações, 2013.

MASSEY, D. S. et al. *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MENEZES, W. F.; DEDECCA, C. S. *A Informalidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Rendimentos e principais características*. Revista Nexos Econômicos, v. 6, n. 2, p. 11-41, 29 jan. 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9247>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *A OIT e a Economia Informal*. Escritório da OIT em Lisboa, 2006. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms\\_664856.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_664856.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024

OLINTO, Roberto. *Economia informal: setor informal, emprego informal, afinal do que estamos verdadeiramente falando - Parte I*. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-informal-setor-informal-emprego-informal-afinal-do-que-estamos-verdadeiramente>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PAANE. *Diagnóstico de Género de Angola*. Luanda: European Union, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/8701>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PEREIRA, A. *Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho*. In: CODESRIA. Repensando o desenvolvimento Africano: Além do Impasse, Rumo às Alternativas. 11. Assembleia Geral, 2005. Disponível em: [https://www.codesria.org/IMG/pdf/pereira.pdf?1457/c645ea9500da3c5e77f51f18a2d\\_a5e3f117576d9](https://www.codesria.org/IMG/pdf/pereira.pdf?1457/c645ea9500da3c5e77f51f18a2d_a5e3f117576d9). Acesso em: 14 set. 2023.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, Omarildo Luís da. *O impacto da Economia Informal no processo de desenvolvimento da África Subsariana*. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento e cooperação

Internacional. Portugal: Instituto Superior de Economia e gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010, p. 15

SILVA, Sandro Pereira. Informalidade: “o que é e o que não pode ser que não é”. *Radar*, N/A, v. 4, n. 0, p. 27-30, fev. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8266>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SODEPAC. *Um contributo para o desenvolvimento sustentável de Angola*. 2013. Disponível em: <http://sodepacangola.com/joomla/pdfs/cap1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.

TELO, F. C. A. 2021. *Mulheres e comércio (informal) em Luanda*: Revista Espaço Acadêmico, 21, 13-24. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59380>. Acesso em: 02 jan. 2023.

UNICEF. *Análise sobre o orçamento geral do estado 2023: proteção social no OGE*. Angola: Unicef, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/media/3536/file/Relat%C3%B3rio%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20Social.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

**Recebido em:** outubro de 2023.

**Aceito em:** janeiro de 2024

## COMO REFERENCIAR

CARDOSO, Michele Gonçalves; MENDES, Marina Kikusa. Mercado Informal em Luanda e as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade, no período da Covid-19 (2020-2022). *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 1, p. 134-155, 2024.